



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – MESTRADO PROFISSIONAL

**A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA:
PROPOSIÇÃO DE UM PLANO PARA O APOIO PEDAGÓGICO**

EMILY DA SILVA NASCIMENTO

JOÃO PESSOA-PB
2019

EMILY DA SILVA NASCIMENTO

**A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA:
PROPOSIÇÃO DE UM PLANO PARA O APOIO PEDAGÓGICO**

Texto dissertativo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional, vinculado ao Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, em cumprimento às exigências para Defesa do Mestrado.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Lins de Oliveira

JOÃO PESSOA-PB
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N244p Nascimento, Emily da Silva.

A permanência estudantil na Universidade Federal da Paraíba: proposição de um plano para o apoio pedagógico / Emily da Silva Nascimento. - João Pessoa, 2019.

119 f. : il.

Orientação: Mariana Lins de Oliveira.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação Superior. 2. Políticas Públicas. 3. Inclusão. 4. Assistência Estudantil. I. Oliveira, Mariana Lins de. II. Título.

UFPB/BC

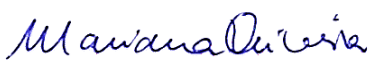
EMILY DA SILVA NASCIMENTO

**A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA:
PROPOSIÇÃO DE UM PLANO PARA O APOIO PEDAGÓGICO**

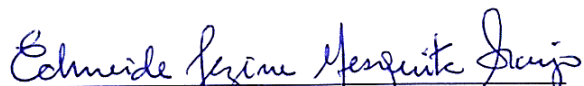
Texto dissertativo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional, vinculado ao Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: ____/____/____.

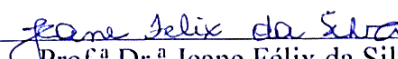
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Mariana Lins de Oliveira
Orientadora (MPPGAV/UEPB)



Prof.^a Dr.^a Edineide Jezine Mesquita Araújo
Membro Interno (MPPGAV/UEPB)



Prof.^a Dr.^a Jeane Félix da Silva
Membro Externo (PPGE/UEPB)



Prof.^a Dr.^a Swamy de Paula Lima Soares
Membro Interno Suplente (MPPGAV/UEPB)

*Dedico à minha mãe, quem nutre os meus
melhores passos.*

Agradecimentos

Agradeço, imensamente, aos meus amigos, que não são poucos. Percebi o quanto torcem pelo meu crescimento e me incentivaram para que eu siga adiante.

Às minhas amigas de trabalho, Alice Torreão e Joelma Magalhães, vocês permitem que as preocupações diárias sejam levadas com mais leveza. À Cláudia Bene, que admiro e me inspira a ser resistente. Agradeço à Camila Paiva, Emília Barros, Fernanda Cabral, Patrícia Bezerra, Cláudia Lima, Elizângela Patrício e cada uma das professoras que constroem as experiências na EEBAS, muito tenho aprendido nessa nova fase profissional.

Aos tantos amigos de profissão que a Psicologia me concedeu, os Dadalenistas e outros que não teria como nomear cada um; também àqueles que fora do meio acadêmico são especiais na minha existência: Sandra Helena, Amanda Bezerra, Thaís e Elizabeth Burity.

Aos amigos do CCHSA, em Bananeiras, com quem tive o prazer trabalhar e me acolheram quando cheguei ao setor, Inã, Tadeu, Severino, Maria, Clériston, Gilda, Carminha e Isadora, pessoas que acompanharam de perto todo o processo de seleção e início dessa jornada, quando eu tinha que pegar estrada constantemente enfrentando o medo de dirigir. À Regiane Muniz, parceira no trabalho e no mestrado, com quem tive a satisfação de dividir as discussões provocadas pelas disciplinas do curso.

Agradeço às assistentes sociais com as quais dividi demandas de trabalho e moradia, Lucília Rocha, Gabrielly Belmont e, especialmente, a Geórgia Macedo, quem tanto me estimulou apresentando-me ao MPPGAV e juntas discutimos sobre as nossas atividades e vidas pessoais, ressignificando nossas experiências.

À Univasf, as pessoas que lá convivi e guardo apreço. Às minhas queridas Josenice Barbosa e Danielle Dantas, não tenho como mensurar o quão valioso o período que fiz parte dessa equipe. Aos demais profissionais com quem dividi trabalho na instituição, a saudade só aumenta!

À minha família que me orienta e apoia nas decisões, não antes de puxar a orelha. Minha mãe que me recebeu em casa, me acolhendo quando precisei de concentração na conclusão dessa dissertação; meu pai pelo eterno humor; minha avó Azimar que muito torce por mim mesmo eu tendo me ausentado tanto desde que retornei a João Pessoa.

A Rodrigo Ayres, meu esposo, quem mais acompanhou meu dia-a-dia até chegar aqui, dando incentivo e diminuindo minhas preocupações. A Dibs, nosso animal de estimação, que nem se fosse gente demonstraria tanta empatia.

Aos meus colegas de turma que o MPPGAV proporcionou conhecer, pessoas muito especiais. Aos professores do programa, que através das disciplinas nos instigou a construir tanto conhecimento, refletindo mais sobre a universidade.

À minha orientadora, Profa. Dra. Mariana Lins, que favoreceu para que aquele projeto de pesquisa inconsistente se desenvolvesse até chegar ao que hoje posso apresentar. Aos professores Rui de Deus, Jeane Félix, Ana Paula Furtado e Edineide Jezine, os quais aceitaram contribuir para o aprimoramento da dissertação.

Ao meu anjo da guarda, que desde pequena me protege, me guarda e me guia. A Deus, por permitir que eu reconstruísse minha história acadêmica, colocando pessoas preciosas em meu caminho.

A todos e todas, meu obrigada!

“A formação crítica diz respeito ao exercício de juízos reflexivos sobre as relações entre os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos, promovendo práticas institucionais coerentes com os Direitos Humanos. A formação política deve estar pautada numa perspectiva emancipatória e transformadora dos sujeitos de direitos.”

(Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, Ministério da Educação)

Resumo

Este trabalho teve como proposta agrupar dispositivos para apoio pedagógico ao estudante, em um modelo de organização e implementação de ações que o assessor nas atividades acadêmicas para a sua permanência, ao tempo em que evidenciou a fragilidade na cobertura dessa área, ainda que inerente ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Foi mostrado que as universidades federais ainda precisam superar vias significativas de assistência que não incidam somente na transferência de renda ou benefício. Através dos objetivos específicos buscou-se problematizar acerca das políticas de in/exclusão, com base em teóricos que apontam o caráter desnaturalizante desse processo; rastrear as ações ofertadas pelas universidades federais no que tange à permanência discente, sendo realizado uma busca no Cadastro E-Mec e encontrando 55 instituições com conceito institucional satisfatório pelo SINAES, pelas as quais buscou-se por elementos que indicassem formas de apoio pedagógico ao estudante; e, pretendeu-se, ainda, apontar proposições de plano para apoio pedagógico em suporte à permanência discente, após realizado análise preliminar sobre as informações disponibilizadas nos sítios eletrônicos das instituições, sugerindo como possibilidades de cobertura a “educação tutorial”, “*workshops* e minicursos”, “conhecimento da realidade profissional” e “plantão de orientação aos estudos”, como um modelo amplo de acesso pelo estudante, por atividades distintas e complementares. Acredita-se que os apontamentos possam substanciar a gestão universitária da Universidade Federal da Paraíba em formas de serviços que alcancem os estudantes em suas necessidades mais gerais, com suporte quer seja por reforço ao conteúdo, ensino às estratégias de aprendizagem ou apoio aos fatores intrínsecos ao discente.

Palavras-chave: Educação Superior. Políticas Públicas. Inclusão. Assistência Estudantil.

Abstract

This work aimed to group devices for pedagogical support to the student, in a model of organization and implementation of actions that assist him in academic activities for his permanence, while evidencing the fragility in the coverage of this area, although inherent to the Program. National Student Assistance Program (PNAES). It has been shown that federal universities still need to overcome significant avenues of assistance that do not focus solely on income or benefit transfer. Through the specific objectives we tried to discuss about the policies of in/exclusion, based on theorists that point out the denaturalizing character of this process; to track the actions offered by the federal universities regarding student permanence, by searching the E-Mec Registry and finding 55 institutions with satisfactory institutional concept by SINAES, which were searched for elements that would indicate forms of pedagogical support to the student; and, it was also intended to point out propositions of a plan for pedagogical support in support of student permanence, after a preliminary analysis of the information available on the websites of the institutions, suggesting as possibilities of coverage the “tutorial education”, “workshops and short courses”, “Knowledge of professional reality” and “study orientation”, as a broad model of student access to distinct and complementary activities. It is believed that the notes can substantiate the university management of the Federal University of Paraíba in forms of services that reach students in their most general needs, supported either by reinforcing the content, teaching learning strategies or supporting intrinsic factors. student.

Keywords: Higher Education. Public policy. Inclusion. Student Assistance.

Lista de figuras

Figura 1 – Modelo explicativo da evasão discente.....	34
Figura 2 – Fatores de sucesso acadêmico.....	51
Figura 3 – Etapas da pesquisa.	58
Figura 4 – Processo de estruturação para os resultados de pesquisa.....	75
Figura 5 – Página inicial da PRAPE/UFPB	78
Figura 6 – Porcentagem de serviços em suporte e/ou apoio acadêmico por proponente.	81
Figura 7 – Ações quantificadas por modalidade de suporte.....	82
Figura 8 – Proposta de ações para suporte acadêmico e apoio pedagógico.	86

Lista de quadros

Quadro 1 - Lista de universidades pesquisadas.....	54
Quadro 2 – Lista de universidades federais e sondagem de ações em apoio pedagógico.....	59
Quadro 3 – Lista de ações de natureza didático-pedagógica dirigidas aos estudantes pela UFPB.....	76
Quadro 4 – Instituições com ações em orientação individual.....	95

Lista de tabelas

Tabela 1 – Matrículas em cursos de graduação presenciais, por organização acadêmica e localização (capital e interior), segundo a unidade da federação e a categoria administrativa das IES.	28
Tabela 2 – Número de concluintes em cursos de graduação presenciais, por organização acadêmica e turno, segundo a unidade da federação e a categoria administrativa das IES.	29
Tabela 3 – Números de concluintes, cursos, matrículas nos cursos de graduação Presenciais e a distância e docentes, segundo as regiões geográficas e as instituições federais.	29
Tabela 4 – Número presente em seleção para vagas novas oferecidas pelas IES e número de ingressos.	30
Tabela 5 – Comparativo de oferta de novas vagas oferecidas em cursos presenciais, por número de ingressos e remanescentes.	31
Tabela 6 – Taxas de diplomação, evasão e retenção por centro de ensino da UFPB	32
Tabela 7 – Proposição para a Educação Tutorial.....	88
Tabela 8 – Proposição para o <i>Workshop</i>	91
Tabela 9 – Proposição para conhecimento da realidade profissional	93

Lista de abreviaturas e siglas

BACEN	Banco Central do Brasil
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE-DC	Direção de Centro do Centro de Educação
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CI	Conceito Institucional
CIA	Comitê de Inclusão de Acessibilidade
COAPE	Coordenação de Assistência e Promoção Estudantil
COCCE	Conselho do Centro de Educação
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CRA	Coefficiente de Rendimento Acadêmico
EaD	Ensino à Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assunto Estudantis
IES	Instituição de Educação Superior
IFES	Instituição Federal de Educação Superior
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
IFs	Institutos Federais
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
Nd	Número de diplomados no ano-base
Ne	Número de evadidos no ano-base
NEDESP	Núcleo de Educação Especial
NEEMOC	Núcleo de Educação Emocional
Ni	Número de ingressantes no ano-base
Nr	Número de retidos no ano-base
PAED	Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência
PARU	Programa de Avaliação da Reforma Universitária

PB	Estado da Paraíba
PBP	Programa de Bolsa Permanência
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PRAPE	Pró-Reitoria de Assistência e Promoção Estudantil
PRG	Pró-Reitoria de Graduação
PROMISAES	Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROTUT	Programa de Tutoria de Apoio às Disciplinas Básicas
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão e Acompanhamento Acadêmico
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SiSU	Sistema de Seleção Unificado
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná

UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRG	Universidade Federal do Rio Grande
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRO	Universidade Federal do Roraima
UFRPE	Universidade Federal Universidade Rural de Pernambuco
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSE	Universidade Federal de Sergipe
UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal Fluminense
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA	Fundação Universidade Federal do Pampa
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIVASF	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco
UTFPR	Universidade Federal

Sumário

1	INTRODUÇÃO	18
2	POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: FILTROS DO ESTADO	23
2.1	OS PROCESSOS DE EXPANSÃO: O CRESCIMENTO (DES)ORIENTADO.	24
2.2	EVASÃO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: SINAIS DE INCONSISTÊNCIAS NAS INSTITUIÇÕES	32
3	A GESTÃO DAS IFES E O COMPROMISSO COM O SOCIAL	38
3.1	POLÍTICAS DE IN/EXCLUSÃO	44
3.2	APOIO ACADÊMICO: CAMINHOS PARA A INTERVENÇÃO DE ESTUDANTES COM BAIXO RENDIMENTO.....	48
4	CAMINHOS METODOLÓGICOS: O OLHAR SOBRE A PESQUISA.....	53
4.1	DELINEAMENTO DO ESTUDO.....	53
4.2	<i>LÓCUS</i> DA PESQUISA	56
4.3	PROCEDIMENTOS CONSIDERADOS	57
4.4	ANÁLISE DOS DADOS	74
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	75
6	PLANO PARA O APOIO PEDAGÓGICO: IDEIAS PROPOSITIVAS PARA A UFPB	86
6.1	EDUCAÇÃO TUTORIAL.....	87
6.2	<i>WORKSHOPS</i> , MINICURSOS OU RODAS DE CONVERSA	90
6.3	CONHECIMENTO DA REALIDADE PROFISSIONAL	92
6.4	PLANTÃO DE ORIENTAÇÃO AOS ESTUDOS	94
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
	REFERÊNCIAS.....	102
	APÊNDICES	

1 INTRODUÇÃO

Permanência é um tema intrigante para mim. Como muitos dos jovens que concluem o ensino médio, também almejava ingressar em uma universidade. Mas, um desejo sempre marcado por dúvidas do que seria um caminho seguro. Arrisquei-me em dois cursos superiores ao mesmo tempo, Psicologia e Tecnologia em Geoprocessamento, condição que não consegui sustentar por tantos períodos letivos, em razão das dificuldades em administrar o tempo de estudo para a rotina acadêmica, repercutindo no baixo desempenho nas disciplinas durante os primeiros semestres; esta condição foi superada só após a escolha efetivada.

Segui a formação em Psicologia e, para além do Centro Acadêmico e colegas de curso, não senti aproximação da universidade em se apresentar como possibilidades, mas percebendo ser um campo de batalhas no qual as informações pareciam protegidas para acesso de uma minoria. Afinal, não haveria interesse institucional para que seus programas acadêmicos fossem difundidos? Concluí meu curso com o pensamento de que a universidade pouco democrática se mostrava.

Na passagem pela graduação e diante dos interesses às atividades extracurriculares, vi o quanto era difícil fazer escolhas para uma formação suficientemente favorável para as exigências do mercado de trabalho. Enquanto estudante, há um empenho em formar-se no período previsto de curso e, tantas vezes, isso se mostrava impossível se me envolvesse em alguma atividade de caráter não obrigatório, por incompatibilidade de horário da formação com estágios ou projetos.

Diante disso, disciplinas generalistas que nem sempre explanam ao graduando as reais nuances das áreas de trabalho na profissão. Assim, ao egressar insatisfeita com a formação refleti em áreas complementares ou mesmo de aventurar em outro campo de interesse, quando reingressei outras vezes nesta universidade, ora em Psicopedagogia, Ciências Biológicas e Direito, até me inserir no mercado de trabalho e me identificar com o fazer profissional da Psicologia em meio a uma universidade pública em região interiorana.

Comecei atuando na Pró-Reitoria de Ensino de uma instituição no Pernambuco – Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF¹) –, quando me vi em lugar propício para pensar, junto com os demais, em ações que trouxessem impacto na qualidade do ensino, formas de aproximação com os estudantes, programas de efeito para a formação

¹ Universidade Federal do Vale do São Francisco, instituição com sede em Petrolina/PE e que possui outros *campi* nas cidades de Juazeiro/BA, Senhor do Bonfim/BA, Paulo Afonso/BA e São Raimundo Nonato/PI.

discente e, sobretudo, o que não estava à contento para fim de aperfeiçoar a execução do trabalho.

Assim, aproximando-se das atividades acadêmicas institucionalizadas, pelas quais se podia propor métodos de intervenção aos estudantes e revisar novas práticas pela universidade, tive a oportunidade de colaborar com estudos que tratavam sobre a evasão e permanência dos estudantes e/ou os impactos positivos e negativos associados à mudança da forma de ingresso à instituição, por meio da pesquisa “Entre o acesso e o reverso: discutindo o SiSU como forma de ingresso na Univasf”, vinculado ao Grupo de Pesquisa “Educação e Desenvolvimento”. Além disso, quando coordenei o projeto de extensão em orientação profissional para estudantes do ensino médio da rede pública da região do submédio do São Francisco, de modo que me aproximei da realidade da Educação Básica, trocando informações sobre o processo de transição para uma opção profissional, levando os participantes a discriminarem as relações envolvidas entre a escolha e a história de vida, a fim de desenvolver habilidades que fortalecessem a tomada de decisão.

No trabalho, tive acesso à dados acadêmicos que me apresentaram o outro lado da realidade, a visão institucional do que vinha se apresentando como retenção e evasão do estudante, como um grande problema a intervir. Posteriormente, quando no contexto de trabalho na Universidade Federal da Paraíba, em exercício no Núcleo de Assistência Estudantil², setor que dispunha a assistir aos discentes, especialmente àqueles avaliados sob os parâmetros de situação de vulnerabilidade socioeconômica colocados pelos programas assistenciais, problematizei a minha prática.

Nesse seguimento, o trabalho consistia em promover campanhas que orientassem a comunidade acadêmica com informações sobre o conceito ampliado de saúde bem como promoção e prevenção à saúde; intervir junto às residências para atendimento às demandas de Saúde e promover condições satisfatórias de habitabilidade aos estudantes; orientação e acompanhamento da aprendizagem dos discentes, na perspectiva de desenvolver hábitos de estudos para a vida acadêmica; e, realizar atendimento psicológico. O desenvolvimento das atividades pela equipe de assistência ao estudante nos confrontava com o discurso do estudante que, em grande parte, não se via adequadamente contemplado pela universidade.

No sentido de integrar as ações de assistência estudantil já em atividade, a falta de referências fez-me deparar com algumas indagações. Afinal, de que forma o profissional de

² O Núcleo de Assistência Estudantil – NAE é um setor vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias, *campus* III e que atende às diretrizes elaboradas pela assistência e promoção a estudante da PRAPE/UFPB.

Psicologia poderia somar às atividades consolidadas pelos assistentes sociais e demais servidores, de maneira a contribuir verdadeiramente com os pressupostos estipulados pelo Decreto nº 7.234/2010 – no qual dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – sem sair dos trilhos da(s) meta(s) do Plano Nacional de Educação, que objetivam embasar as atividades da Educação Superior, alguns em referência direta à assistência estudantil.

Este trabalho de pesquisa foi pensando, especialmente, em decorrência à minha experiência profissional nestas duas instituições federais de educação superior. Nesse interim, pude aproximar-me das ações institucionais voltadas aos estudantes, planejadas para responder a demandas diversificadas que envolviam – direta e indiretamente – a permanência de graduandos. É um exercício de ponderar o trabalho de forma a fazer sentido não apenas para si, mas, sobretudo, problematizar em como minha atividade poderia agrupar à instituição, sem sobreposição de fazeres. E pensar a universidade como uma unidade talvez tenha sido uma das principais dificuldades em se inserir, pela incoerência de papéis e arranjos que parece não cumprir com os propósitos de assistência com qualidade.

Aos cenários em que estive e aos conteúdos que pude captar junto aos estudantes, é certo que sua vida acadêmica não se resume em seu histórico escolar. Os discentes passam por uma grande transformação de vida e perspectiva, eles se notam como sujeitos e muitas vezes precisam compreender a autonomia para o qual se dirigem. Isso envolve: sua matriz curricular e as vertentes que pode eleger em seu curso de graduação; tomada de decisão e comparações que realizam na avaliação de suas consequências; e, em outra direção, o desamparo quando não encontrado base de apoio, quer seja pela família, rede de amigos ou pela instituição educadora.

Dessa forma, a Psicologia no contexto educacional vale-se da análise das condições de desenvolvimento e aprendizagem. E, como uma das atribuições profissionais à realidade escolar/universitária, constitui a tentativa em evidenciar e superar os obstáculos institucionais ao funcionamento bem-sucedido dos grupos e ao crescimento individual dos estudantes. Isto supera o fazer clínico do psicólogo. Assim, estimo favorecer uma assistência ao estudante cada vez mais multidisciplinar e que tenha expressão para além de fatores econômicos, pesando artifícios que alcancem o desenvolvimento geral do estudante, em nível cognitivo, social e emocional.

Tendo em vista as exigências acadêmicas e os entraves que permeiam o percurso do estudante em sua graduação, procuro responder à questão: quais dispositivos de suporte/apoio pedagógico as universidades federais de educação superior têm disponibilizado e que poderão

suprir necessidades comuns dos estudantes em suas atividades acadêmicas para sua permanência?

Desta maneira, tem como objetivo geral agrupar dispositivos de suporte/apoio pedagógico ao estudante, em um modelo de organização e implementação de ações que o assessor nas atividades acadêmicas para a sua permanência. De modo específico, os objetivos têm a intenção de: a) problematizar acerca das políticas de in/exclusão; b) rastrear as ações ofertadas pelas universidades federais no que tange ao apoio à permanência do estudante; c) criar proposições de um plano para o apoio pedagógico em suporte à permanência discente.

Este estudo procurou percorrer acerca das ações institucionalizadas pelas universidades federais, pensadas para fim de apoiar o estudante perante sua jornada acadêmica. Neste sentido, tento disponibilizar informações úteis para a gestão universitária, especialmente ao Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, considerando o seu arranjo organizacional.

Considerou-se a natureza das ações pensadas pelas instituições, se formadas por aspectos estritamente pedagógicos ou dimensionadas por exterioridades, a partir do qual foi pensado proposições, apresentando caminhos para a articulação dos tipos de serviços que a instituição poderá ofertar, bem como os cuidados em diminuir as barreiras para a aderência dos graduandos.

Como psicóloga de atuação na área educacional/escolar, a temática cobre-se de sentido, uma vez que o exercício profissional neste contexto traz como parte das prerrogativas do exercício, a participação na elaboração de planos e políticas referentes ao Sistema Educacional, visando promover benefícios.

Pretende-se realizar divulgação dos resultados junto à Direção do Centro de Educação (CE-DC) em que o estudo guiou, bem como à Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – PRAPE, na qual exerce ações aos discentes, por meio de sua Coordenação de Assistência e Promoção Estudantis – COAPE.

A estrutura do trabalho inicia-se, além deste capítulo introdutório, no qual é apresentada a problemática do objeto de pesquisa, dois tópicos de natureza teórica. Sendo, pois, no segundo capítulo, discutidas sobre as políticas de públicas da educação superior, perpassando pelos principais elementos presentes no campo teórico e prático; apresenta uma subseção que trata da evasão e permanência no contexto educacional ao nível de ensino, sendo os principais construtos que alimentam a este trabalho.

No terceiro capítulo, aponto para a discussão da gestão das instituições federais de educação superior e o compromisso com o social, compreendendo o pensamento estratégico no contexto das universidades públicas, mais enfaticamente acerca da condução da área da assistência estudantil, tido como campo destaque relacionada à categoria permanência. Esta seção compõe ainda uma parte sobre as políticas de inclusão e exclusão, pontuando as divergências e irregularidades presentes que alegam justiça social aos estudantes provenientes de cotas; em outra subseção, discorremos sobre o apoio acadêmico e a intervenção a estudantes com baixo desempenho, aspecto que se mostra ainda em desenvolvimento nas ações voltadas a classe estudantil.

O capítulo 4 expõe os caminhos metodológicos percorridos para alcance dos objetivos de pesquisa, contemplando aspectos de delineamento do estudo, o *locus* da pesquisa, procedimentos e análise dos dados. Na quinta seção exponho os resultados de pesquisa com base nos dados encontrados e preliminarmente analisados, quanto ao que as universidades federais têm apontado sobre a área do apoio pedagógico, ainda amparada por práticas predominantemente por repasses financeiros aos estudantes e ações de assessoramento individualizadas.

No sexto capítulo esboço as proposições do plano para o apoio pedagógico, dando ênfase ao que cada uma das atividades pressupõe e em que sentido pode alcançar o estudante.

Dessa forma, apresentamos base de um plano para aplicação do apoio pedagógico como proposta de implementação ao Centro de Educação da universidade.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: FILTROS DO ESTADO

Este capítulo procurará refletir acerca do campo das políticas públicas de educação superior, perpassando pelo tema da evasão e permanência. Nesse sentido, corresponde parcialmente ao proposto no primeiro objetivo do estudo, no que se refere a problematizar o processo de expansão e as políticas de inclusão e exclusão.

Assim, julgo necessário definir o que se entende, no âmbito deste estudo, por política pública. Grosso modo, compreende-se política pública como diretrizes elaboradas e executadas pelo Estado para enfrentar um problema público. Sendo o Estado materializado por um Governo, dentro de um contexto de tensão com segmentos da sociedade para a área em que as hegemonias são confrontadas, resultando em acordos e discordâncias (CHAVES, 2017). Conforme este autor aponta, a participação da sociedade civil como eixo do embate político e base para acomodação do controle pelo Estado.

Andrade (2016) aponta duas perspectivas das políticas públicas em geral, uma delas, caracteriza-se pelo seu sentido político. Esta perspectiva corresponde a processos atravessados de divergências que influenciará as decisões de um determinado governo. Desse modo, o governo posiciona-se assumindo determinadas tendências ideológicas. Se orientado pela perspectiva de Estado mínimo preconizado pelos órgãos – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional (BIRD), Banco Central do Brasil (BACEN) etc. – compreende-se a tendência do Brasil em seguir com decisões alinhadas ao modelo econômico ao qual se baseia: a vertente neoliberal.

No que consiste a forma de intervenção do Estado, Januzzi (2014), pontua três vias de atuação – quer seja por um programa, por meio de projeto ou mesmo uma ação – tidas como estratégias, sendo, pois, o programa como um conjunto de medidas articuladas com a finalidade de acolher uma questão peculiar; e, pelo projeto, pode-se delinear uma ação baseada em um plano.

Na mesma direção, Andrade (2016) interpõe sobre sua segunda perspectiva de política pública, quando destaca o ponto de vista administrativo, em que o Governo assume uma série de ações, quer seja em forma de programas ou projetos. Nesse sentido, pode-se associar a criação e atualização de planos para cumprimento de metas, de forma a responder com objetivos propostos a cada governo.

Sob o âmago orçamentário, o Estado desprende recursos em áreas setoriais conforme prioridades, avaliadas segundo critérios de eficácia, eficiência e efetividade na obtenção de resultados (CHAVES, 2017). No atual contexto brasileiro, o Estado traz elementos sociais e

econômicos impregnados pelo Neoliberalismo, na qual há pouco controle social³ sobre as políticas públicas, dirigidas muitas vezes de forma dispersa ou fragmentada, como considera Maciel, Gimenez e Assis (2017).

A educação, como área setorial de atuação de políticas públicas, é financiada através de dispositivos político-administrativos, demarcadas pelos acordos contingenciais (FARENZENA; GIL; MACHADO; MOSNA, 2018; AZEVEDO, 2008). Enquanto política social, Vieira (2009) assinala a forma emblemática do Governo, fazendo emergir seu produto das relações que estabelecem e levando em consideração os filtros jurídicos e políticos.

Autores como Dourado (2011), Burlamaqui (2008) e Sguissardi (2003), nessa direção, enfatizam para a dinâmica institucional e as políticas alinhadas como reflexo da ação do Estado e mediados pelas regulamentações, regulações e dinâmicas de financiamento que impactam processos de organização e gestão da educação superior, respeitados a heterogeneidade das instituições.

Trazendo a discussão para o âmbito pedagógico, os cursos de graduação de cada Instituição de Educação Superior – IES, em seus respectivos Projetos Pedagógicos de Curso – PPC, precisam passar pelo crivo do Ministério da Educação – MEC, por meio da avaliação do curso, para validação e manutenção da oferta. Destarte, a legitimação por este, ainda que autorizado pelo órgão superior, não impede que os cursos em funcionamento possam apresentar falhas que comprometam a efetividade enquanto curso de formação.

2.1 OS PROCESSOS DE EXPANSÃO: O CRESCIMENTO (DES)ORIENTADO

Nesta seção, é tratado acerca do papel do Estado no enfrentamento à Questão Social⁴, ou seja, a uma série de expressões que definem as desigualdades sociais no escopo das políticas educacionais e como os tratamentos dos governos impactaram o contexto da educação superior no Brasil, no que refere, principalmente, a democratização do seu acesso.

Conforme prevê o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, a política externa lança seus objetivos gerais (Decreto nº 7.234/2010, art. 2º), deixando a cargo de cada

³ A partir do qual os cidadãos podem fiscalizar a ação do Estado, exigindo que o governo preste contas sobre o uso dos recursos públicos (MDS/BRASIL, 2015).

⁴ “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 77).

instituição o manejo em fazer cumprir as orientações. Logo, revisar as práticas institucionais faz-se necessário para aperfeiçoamento e melhoria na prestação de serviços em consonância com as demandas estudantis.

Trow (2005) e Gomes e Moraes (2012), em uma análise compreensiva do processo expansionista da educação superior, se referem a aspectos relacionados à transição de um sistema educacional de elite para o atual sistema de massa⁵, em que absorve bem mais a população das classes sociais menos favorecidas, ainda que distante do que se vislumbra a um sistema que considere acesso universal.

Considerando a análise os períodos que marcam passagens importantes ao cenário da educação superior, segundo os dados levantados por Gomes e Moraes (2012), no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) trouxe transformações consideráveis ao panorama pela elevação da taxa de matrícula, entretanto este percentual não ultrapassou os 15%, categorizado com um sistema de educação composta por um grupo social, econômico e cultural privilegiado. Além de que, o crescimento apontado por seu governo espelha, com muita nitidez, as políticas neoliberais de sua gestão, na qual privilegiou o setor privado, seguindo a lógica de mercantilização da educação superior, cada vez mais entregue e incentivada aos interesses da iniciativa privada (SILVA; VELOSO, 2013). Neste período, o princípio organizador da agenda pública centrou-se, como refere Melo (2007), na problemática do papel do Estado nas questões sociais.

Perante o governo Lula, foi apresentado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, em 2007, como um portfólio de programas do Brasil para a educação, em seus diferentes níveis, objetivando melhorias no panorama nacional em um prazo de 15 anos (BRASIL, 2007a). Para a Educação Superior, o PDE propôs uma visão sistêmica no desenho organizacional das Instituições Federal de Educação Superior – IFES, apoiando a revisão da estrutura acadêmica destas, possível através de um programa destaque: o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (Reuni).

O então Reuni (BRASIL, 2007b), instituído pelo Decreto nº. 6.096/2007, representou um grande projeto nacional para a expansão da Educação Superior – com a proposta de criação de novas universidades, interiorização e aumento no número de vagas das instituições que aderissem –, sendo, para isso, financiadas. Entretanto, não apenas estimou o impacto quantitativo de crescimento de oferta, mas remanejamento na organização interna, de maneira a atender satisfatoriamente as demandas dos estudantes e diminuir os índices de evasão nos

⁵ Processa-se pela incorporação de critérios políticos, viabilizando medidas equânimes dentro da ordem da democracia neoliberal (GOMES; MORAES, 2012).

curso presenciais. Com o Reuni, cria-se curso de graduação. É importante ressaltar, que muitos deles procuraram atender apenas as necessidades locais do mercado de trabalho. É nesse contexto que ocorre a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Nos anos anteriores, entre 2001 e 2005, de acordo com cálculos feitos por dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, a taxa anual média de evasão no ensino superior brasileiro foi de 22%, com pouca oscilação, mas mostrando tendência de crescimento. Já a evasão anual nas IES públicas teria variado em torno dos 12%, alterando entre 9 e 15% no mesmo intervalo de tempo.

Em 2008, só nas universidades públicas, a taxa de evasão marcou 42% e 56% de retenção (RISTOFF, 2013). Intimamente relacionada, isso requer pensar na qualidade da educação superior e em uma proposta de gestão com resultados mais positivos. Cabem, assim, a cada estabelecimento de ensino organizar-se e conduzir suas propostas, baseados em seus próprios indicadores, conforme o acompanhamento realizado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA das instituições.

Silva e Veloso (2013), em menção ao acesso nas políticas da educação superior, ilustram a forma de ingresso, condições de permanência e a qualidade da formação como as três dimensões que a englobam; e é, em especial, na permanência onde insurge apoderar-se de programas institucionais que mostrem força.

Destarte, a reestruturação das universidades foi pensada, sobretudo para barrar os índices que vinham demonstrando uma fragilidade desse nível de educação, na perspectiva de aproximar as reais dificuldades das universidades, dentro do conhecimento das especificidades de cada uma, seu público e modo de operar. Assim, o Reuni, como apontou Mancebo (2015), foi o responsável pelo aumento de 60,05% das matrículas presenciais na rede federal, nos primeiros cinco anos seguintes ao seu lançamento em 2007.

Mancebo (2013) comparou o total de matrículas entre os anos de 1995 e 2010, constatando 262,52% de crescimento, sendo em maior proporção através da iniciativa privada. O processo de expansão da educação superior brasileira é apontado no governo FHC e se intensificando no governo Lula da Silva (2003-2010), sendo mantido as características de subserviência ao capital, com o estímulo à expansão do ensino superior privado. Um lugar de destaque que favoreceu alavancar os números, foi o ensino à distância (EaD). Como tendência até os dias atuais, o EaD afirma o processo de expansão da educação superior, com expressiva ampliação de cursos ofertados pelas instituições.

Todavia, a partir do Governo Dilma (2011-2016), o país passou a atravessar período de instabilidade e incertezas em sua política, situação que reverberou na educação superior pública. Conduzida pela crise, ações iniciadas pelo Governo anterior foram enfraquecidas, tendo a prioridade no âmbito da expansão do ensino técnico e tecnológico, pelo qual houve maciço investimento no programa que mais representou seu governo, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec (MACEDO; NASCIMENTO, 2017).

Quantitativamente, o Reuni trouxera um impacto na distribuição da oferta das vagas que acrescentou às instituições. Porém, qualitativamente, parece não ter correspondido a contento. “O desdobramento necessário dessa democratização é a necessidade de uma política nacional de assistência estudantil. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) consolida o REUNI” (BRASIL, 2007a).

Mais à frente, apresento melhor o PNAES, foco do estudo, e suas propostas para a permanência dos estudantes. No momento, faz necessário explicar o cenário da educação superior do Brasil atualmente, compreendendo os aspectos avançados em termos numéricos.

Será exibido os dados apresentados pelo Ministério da Educação quanto ao Censo realizado às instituições de educação superior, em referência ao ano de 2016, sendo, pois, as informações oficiais mais atuais disponíveis quanto ao cenário do nível de ensino em questão. Por estes elementos se pode conhecer a conjuntura em que as políticas de educação superior têm correspondido e as lacunas que evidenciam as fragilidades da realidade brasileira.

Interessa essa aproximação uma vez que as políticas educacionais, e conseqüentemente, suas medidas e programas precisam alcançar meios de dirimir as falhas, seja por atualização de suas estratégias de intervenção ou táticas pela ampliação dos projetos de governo.

Diante os dados expostos no Censo 2016, os elementos filtrados buscaram corresponder ao cenário do Brasil, Nordeste, Paraíba e, quando possível, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Os principais critérios para seleção dos dados que atingem este estudo foi a especificidade de cursos presenciais de instituições federais (universidades e instituto federal), ou seja, não trataremos diretamente do alcance específico às instituições privadas de educação superior, nem quanto as esferas estadual e municipal.

A seguir, a Tabela 1 apresenta o quantitativo de matrículas em cursos de graduação presenciais ao ano-base de 2016.

Tabela 1 – Matrículas em cursos de graduação presenciais, por organização acadêmica e localização (capital e interior), segundo a unidade da federação e a categoria administrativa das IES.

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais								
	Total Geral			Universidades			IF e CEFET		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Brasil	6.554.283	3.041.952	3.512.331	3.256.450	1.576.824	1.679.626	155.783	50.218	105.565
Pública	1.867.477	727.069	1.140.408	1.569.795	657.031	912.764	155.783	50.218	105.565
Nordeste	1.444.368	851.710	592.658	618.984	350.185	268.799	50.334	20.817	29.517
Pública	546.473	244.028	302.445	477.176	222.666	254.510	50.334	20.817	29.517
Paraíba	136.216	66.353	69.863	61.261	23.251	38.010	8.713	4.712	4.001
Pública	69.974	27.963	42.011	61.261	23.251	38.010	8.713	4.712	4.001

Fonte: BRASIL/MEC, Dados do Censo, 2016.

Segundo as informações colhidas, vemos 6.554.283 matrículas em cursos de nível superior em todo o Brasil, destes apenas 17,91% (1.173.968) estão vinculados a uma instituição federal de educação superior, por uma universidade ou instituto federal.

O Nordeste brasileiro com 307.140 matrículas em universidades federais e o estado da Paraíba numerando em 42.711 matrículas vinculadas às universidades Federais, em que se tem a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal de Campina Grande.

Ampliando para o quantitativo acrescido das matrículas às outras instituições de educação superior, em toda a Paraíba o número sobe para 136.216. Se analisarmos em comparação aos dados da realidade de 2006, em que se tinha o registro de matrículas de: Brasil – 4.676.646; Nordeste – 796.140; e Paraíba – 62.268; o Censo mostra que no Estado da Paraíba, o aumento em número de estudantes cursando o nível superior se expandiu significativamente nos últimos 10 anos.

As informações apontadas anteriormente direcionam para uma mudança no cenário da educação superior vivenciada no Brasil, em que as políticas públicas dirigidas explanam um crescente número de matriculados em instituições de nível superior. Contudo, outros dados vêm mostrar o lado controverso desse contexto. A seguir, é marcado o que o Censo 2016 evidencia acerca do número de concluintes aos cursos, demonstrando a lacuna existente do quantitativo de vagas ofertadas pelas instituições e aquelas em que de fato repercute em alunos egressos.

Tabela 2 – Número de concluintes em cursos de graduação presenciais, por organização acadêmica e turno, segundo a unidade da federação e a categoria administrativa das IES.

Concluintes em Cursos de Graduação Presenciais									
Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Total			Universidades			IF e CEFET		
	Total	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno
Brasil	938.732	326.011	612.721	449.853	215.181	234.672	12.464	6.210	6.254
Pública	231.572	148.980	82.592	197.328	135.855	61.473	12.464	6.210	6.254
Federal	136.598	98.928	37.670	123.889	92.497	31.392	12.464	6.210	6.254
Nordeste	179.953	82.486	97.467	75.558	49.241	26.317	3.337	1.931	1.406
Pública	63.032	43.032	20.000	56.000	40.364	15.636	3.337	1.931	1.406
Federal	38.155	27.684	10.471	34.818	25.753	9.065	3.337	1.931	1.406
Paraíba	17.341	9.465	7.876	8.725	6.025	2.700	450	303	147
Pública	9.175	6.328	2.847	8.725	6.025	2.700	450	303	147
Federal	6.797	4.906	1.891	6.347	4.603	1.744	450	303	147

Fonte: BRASIL/MEC, Dados do Censo, 2016.

Pela Tabela 2 podemos observar que o total de concluintes em todo o Brasil aos cursos presenciais é de 938.732, bem inferior aos números de matrículas presentes nos dados do Censo de anos anteriores (2014, 2013, 2012, 2011), o que sugere o alto índice de evasão de estudantes.

Do total de concluintes no Brasil, 136.598 foram em instituições federais de ensino superior. No Nordeste, dos 179.953 concluintes de graduação, apenas 21,20% egressaram de uma instituição federal. Observa-se, na realidade da Paraíba, mais da metade dos alunos concluem sua graduação em uma instituição pública (9.175 concluintes), demonstrando o peso que as IFES têm no Estado em suprir a demanda.

A UFPB correspondeu a 4.080 dos estudantes que concluíram seus cursos em maior número que as outras instituições federais do Estado, seguida da UFCG com 2.267 concluintes e o IFPB com um total de 450 estudantes, conforme a Tabela 3 (a seguir).

Tabela 3 – Números de concluintes, cursos, matrículas nos cursos de graduação Presenciais e a distância e docentes, segundo as regiões geográficas e as instituições federais.

Região / Instituições Federais	Concluintes		Cursos		Matrículas		Docentes	
	Graduação Presencial	Graduação a Distância	Graduação Presencial	Graduação a Distância	Graduação Presencial	Graduação a Distância	Total	Em Exercício
Brasil	136.598	9.769	5.938	296	1.175.650	73.674	116.223	110.105
Nordeste	38.155	4.501	1.614	119	357.474	26.127	33.593	31.645
PB								
Universidade Federal da Paraíba	4.080	490	113	11	27.255	2.650	2.760	2.610
Universidade Federal	2.267	.	77	.	15.456	.	1.699	1.575



Fonte: BRASIL/MEC, Dados do Censo, 2016.

Ao que traz a Tabela 3 e 4, a UFPB mostra-se como uma universidade de grande representatividade no estado da Paraíba, com 52,7% das vagas oferecidas pelas instituições de educação superior. Das novas vagas oferecidas, 79,1% foram preenchidas por processo seletivo e, mesmo após seleção para ingresso para vagas de programas especiais e vagas remanescentes, 11% não chegam a serem preenchidas.

Baseada pelo Sistema de Seleção Unificada – SiSU, as universidades federais também vivenciam o aumento da rotatividade das vagas de seus cursos de graduação, em meio ao crescente número de chamadas para preenchimento ou pela evasão dos matriculados, que como refere Santos (s/d), tem número expressivo já nos primeiros anos. Vagas ociosas ou o aumento do tempo para diplomação de graduandos faz emergir cada vez mais preocupação em favor da permanência de estudantes ao universo acadêmico e o modo de a universidade operar para atingi-la.

Tabela 4 – Número presente em seleção para vagas novas oferecidas pelas IES e número de ingressos.

Região / Instituições Federais	Seleção para Vagas Novas			Ingressos	
	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Relação Candidatos Inscritos/Vaga	Total	Processo Seletivo (para vagas novas)
	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial	Presencial
Brasil	315.722	6.073.468	19,2	327.474	291.749
Nordeste	95.847	2.186.189	22,8	96.500	87.081
PB	14.865	236.933		14.098	13.081
Universidade Federal da Paraíba	7.840	127.089	16,2	6.984	6.208

Fonte: BRASIL/MEC – Dados do Censo 2016.

Costa (2017) traz outros dados mostrando a dimensão da UFPB enquanto IES, estando em 26ª posição no ranking brasileiro no ano de 2017. E, enquanto universidade federal, numa posição privilegiada de 17ª. Considerando a região Nordeste, Universidade Federal da Paraíba deu um salto importante no ano de referência, posicionando-se atrás somente da UFPE, UFC e UFBA.

Conforme a Tabela 5, podemos compreender a UFPB no cenário nacional, com dados que mostrem a relevância da instituição no cumprimento da função social a que destina.

Tabela 5 – Comparativo de oferta de novas vagas oferecidas em cursos presenciais, por número de ingressos e remanescentes.

Região / Instituições Federais	Nº de vagas novas oferecidas em cursos presenciais	Nº de ingressos em vagas novas em cursos presenciais	Nº de vagas remanescentes	% de vagas não preenchidas
Brasil	315.722	291.749	23.973	7,59
Nordeste	95.847	87.081	8.766	9,15
PB	14.865	13.081	1.784	12,00
<i>Universidade Federal da Paraíba</i>	<i>7.840</i>	<i>6.208</i>	<i>1.632</i>	<i>20,82</i>

Fonte: BRASIL/MEC, Dados do Censo, 2016.

Quanto aos limites que a atual pesquisa perpassa, encontra-se o difícil acesso aos dados no sistema de registros acadêmicos – o SIGAA/UFPB – que fornece informações limitadas às buscas. A dizer, a não identificação do quantitativo de alunos matriculados no ano de 2016, mas apenas consulta de alunos ativos para o ano de 2018 (período ativo). Outra fonte necessária ao desenvolvimento do estudo deu-se a partir do Relatório de Gestão da UFPB de 2016, mas novamente a não distinção de quantitativo de alunos matriculados da graduação e da pós-graduação; as informações encontradas referenciavam o conjunto de estudantes.

Contudo, dados elaborados por Costa (2017) trazem conteúdos relevantes da UFPB. A tabela 6, abaixo, explana dados que favorece uma aproximação da realidade da UFPB quanto ao recorte do período 2015.2, uma vez que aponta quanto às taxas de diplomação, evasão e retenção da universidade, divididas por cada Centro. Ela mostra a mais elevada taxa de diplomação pelo Centro de Ciências Médicas, seguida do Centro de Ciências Jurídicas, que corresponde, respectivamente aos cursos de Medicina (93,7%) e Direito (71,4%). Não por acaso, são os cursos de maior prestígio social, o que leva a crer que pode ser uma importante influência do estudante no curso.

Enquanto traz como maiores preocupações as taxas do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (29,6%), vinculado ao campus Rio Tinto/Mamanguape, e o Centro de Ciências Exatas e da Natureza (31%), estando abaixo da média da instituição, que incide em 41,6%. Isso denota que menos que a metade dos estudantes concluem no período regular do curso. O estudo de Costa (2017) aponta para uma elevada taxa de evasão como um todo (52%), estando o Centro de Educação com uma média de 50,1% de alunos que desistiram dos seus cursos e 8,7% em retenção, com o total de diplomação apenas 44,2%.

Tabela 6 – Taxas de diplomação, evasão e retenção por centro de ensino da UFPB

Centro	Q	KPI - Taxa de Diplomação	KPI - Taxa de Evasão	KPI - Taxa de Retenção
Totais		41,5%	52,0%	6,6%
CENTRO DE CIÊNCIAS MÉDICAS (CCM)		93,7%	5,4%	0,9%
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS (CCJ)		71,4%	22,7%	5,9%
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (CCS)		62,3%	34,6%	3,2%
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS (CCA)		52,8%	40,6%	6,6%
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES (CCTA)		49,2%	45,9%	4,9%
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS SOCIAIS E AGRÁRIAS (CCHSA)		46,1%	46,9%	6,9%
CENTRO DE EDUCAÇÃO (CE)		44,2%	50,1%	5,7%
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES (CCHLA)		38,6%	54,9%	6,5%
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS (CCSA)		38,5%	52,8%	8,7%
CENTRO DE TECNOLOGIA (CT)		34,8%	54,4%	10,8%
CENTRO DE INFORMÁTICA (CI)		33,3%	64,4%	2,2%
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA (CCEN)		31,0%	64,2%	4,8%
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO (CCAE)		29,6%	61,3%	9,1%

Fonte: Costa (2017, p. 53).

Para avançarmos na discussão às políticas que envolvem a Educação Superior, duas categorias teóricas são postas em destaque: evasão e permanência. Considerando tratar-se de conceitos ainda em construção de definição, tido a gama de elementos que as acompanham e peculiaridades sem alcance, procurar-se-á levantar o que tem se considerado nas referências de documentos oficiais e referências bibliográficas.

2.2 EVASÃO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: SINAIS DE INCONSISTÊNCIAS NAS INSTITUIÇÕES

Esta seção foi pensada para fim de discriminar um dos principais construtos que centram as políticas públicas no universo da educação superior, a que permeia a esta temática dissertativa: a evasão e a permanência.

A evasão consiste no desligamento do estudante em seu curso antes que finalize com a sua formação (COSTA, 2017). Este conceito, na educação superior é classificada pela Comissão Especial de Estudos Sobre Evasão nas IES Públicas (BRASIL/MEC, 1997; ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 1996) em três tipos específicos: evasão do curso, evasão da instituição e evasão do sistema de educação superior.

A Comissão Especial de estudos sobre evasão nas universidades públicas brasileiras (ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC), criada em 1996, posicionou-se pela definição da evasão como a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem que tenha concluído. Ou seja, diferentemente dos casos de egressos, em que os estudantes caminham pela instituição formadora até a obtenção do diploma de graduação. Segundo o critério de exclusão apontado por Ristoff apud Ambiel (2015), a transferência do estudante de um curso a outro descaracteriza do conceito estudado.

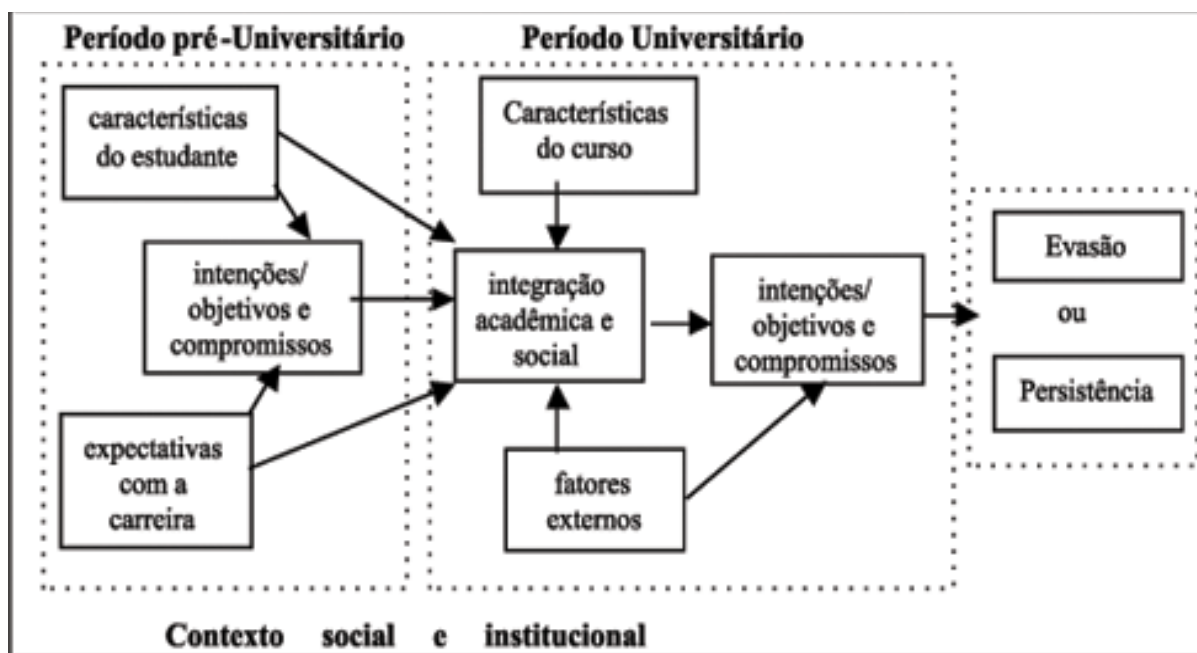
A então Comissão Especial (ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 1996), considerou relevante no levantamento realizado, além do estudo sobre a evasão, os percentuais de diplomação e de retenção dos discentes dos cursos trabalhados, em que se pretendeu conhecimento da relação entre o planejado e o efetivado dentro de uma geração completa nas às universidades públicas brasileiras.

Para efeito de esclarecimento, o termo “geração completa” parte do tempo máximo de integralização de um curso, considerando todo o dado sobre uma geração/turma. Compreende o número de diplomados (N_d), somado ao número de evadidos (N_e) e acrescido ao número de retidos (N_r), tendo em sua resultante o número de ingressantes no ano-base⁶ (N_i). Traduz-se conforme a explanação abaixo: $N_i = N_d + N_e + N_r$. Como esclarece a Comissão Especial, são trabalhados para efeito de evasão àqueles que não se diplomam numa geração completa e que não mais pertencem ao curso em questão (ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 1996), como demonstra a fórmula: $\% \text{ Evasão} = (N_i - N_d - N_r) * 100$.

Em busca de outras referências acerca do modo como a evasão tem sido considerada, um modelo que traz importantes contribuições foi elaborado por Tinto (apud AMBIEL, 2015; ANDRIOLA; ANDRIOLA; MOURA, 2006). Tal embasamento enfoca a inserção do discente à instituição de educação superior, contemplando o envolvimento acadêmico e social de maneira geral (AMBIEL, 2015); isso implica que, para Tinto “a evasão do Ensino Superior seria uma atitude voluntária, motivada principalmente por desempenho acadêmico insatisfatório e da não integração social ao novo ambiente” (p. 42).

⁶ Corresponde ao ano e semestre de ingresso do estudante na universidade.

Figura 1 – Modelo explicativo da evasão discente



Fonte: Ilustrado por Andriola, Andriola e Moura (2006) quanto ao modelo de Tinto (1975).

Segundo referem Andriola, Andriola e Moura (2006) o modelo apontado tem sido considerado por diversas instituições estrangeiras, tratando a integração sob influência de características demográficas do discente. No estudo que realizaram no contexto da Universidade Federal do Ceará ao ano de 2003, alcançaram a incompatibilidade entre horários de trabalho e de estudo, aspectos familiares e precariedade das condições físicas do curso ou inadequação curricular dentre as principais manifestações respondidas por estudantes que desertaram de seus cursos de graduação.

Ambiel (2015), em um recente estudo quanto aos motivos comuns à evasão na educação superior, utilizados na construção da *Escala de Motivos para Evasão do Ensino Superior*, buscou favorecer aos gestores de políticas educacionais e responsáveis pelos planejamentos e implementação de ações nas instituições de educação superior a identificarem os motivos relevantes que vulnerabilizam os estudantes à evasão, auxiliando-os a melhores condições de adaptação e tomada de decisões que considerem a integração dos alunos.

Uma vez destacado o papel do gestor educacional, entende-se, nesse estudo, como todo aquele com poder de decisão sobre uma ação dirigida aos estudantes, para fim de viabilizar permanência dos estudantes, quando a par da realidade de seus discentes para elaboração de estratégias adequadas ao perfil destes.

Complementarmente aos estudos já mencionados, a fim de conhecer o que tem sido referenciado quanto à evasão universitária nos últimos dez anos, realizou-se um levantamento sobre o tema nas bases de dados do Portal de Periódicos CAPES⁷/MEC, com o qual se realizou a busca aos indexadores “evasão” e “educação superior”, sendo encontrados 378 resultados relacionados, tendo como filtro os anos de 2008 a 2018. Os achados incluem a realidade presente na modalidade de educação à distância (EaD) e amparada a problemática da permanência. No entanto, quando investigado pelos indexadores “permanência” e “educação superior”, o número de referências encontradas subiu para 1.570 referências, e apontavam para estudos que atravessam temas acerca da inclusão e as políticas afirmativas.

O conceito de permanência aqui tratado considera o referenciado por Cordeiro (2016), “entendida como uma política, programa e/ou ações assumidas pela instituição que visam garantir, atender e/ou sanar aspectos de ordem socioeconômica, pedagógica e cultural, capazes de promover o sucesso na trajetória acadêmica e sua conclusão”.

Como aponta Vasconcelos (2010), houve a promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, em 12 de dezembro de 2007, representando um marco histórico e de importância fundamental para a questão da assistência estudantil, sinalizado por Vargas (2011) como fruto de uma série de reivindicações e movimentos sociais, quando passa a destinar recursos para ampliação e democratização das condições de acesso e permanência, até então traçadas fora de uma perspectiva comum pelas universidades.

O PNAES, ainda que instituído através da Portaria Normativa nº 39/2007, foi efetivada em 2008 com a prerrogativa de suporte à política de crescimento das IFES, em decorrência da democratização do acesso das vagas às populações com maior vulnerabilidade socioeconômica. Sendo assim, o objetivo do PNAES é justamente de favorecer a permanência dos estudantes de baixa renda dos cursos de graduação.

Como uma política focalizada, acolhe a um público que atenda a critérios pré-estabelecidos pelo próprio programa, além dos definidos pela instituição federal (Art. 2º). Tem margem de aplicação flexível a cada órgão, o que permite às universidades prepararem o programa de modo correspondente ao perfil institucional e atendendo ao tripé universitário, que envolve o ensino, pesquisa e extensão, como estabelece o Art. 3º do documento.

O PNAES iniciou com 9 (nove) áreas de atuação, sendo a moradia, transporte, alimentação, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Posteriormente, foi atualizado pelo Decreto nº 7.234 (BRASIL, 2010), quando acrescentou

⁷ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

um novo campo de atividade voltado ao atendimento aos estudantes com deficiência, autismo e/ou altas habilidades.

Maciel, Gimenez e Assis (2017) sinalizam para a dualidade entre o direcionamento institucional para atender ao apoio pedagógico e financeiro aos estudantes e os critérios de seletividade que desfavorece a um considerável percentual de estudantes, com o agravante de, como ao contexto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, o não preenchimento de auxílios que deveriam ser empenhados à permanência estudantil.

As autoras (MACIEL; GIMENEZ; ASSIS, 2017) lançam ainda a crítica quando expressam:

[...] A questão da permanência relaciona-se ao perfil familiar do estudante, ao perfil socioeconômico, à integração social e ao sucesso escolar nos vários níveis da educação básica, desde a educação infantil até a educação superior. Notam-se, nesse contexto, mudanças institucionais educacionais que apresentam como base supostas necessidades de desenvolvimento do país e não necessariamente dos estudantes universitários (p. 917).

Castelo Branco, Nakamura e Jezine (2017) construíram um instrumento considerando seis dimensões da categoria permanência – no qual inclui abrangendo elementos precedentes à entrada dos alunos, perpassando por aspectos de natureza acadêmica – que visa delinear o perfil do estudante.

Outras ferramentas estão sendo pensadas para que possam favorecer conhecimentos que amparem serviços de apoio aos universitários. Em uma escala sobre expectativas acadêmicas de estudantes ingressantes na educação superior, adaptada por Almeida, Bisinoto, Rabelo, Marinho-Araújo e De Souza Fleith (2015), emergiram sete fatores consistentes à participação e envolvimento dos alunos de graduação: formação acadêmica de qualidade, compromisso social e acadêmico, ampliação das relações interpessoais, oportunidade de internacionalização e intercâmbio, perspectiva de sucesso profissional, preocupação com a autoimagem e desenvolvimento de competências transversais.

Araújo (2017) aponta alguns indicadores de sucesso no ensino superior, em que sistematiza o rendimento, a satisfação com a experiência no ensino superior, o desenvolvimento global do estudante (ganhos pessoais), o envolvimento e a adaptação ao nível de ensino.

Torna-se oportuno ressaltar um traço bastante peculiar da Assistência Estudantil, pois comumente aparece desvinculada dos departamentos que envolvem aspectos de

ensino/graduação⁸. A Assistência Estudantil em geral, por sua vez, se organiza enquanto campo reivindicatório de provimento das necessidades dos discentes, muitas vezes a partir de solicitações de particulares, o que contraria as conclusões de Araújo (2017) quando insere:

Os investigadores, docentes, administradores, gestores e técnicos que estejam preocupados com a transição e adaptação dos estudantes, mais do que uma ação remediativa face aos problemas demonstrados pelos mesmos, devem endereçar a prevenção de tais problemas e, mais importante ainda, a promoção da adaptação acadêmica, comportamental e psicológica nesta transição (p. 136).

Por conseguinte, no capítulo que seguirá, adentrar-se-á nas formas de organização das universidades para responder suas demandas sociais, orientadas pelas políticas balizadoras discutidas até então.

⁸ Na Universidade Federal da Paraíba, a assistência estudantil é promovida pela Pró-Reitoria de Assistência e Promoção Estudantil (PRAPE/UFPB), tendo a Pró-Reitoria de Graduação os cuidados para intervir nos programas de ensino.

3 A GESTÃO DAS IFES E O COMPROMISSO COM O SOCIAL

A fim de compreender o pensamento estratégico no contexto da educação superior enfaticamente acerca da condução da assistência estudantil, tida como área de referências às demandas do corpo discente que corresponde a categoria teórica da permanência, em ênfase nesse estudo, tomarei como um dos eixos o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, ano 2007. Nele presente um leque de programas voltados à educação, em seus diferentes níveis, oportunizando melhorias no panorama nacional (BRASIL, 2007a).

Já dissemos que o Plano de Desenvolvimento da Educação orientou-se por estratégias que sustentasse à grande expansão que seguiria o REUNI, sendo então apontado o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Decreto nº 7.234/2010) como a medida de acompanhamento da política de permanência aos que ingressam e atendem a critérios específicos de vulnerabilidade (NUNES; VELOSO, 2016; MACEDO; NASCIMENTO, 2017; SANTOS; MARAFON, 2016). Isto implicou na necessidade de novas formas de gestão, redimensionando atividades administrativas para adequabilidade de condições, como medida interna para a construção de processos que alcancem as fragilidades institucionais no manejo às vulnerabilidades organizativas com repercussão na adesão estudantil.

Ainda que guiada por legislação nacional, o PNAES é efetivado no interior das IFES de maneira relativamente autônoma, conforme a realidade da instituição e sua forma de organização (IMPERATORI, 2017). Veloso (2000) sugere a realização de acompanhamento sobre o desempenho acadêmico do aluno, de modo a auxiliá-lo no percurso universitário.

Segundo Moreira (2010), os fatores institucionais exercem forte influência sobre o rendimento acadêmico de universitários provenientes das mais diversas camadas populares. Assim, faz-se necessário conhecer o contexto e as características das instituições de ensino superior como via estratégica para a definição das políticas educacionais e para gestão dessas mesmas instituições. Enquanto Silva, Pinezi e Zimerman (2012) destacam para a falta de articulação de políticas públicas e institucionais, que favoreçam a permanência e a inserção dos estudantes dentro do universo acadêmico. Dessa forma, as políticas de permanência abarcam os aspectos de infraestrutura, física e tecnológica, e das condições didático-pedagógicas proporcionadas aos estudantes nas instituições de ensino superior (MACIEL; LIMA; GIMENEZ, 2016).

Vê-se que, como área de múltiplas facetas, não se distancia de conflitos. O papel do Estado no contexto das políticas sociais propõe a noção de desenvolvimento e planejamento, por meio de consistência na utilização dos recursos. Ainda que com um propósito político, a

atuação estratégica requer a planificação das ideias para a eficácia da administração pública, proporcionando transparência e clareza da definição das prioridades (COSTA, 2014).

Tendo em vista os interesses conflitantes que existem em toda sociedade, nem sempre o interesse público é evidente. A governança democrática é o principal processo pelo qual os modernos sistemas de governo definem, para cada questão, qual é o interesse público. Assim, o Estado republicano é intrinsecamente democrático. Mas é mais do que democrático porque, assim como é capaz de proteger os cidadãos individuais, é igualmente capaz de se proteger de interesses conflitantes: dispõe das instituições e dos cidadãos que ajudam a promover essa proteção (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 170).

Discriminar os segmentos da atividade organizacional no enfrentamento dos problemas beneficia o aparelho administrativo, viabilizando medidas específicas aos problemas situacionais. Nesta seção, procurar-se-á dirigir os conceitos e abordagens da Administração Geral e Gestão Pública, tendo como campo o universo da educação superior pública brasileira.

Desse modo, distingue-se o modelo de gestão democrática, fortemente discutida e que tem um dos principais proponentes Bresser-Pereira (2009) e Cunha (2000). Cunha (2000) discorre sobre aspectos relevantes à gestão das universidades públicas federais, reflexão apropriada que pode auxiliar nas crises que atingem as instituições de ensino, com o propósito de melhoria de suas atividades.

Diferentemente do Estado liberal, o socialdemocrático propõe nova concepção em que também acolhe, ou reconhece, sua responsabilidade com o social e nova forma de atividade econômica. Os conflitos de interesse fizeram emergir a necessidade de reforma da gestão pública (BRESSER-PEREIRA, 2009).

Bresser-Pereira (2009) expõe em desfavor do paradigma burocrático que vinha marcando o serviço público de rigidez não funcional. Mesmo em meio à ação da reforma, com início em meados da década de 80 do século passado, é um modelo que persiste em características. O interesse, então, centrou-se em diminuir os gastos do Estado, porém dentro de uma proposta alimentada pela eficiência e racionalização do orçamento público.

O controle social pode ser uma boa maneira de termômetro da administração pública, como também favorece a releitura de uma prática que precisará ser esclarecida, o que Bresser-Pereira (2009) aborda como novas práticas em uma abordagem gerencial.

A reforma da gestão pública foi proposta não apenas em cumprimento ao princípio da eficiência, mas, sobretudo a fim de aumentar a atuação do Estado, segundo enfatiza Bresser-Pereira (2009). Dentro da visão de Cunha (2000), por ser uma instituição com especificidades que a distinguem da natureza de organizações empresariais, às universidades seria necessário um modo de gestão que reconhecesse suas características e objetivos particulares. O autor é

assertivo ao dizer que precisa estudos que alcancem a estrutura da universidade de modo a ultrapassar o ponto de vista unicamente administrativo.

Nesse contexto de reforma das universidades, o MEC realizou uma tentativa, ainda que frustrada, em desenvolver uma ação para avaliar a gestão das instituições de ensino superior e a produção do conhecimento por elas produzido. Tratava-se do Programa de Avaliação da Reforma Universitária – PARU (1983/1984), que parecia um mecanismo que pudesse esclarecer os problemas presentes na graduação, por meio a dados relevantes acerca da gestão das universidades (CUNHA, 2000).

Chauí (2001) fez uma análise da insatisfação da sociedade às universidades, considerando os diferentes olhares que a elas dirigem, que, aponta sentidos e perspectivas sobre os fins da universidade. De forma mais marcante, o antagonismo dos defensores da modernização da universidade e os resistentes pela universidade pública democrática.

Se a universidade, diante às políticas educacionais lançadas para permanência de seus estudantes, quiserem democratizar sua base, precisa aproximar-se das facetas que atingem seu novo público. Vincular-se às suas demandas requer mais do que fornecimento de um serviço paralelo ao que acomoda. É prudente pensar a organização da universidade, conhecer suas particularidades, pontos fortes e fracos para uma ação estratégica de efeito.

Nesse pensamento, em comunhão com o proposto pelo projeto Reuni (BRASIL, 2007a), favorecer o acesso e permanência, e assim trilhar a universidade a caminhos democráticos, ultrapassa a condição quantitativa de atuação, como foi referenciado no capítulo anterior. Quando o MEC propôs o plano de reestruturação das IFES, considerou uma mudança qualitativa de sua gestão, por ações estratégicas que sejam avaliadas, conforme as colocações pontuadas no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (2007-2022).

Uma vez que o orçamento das IFES tem sido colocado em risco para continuidade de seus fins, é claro a medida de abalizar um planejamento estratégico para lidar com as reservas orçamentárias e gerenciais marcadas pelas mudanças de governo, para fim de pormenorizar as forças causadas pelas variações de novos chefes de Estado. Além disso, essas instituições precisam orientar sua capacidade de gestão do conhecimento, além da articulação com a sociedade civil através da organização política (MACEDO; NASCIMENTO, 2017). Como aponta Dourado (2011), o contexto educacional abastece-se pelas regulamentações, regulações e lógicas de financiamento que ecoam na organização e gestão da educação superior, e, diante desses desafios cabe o seu fortalecimento visando uma educação crítica, pública, gratuita e de qualidade.

A reforma da gestão pública significa a transição institucional, cultural e gerencial da administração burocrática para a moderna gestão pública. Envolve modificar instituições, particularmente a organização do Estado, a cultura administrativa e as estratégias regenciais (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 265).

A este caminho propõe-se a universidade uma visão sistêmica, conhecimento de seu desenho institucional e proposta de atuação que responda às suas demandas conflitantes, ou seja, que demonstrem impacto sobre seus índices de diplomação, a qualidade do produto educativo e o compromisso com o social.

Nesse sentido, também apontamos um contraponto da Assistência Estudantil. Enquanto área de interseção, ela diminui a autonomia de sua atividade, na medida em que precisa estar alinhada aos setores institucionais. Entende-se ser um dos limites da proposta de reforma apontado por Bresser-Pereira.

Resta, portanto, indagar sobre o Programa de Assistência Estudantil como ferramenta viável, uma vez que encontrada em elo de vários departamentos para corresponder aos objetivos nacionais. Cabe à instituição favorecer um meio adequado de assistência, sendo possível pela busca ativa de atividades correlacionadas.

Paro (2010), um dos teóricos com críticas à administração escolar, discorre acerca do poder da transformação social no meio educacional. Nesse sentido, discrimina a atividade administrativa para o cumprimento das ordens da instituição social. Contudo, a administração não necessariamente enveredada à transformação social, uma vez que, a depender de sua proposta, poderá manter-se em sua condição sem grandes olhares de mudança frente ao social. Bresser-Pereira (2009) aponta que foi no Estado socialdemocrático em que se assumiram várias áreas como direito social, entre estas extensões encontra-se a educação.

É consenso que a dominação dos detentores de poder político e econômico não haveria de distinguir sua atividade do caráter conservador, próprio da lógica capitalista. A contribuição de Paro (2010) vem na perspectiva de relativa superação da dominação, possível, segundo aponta, pela própria Administração Escolar. Voltado a discussão à instituição escolar de nível básico, o autor trata da especificidade da escola e sua estrutura de instituição prestadora de serviços. De modo análogo, podem-se pensar as instituições federais de educação superior – IFES, nas quais é voltado a pessoas e seu desenvolvimento.

Em paralelo com as políticas de permanência da Educação Superior e entendendo a Assistência Estudantil como área estratégica para efetividade das atividades educativas, é notado que o acompanhamento de suas ações tem favorecido não apenas condições de suporte para o desempenho acadêmico satisfatório de estudantes nos espaços institucionais durante sua graduação, mas, pode ir além dessa permanência. Pode alcançar, a efeito de longo prazo,

uma formação que garante aos sujeitos egressos, capacidades de um agir crítico sobre a sociedade e com poder transformador.

Como aborda Paro (2010), na educação o estudante pode se apropriar do saber dos CHAOs⁹ e transforma a si próprio, sendo um produto da educação consumida por toda a vida deste.

Se o produto da escola é difícil de ser avaliado enquanto consumo individual, do ponto de vista social este problema se torna ainda mais crucial, já que não se trata de considerar tão somente os benefícios que a pessoa obtém com a educação, mas também e principalmente a medida em que essa educação pode concorrer em benefício da própria sociedade. Em outras palavras, trata-se de avaliar até que ponto o saber incorporado ao indivíduo, além de lhe ser útil pessoalmente, o leva também – a partir de uma consciência crítica da realidade – a utilizar os instrumentos intelectuais de que se apoderou de modo a concorrer para a transformação social (PARO, 2010, p. 221).

Praticar uma sistemática de planejamento por uma abordagem estratégica permite identificar e procurar soluções para os problemas da organização (ARAÚJO, 1996). O planejamento estratégico favorece que o aparelhamento como um todo trace objetivos para serem cumpridos dentro de um tempo previamente estimado. Todavia, atingir o efeito transformador seria improvável apenas com o acompanhamento de objetivos realizados pela alta administração. Morosini (2015) tem pontuado sobre a necessidade de um *staff* que apoia as medidas da gestão, uma vez que as políticas precisam ser abraçadas pelos componentes da organização em seus mais variados setores.

Associar tais contribuições ao contexto das instituições federais de educação superior nos obriga a pensar de que forma, de fato, o modelo de universidade atual tem se relacionado à sociedade, como tem demonstrado seu compromisso com a mudança e desenvolvimento do meio que a circula.

Acredita-se que, na medida em que as condições internas perpassam por uma importante mudança de perfil, possa repercutir com a maneira desta universidade em se relacionar às questões sociais, possibilitando a novas condições de alinhar-se à sociedade, olhando suas vulnerabilidades e propondo mudanças no contexto regional.

Em 1994, em uma pesquisa dirigida por Gouveia, Albuquerque e Salha quanto às expectativas da comunidade de João Pessoa frente à universidade, apontou um descompasso de visão entre as pessoas que não frequentaram a universidade daquelas que pertenciam ao meio, com curso em andamento ou concluído. O primeiro grupo vislumbrava como um meio

⁹ CHAOs consiste na abreviação de conhecimentos, habilidades, aptidões e outras características pessoais para cumprimento de um trabalho.

de ascensão sociopolítica e econômica, enquanto o segundo anunciou expectativas menos satisfatórias.

Em estudos mais recentes, Dantas, Nascimento, Monteiro, Oliveira e Sobrinho (2014) distinguiram, por meio de oficina em orientação profissional a estudantes advindos de escolas públicas na região do submédio do São Francisco, a falta de clareza a respeito do curso escolhido pelos jovens, bem como das possibilidades de atuação da área e outras informações relevantes sobre aspectos da instituição de educação superior e o mundo do trabalho. Estes propuseram o serviço em orientação profissional para a aprendizagem da tomada de decisão.

Ademais, percebe-se um expressivo distanciamento entre as instituições de ensino superior e a Educação Básica. As autoras (DANTAS ET ALL., 2014) colocam ainda sobre o emprego da Orientação Profissional como ferramenta que favorece a possibilidade de reflexão e escolha em relação às questões do mundo do trabalho contemporâneo, propicia a mediação entre os jovens e suas perspectivas de futuro laboral, funcionando como instrumento de articulação social.

Júnior e Sguissardi (2012, p. 21-22) resgatam políticas educacionais de educação superior que têm favorecido a uma transformação das universidades públicas, tais como: Sistema de Seleção Unificada – SiSU no ano de 2010, que tem como diretriz a democratização do acesso às vagas oferecidas pelas instituições públicas e gratuitas de educação superior; em 2013, o Programa de Bolsa Permanência – PBP, sendo uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas; no ano de 2005 o Programa Incluir, pelo que se propôs ações que garantissem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior; o Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior – PROMISAES, em 2005; o então Programa Nacional de Assistência Estudantil, em 2007; e, finalmente, a Lei de Cotas sociais, através da qual as instituições federais de educação superior tiveram que revisar a disposição de suas vagas de cursos a fim de disponibilizar 50% delas aos candidatos socialmente vulneráveis, quer seja pobres, negros, pardos, índios e/ou deficientes.

Tais medidas têm mudado o público universitário, até então expressivamente marcado pela elite social brasileira. Em razão da implementação das cotas, as universidades tiveram o prazo de até quatro anos para reservar 50% de suas vagas a cotistas, trazendo aliada a medida uma série de discussão quanto à validade da política sancionada pela então presente Dilma Rousseff (FRIAS, 2012). O autor ponderou os argumentos levantados sobre as cotas sociais, trazendo a defesa como medidas de equidade.

O próprio MEC pressupunha que estratégias fossem viabilizadas para atuar em conjunto com a política de cotas, estipulado no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), Lei nº 13.005/2014, em:

Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas, de modo a atingir 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, 75% (setenta e cinco por cento), em 2020, e **fomentar a melhoria dos resultados de aprendizagem**, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE e, no último ano de vigência, pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) nesse exame, em cada área de formação profissional. (BRASIL, 2014, grifo nosso).

Na próxima seção, será abordada sobre a perspectiva da inclusão nas políticas educacionais e como tem sido problematizado no contexto das universidades públicas.

3.1 POLÍTICAS DE IN/EXCLUSÃO

Início esta seção conceituando algumas terminologias centrais à discussão, por meio do qual utilizamos das contribuições de Veiga-Neto e Lopes (2011) quanto as definições do que é inclusão, exclusão e, finalmente, in/exclusão.

Os autores apontam a inclusão como um fenômeno evidenciado principalmente no governo FHC, para fim de disciplinar, acompanhar e regulamentar uma população, sendo constituído ante um princípio indubitável. Complementarmente, os excluídos colocado como todo aquele que não é assistido por nenhuma política do Estado ou do meio social. Nesse sentido, o termo *in/exclusão* atribui, na contemporaneidade, para a íntima relação entre os dois conceitos, inclusão e exclusão (VEIGA-NETO; LOPES, 2011).

Na mesma direção, Souza e Rangel (2017) abordam a inclusão e exclusão como processos intrínsecos e não antagônicos, tidos como um fenômeno social em consonância à lógica de atuar da sociedade. Diante a criticidade dos autores (VEIGA-NETO; LOPES, 2011), falar em inclusão insurge sobre o arcabouço que reveste a necessidade de políticas específicas a grupos de indivíduos, quando desnaturaliza o processo de exclusão em que ressoa sobre a sociedade. Nesse sentido, refere à inclusão como um subterfúgio do Estado para disciplinar, embora assumida como princípio irrefutável, visto o caráter naturalizado que adquiriu.

Analisando a partir da Constituição Federal de 1988, esta dispõe a educação como um direito social, sendo, pois, colocada para que qualquer cidadão possa acessá-la. Todavia, ainda que se apresente em caráter universal, apenas uma minoria dela se apropria em decorrência

das desigualdades sociais que apontam a uma estratificação da sociedade brasileira (CORDEIRO, 2017).

Como meio compensatório, as políticas de ação afirmativa dirigem-se a um grupo específico e pretende amenizar a uma realidade perversa que sustenta o acesso aos mais assistidos, enquanto deixa à margem aqueles sem privilégios; intui para oferta de vagas aos grupos sociais discriminados, quer seja de grupos raciais e/ou sociais.

Por outro lado, a universidade como espaço de relações é desafiada a não transformar a diversidade e diferença em desigualdade de desempenho acadêmico, logo em fator de evasão (CORDEIRO; LANDA, 2017).

Segundo o estudo de Chahiri (2016), as atitudes sociais dos estudantes e professores em torno da Universidade Federal do Maranhão frente aos alunos com deficiência sugerem mudanças positivas favoráveis à inclusão quando referente de grupo de estudantes em mesmo convívio; diferentemente quando relacionado às atitudes de professores, que não evidenciou mudança significativa, talvez em decorrência da pouca interação social.

As características socioeconômicas e culturais da população inserida nas universidades ainda apresentam grande resistência de aceitação (VARGAS; COSTA DE PAULA, 2013), corroborando ao que Veloso (2017) refere quando diz que a exclusão se encontra presente no sistema de ensino, antes atribuída quanto à contensão do acesso.

Conforme defendem Vargas e De Paula (2013), a democratização da educação superior está amparada em um processo que ultrapassa a ampliação do acesso, precisando convergir na mesma ordem o crescimento da taxa de diplomação; e, nela, presente representações de grupos considerados marginalizados.

Nesse sentido, os autores preconizam ainda a necessária consonância entre o perfil socioeconômico dos estudantes concluintes e dos que evadem. Para tanto, acentua revisão das exigências de escolarização àqueles em que se encontram ou vislumbram a condição de trabalhador-estudante, uma vez que a realidade discente é atravessada pelo mundo do trabalho.

A educação superior, ainda que imputada como um direito social nas leis nacionais apresenta-se com acesso marcado por muitos desvios, que historicamente tem limitado a efetividade aos cidadãos brasileiros. Nunes e Veloso (2016) abordam sobre a desigualdade no acesso à educação superior que marcam a história do Brasil, destacando o ano limite de 1990 como marco em que as instituições se traduziam, expressamente, por estudantes com maior capital cultural e econômico, fazendo referência àqueles de classes socioeconômica privilegiada.

Nesse sentido, as autoras (SANTOS; MARAFON, 2016) questionam sobre o alcance real promovida pela Política de Cotas, tendo conhecimento da ampla seletividade do programa de assistência estudantil e a marca das ações por processos limitados a análise comprobatória de condições, deixando lacunas, na medida em que demonstram um programa ainda em fase incipiente.

É certo que as políticas recentes traduziram-se em ganho de espaço físico na educação superior aos grupos historicamente excluídos, entretanto, como refere Provin (2013) e Lopes (2013), a lógica alimentada pelo lema de “Universidade para Todos” vem interceptada pelo princípio neoliberal, o que implica em mínima preocupação em medidas internas que entrelacem com as diretrizes nacionais acerca do acesso, da inclusão e permanência nesta esfera de ensino. A permanência dos estudantes segue-se, portanto, por uma trajetória ainda duvidosa.

A inclusão operada na aproximação física dos sujeitos não permite mais que falemos de exclusão de Estado e nem mesmo de exclusão física e de acesso; porém, possibilita entender outra forma de alguns continuarem sutilmente experimentando a discriminação negativa (LOPES, 2013, p. 291).

Nunes e Veloso (2016) realizaram um estudo com vistas à denotação de elementos de validade na permanência de estudante no ensino superior em fontes científicas que clarifique as preocupações sobre a temática pelos atuais pesquisadores da área, revelando a insuficiência dos investimentos alcançados pelo PNAES.

Provin (2013) detalha em sua análise acerca da persistência por um espaço pelos estudantes oriundos de programas educacionais de acesso e a individuação que marca a passagem destes para alcance de espaço.

Voltando ao ponto acima anteriormente, destacamos o capital econômico e cultural dos estudantes, conforme percorrem Nunes e Veloso (2016) nos conceitos defendidos por Bordieu e Passeron sobre a influência destes na passagem do aprendiz dentro da instituição:

O capital cultural contribui para o desempenho escolar e facilita a aprendizagem dos conteúdos escolares uma vez que os agentes já possuem familiaridade com a cultura legítima que é inculcada no ambiente acadêmico. Estes autores [*Bordieu e Passeron*] denunciam que a escola reproduz nas práticas escolares a cultura legítima (definida pelas classes dominantes) sem considerar as diferenças inerentes à origem social do estudante (p. 55).

Santos e Marafon (2016) ressaltam a respeito das necessidades humanas básicas apresentadas pelos discentes pertencentes à base da estrutura social e que são, de regra, ignoradas pelas próprias políticas de permanência, uma vez que não reconhecem tais necessidades como direito social, mas de particular.

Já diziam Silva e Veloso (2013) que, ao lado em que as leis que amparam as políticas de educação superior brasileiras distinguem direitos sociais, o conteúdo ideológico presente

vem omitir a responsabilidade social e o papel do Estado frente maneiras efetivas em proporcionar medidas democráticas. Evidencia-se, assim, uma das facetas da lógica contraditória do sistema capitalista, já que a abertura para o acesso tem sido veementemente marcada pelo desempenho e o privilégio, ou seja, o merecimento individual (DOURADO, 2011; SILVA; VELOSO, 2013).

Logo, a proposta de inclusão e reconhecimento de grupos sociais diversificadas precisa ser mantida nos espaços intrainstitucionais. E, aos possíveis caminhos que as universidades apontam, Santos (s/d) assinalava para a universidade do século XXI, alegando que as instituições precisariam passar por uma série de transformações a fim de vencer a crise instalada, crise esta segmentada na hegemonia, na legitimidade e institucional. Se o autor, como medida de reforma a crise instaurada, critica o conhecimento universitário devido a seu pouco envolvimento aos problemas da sociedade, sugere-se, então, que a lei das cotas possa favorecer o modelo pluriversitário de conhecimento, em que Boaventura de Sousa Santos legitima pela contextualização das produções científicas.

A associação a um projeto de país, como idealizado por Boaventura, deve-se pela nova configuração em que a universidade se constrói, que poderá dela brotar novos olhares recharacterizando, paulatinamente, tendo em vista a mudança de perfil social por cargas subjetivas distintas. Ele expõe que “o projecto tem de ser sustentado por forças sociais disponíveis e interessadas em protagonizá-lo” (p. 42). Dentre outras ponderações, o autor defende a necessidade de a universidade destacar sua função social e democratizar seu acesso.

Já Silva, Pinezi e Zimmerman (2012) destacam para a falta de articulação de políticas públicas e institucionais, que favoreçam a permanência e a inserção dos estudantes dentro do universo acadêmico. Dessa forma, as políticas de permanência abarcam os aspectos de infraestrutura, física e tecnológica, e das condições didático-pedagógicas proporcionadas aos estudantes nas IES (MACIEL; LIMA; GIMENEZ, 2016).

Todavia, Santos e Marafon (2016) sugerem a multidisciplinaridade para cumprir aos imperativos dos estudantes, possível por meio da transformação do programa em política pública “não apenas com medidas monetárias, mas com medidas universais que contribuam diretamente para a melhoria do desempenho acadêmico e que busquem combater situações de evasão e garantir o direito à formação acadêmica” (p. 420).

Autores (LYNCH; CREAN; MORAN, 2013) defendem a institucionalização de ideias nas estruturas das organizações, de modo a promover estratégia para enfrentamento à desigualdade e perspectiva da justiça social, por um *status* institucionalizado.

Também precisamos dar espaço para o subalterno emergir, tanto entre, como dentro das disciplinas, de modo que os aspectos profissionais das disciplinas não nos ceguem à necessidade de engajamento com as questões mais significativas de nosso tempo (Buroway, 2004). [...] Engajar-se em um diálogo significa democratizar as relações sociais de ensino, aprendizagem e intercâmbio. Embora o processo seja de longo prazo, e a revolução esteja sempre em curso, o desafio vale a pena (LYNCH; CREAN; MORAN, 2013, p. 332).

Em busca por alternativas de validade, a seção seguinte trará a discussão que tem sido alimentada por estudiosos das políticas públicas da educação superior, em que parecem caminhar para um novo paradigma que se dirige o olhar para a dinâmica do estudante neste novo perfil que se apresenta.

3.2 APOIO ACADÊMICO: CAMINHOS PARA A INTERVENÇÃO DE ESTUDANTES COM BAIXO RENDIMENTO

Em passagens anteriores, refiro que evasão e permanência são aspectos que se cruzam e têm provocado uma série de questionamentos, ainda a vencer. Para mim, indaga saber o que motivaria um candidato aprovado a ocupar vaga gratuita abster-se de seu direito antes mesmo de efetivar sua matrícula.

Ora, pensar no trajeto do estudante de seu ingresso até o término dos pré-requisitos de formação, pode não significar grande conquista quando este, imerso nas inconsistências em que o Ensino Superior se estruturou, tiver que por conta própria vencer as barreiras. Ainda, os determinantes da evasão dos alunos ingressos ao longo do processo de formação, não exclusivamente os oriundos de políticas afirmativas, que desistem de seu atual curso ou mesmo da instituição formadora.

Mas, o que haveria se transformado até o atual cenário nas instituições públicas de educação superior? Se as IFES têm como elementos regulamentadores as políticas de acesso e permanência que vinham planejadas pelo PDE (2007-2022), dimensionando o Reuni como via de aumento ao número de vagas, dirigia-se então a possibilidade para uma mudança qualitativa das instituições que aderissem à proposta, que acrescido da medida lançada pela Lei de Cotas nº 12.711/2012, favoreceu maior alcance aos grupos em contexto de vulnerabilidade da sociedade, ou seja, as classes C, D e E.

O PDE referido foi orientado pelo PNAES como estratégias de suporte à grande expansão, ainda que falho por não garantir que os alunos ingressantes sob o regime de cotas possam vincular-se, diretamente, aos auxílios propiciados pelo programa de assistência

estudantil (VASCONCELOS, 2010). Ainda que vislumbrado como medida de permanência aos que ingressam e atendem a critérios específicos de vulnerabilidade, efetivamente mostra-se ainda insuficiente para dar sustentação em grande porte (NUNES; VELOSO, 2016; MACEDO; NASCIMENTO, 2017; SANTOS; MARAFON, 2016).

Silva, Boschetti, Assunção e Camargos (2007) coloca que a proteção social, em seu âmbito mais geral, solicita o estabelecimento de uma série de políticas públicas que venham garantir direitos, como também atenderem a diversas necessidades básicas. Para tanto, se faz necessário a articulação de todos os agentes para melhor funcionamento e definição dos direitos sociais a que os estudantes fazem jus.

Nesse sentido, diante as dimensões conhecidas que permeiam a evasão na educação, na mesma direção, a permanência de graduandos tem apresentado um grande descontentamento na condução para satisfazer a demanda educacional no Brasil.

O PNAES, em se tratando de um programa de governo, foi um grande passo para medidas de permanência, mas ainda fora de uma política que enseja como direito do estudante o suporte aos seus estudos. Tal proposta engaja-se na construção de direito social, propondo o abastecimento de recursos suficientes para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, favorecendo ao estudante desenvolver-se durante a graduação e que obtenha um bom desempenho curricular, embotando assim a taxa de abandono e de trancamento de matrícula (VASCONCELOS, 2010).

Ainda que o programa vise acessar o estudante pelas áreas diversificadas – moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico –, é especialmente através deste último o meio pelo o qual Vasconcelos (2010) ressalta o sentido de aperfeiçoar o desempenho acadêmico do aluno, além de operar preventivamente frente às situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Desse modo, dos campos de atividade apontados acima, será tratado com maior aproximação a do apoio pedagógico, ainda muito incipiente como estratégia de trabalho pelas IFES e que, certamente, precisa ser discutida para efeito de manutenção dos estudantes que apontam dificuldades acadêmicas.

A Assistência Estudantil, segundo Imperatori (2017), requer uma aproximação com as necessidades do corpo discente e entendimento da dinâmica institucional, unindo vários elementos, pelo esforço institucional e o desenvolvimento de políticas específicas para a quebra de barreiras, por referir-se a uma política em que se alinha a assistência social e a educação.

Indo ao encontro com as prerrogativas de Araújo (2017), este autor pondera o sucesso do ensino superior além do rendimento acadêmico, sendo necessariamente pela capacidade transformadora que o curso possibilita ao aluno e a força dessa ação em sua construção pessoal, perpassando pela sua identidade, carreira e qualidade de vida.

Os educadores (FACIN; RIBEIRO; FELDKERCHER, 2014) divulgaram a experiência da UNIPAMPA meio a estratégia institucional desenvolvida de apoio pedagógico na perspectiva da formação docente. Estes abordaram a universidade por aspectos globais para procederem com medidas específicas na proposta de formação pelo corpo docente na revisão de práticas pedagógicas.

Em caminho semelhante, Mendonça, Mendonça e Silva (2014) no enfrentamento às dificuldades de aprendizagens aferidas em estudantes ingressantes de um curso da Universidade Federal do Ceará, trabalharam-se por meio da prática avaliativa do docente. Os autores referiram efeito positivo na ressignificação da aprendizagem, avaliado progresso individual.

Nunes e Veloso (2016), corroborando com Veloso (2000), apontam a realização de acompanhamento sobre o desempenho acadêmico do aluno, de modo a auxiliá-lo no percurso universitário. Patta Bardagi e Hutz (2009) realizou um estudo a fim de identificar a insatisfação de carreira e percepções sobre a evasão em estudantes evadidos. Dentre as causas mencionadas, aponta-se para informações insuficientes sobre o curso e profissão escolhida e o mau desempenho acadêmico. Aconselham, entretanto, serviços de apoio ao estudante universitário.

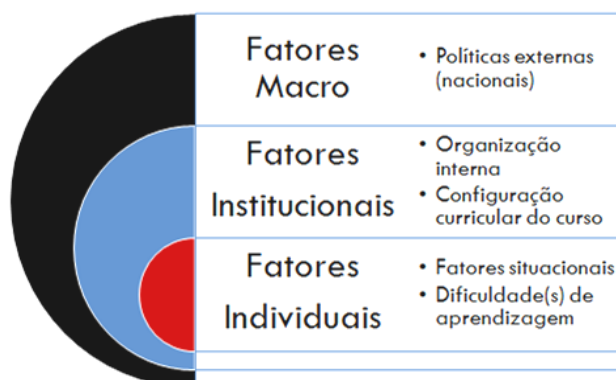
Nesse sentido, Souza, Tabosa e Simonsassi (2015) abordam a evasão como um processo multidimensional, sendo afetada por fatores socioeconômicos, causas relativas ao professor, problemas familiares e causas relativas às práticas pedagógicas e institucionais.

Os autores (SILVA FILHO; MOTEJUNAS; HIPÓLITO; LOBO, 2007) referem às bases financeiras da evasão. De modo geral, as instituições públicas e privadas explicitam como principal razão da evasão a falta de precariedade de recursos financeiros para o estudante prosseguir nos estudos, sendo também o apontado pelo estudante quando indagado. No entanto, segundo Silva Filho et al. (2007), haveria uma simplificação das respostas, suprimindo as questões de ordem acadêmica, as expectativas do aluno em relação à sua formação e a própria integração do estudante com a instituição como as causas maiores em desanimar o estudante.

Aferir o rendimento do estudante a uma única faceta poderá enviesar uma realidade latente. Na maioria das vezes, as dificuldades de aprendizagem são atravessadas por

problemas educacionais ou ambientais, sem que haja comprometimento cognitivo pelo aluno (ARAÚJO; TAVARES, 2011; MENDONÇA; MENDONÇA; SILVA, 2014).

Figura 2 – Fatores de sucesso acadêmico.



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

O desempenho acadêmico de estudante universitário, como mostra a Figura 2, é uma resultante de múltiplos fatores, que envolve desde as políticas externas (nesse sentido, as nacionais), fatores institucionais (como organização interna e configuração curricular do curso) e dimensões individuais (tais como fatores situacionais e as dificuldades de aprendizagem) (ARAÚJO, 2017; ANDRADE; TEIXEIRA, 2017).

Estudos apontados por Moreira (2010) têm sugerido que os fatores institucionais exercem forte influência sobre o rendimento acadêmico de universitários provenientes das mais diversas camadas populares. Os autores também apontam para a necessidade em conhecer o contexto e as características das instituições de ensino superior como via estratégica para a definição das políticas educacionais e para gestão dessas mesmas instituições.

Cultivar a adesão dos ingressantes nas atividades da Educação Superior – quer seja de ensino, pesquisa e/ou extensão – requer comprometimento institucional para a integralização de políticas educacionais (ANDIFES 2016) e nesse direcionamento acredita-se que o apoio pedagógico possa ser dirigido.

Em contraponto com o idealizado, Silva, Pinezi e Zimerman (2012) destacam a falta de articulação de políticas públicas e institucionais, o que significa um largo caminho a conquistar no âmbito educacional que favoreçam a permanência e a inserção dos estudantes dentro do universo acadêmico.

Na tentativa de conhecer a estratégia de trabalho nas IFES, em uma busca sobre o que se divulga atualmente sobre o apoio pedagógico no contexto da assistência ao estudante

em páginas institucionais e periódicos científicos¹⁰, verificou-se o serviço direcionado ao: *gerenciamento do tempo às atividades inseridas*, por meio do qual se procura desenvolver hábitos de estudos para a vida acadêmica; *orientação acadêmica*, permitindo ao estudante traçar objetivos alcançáveis e consoantes com as demais atividades extracurriculares, favorecendo melhor autonomia deste quanto às suas expectativas de curso e de vida; *no desempenho acadêmico*, especialmente no enfrentamento de situações de avaliação.

Em agosto de 2018, a UFPB inaugurou um espaço de apoio psicopedagógico, como uma ação em que ambiciona afirmar a estudantes base de enfrentamento às suas dificuldades de aprendizagem; ofertada experimentalmente, até então, de modo restrito a um curso específico até difundir a demais alunos.

¹⁰ Entre os exemplos de IFES com propostas de trabalho, pode-se citar a UFRN com o projeto em Hábitos de Estudos (PHE) direcionada à vida acadêmica; a UNILAB pelo setor de atenção psicossocial (SATEPSI); a UNIVASF com o Serviço de Atendimento Psicopedagógico (SAP) etc. Contudo, uma grande massa com pouca ou nenhuma cobertura da área no nível assistencial.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS: O OLHAR SOBRE A PESQUISA

A ciência se constrói nas atitudes do pesquisador diante um determinado fenômeno pelo qual se almeja conhecer (LAKATOS; MARCONI, 2003). Tendo como finalidade deste estudo apreciar acerca do “apoio pedagógico” enquanto fenômeno relacionado à permanência de estudantes na educação superior, e assim, distinguir em características comuns. Sendo assim, favorecer o conhecimento das práticas abordadas a ele e possibilitar o desenvolvimento de novos papéis centrados na prestação do suporte ao universitário.

4.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo agrupar dispositivos de suporte/apoio pedagógico ao estudante, em procedimentos técnicos de organização e implementação de ações que o assessor nas atividades acadêmicas para a sua permanência. Entre o caminho das ideias e a sua operacionalização, a metodologia de pesquisa anuncia-se, epistemologicamente, com caráter social, configurado pela vertente das Ciências Humanas e Sociais, uma vez que tem como objeto de investigação as diversas atividades humanas e sociais.

A especificidade das ciências humanas reside, segundo Bakhtin, em sua condição de bipolaridade entre a explicação e a interpretação, entre o conceito e o sentido, o reproduzível e o irreproduzível, o lógico e o dialógico (AMORIM, 2001, p. 195).

A ciência, como forma de construção da verdade da sociedade ocidental, constitui-se como uma via de conhecimento da realidade sobre tantas outras formas. Para a compreensão dos fenômenos exige-se normalidade de procedimentos, ainda que inundado em controvérsias. A natureza do social recai a reflexões de vieses pelos os quais o pesquisador precisaria estar atento, seja quanto ao atravessamento de si mesmo como objeto integrante ou mesmo pela essência da subjetividade (MINAYO, 1994).

Uma vez encontrada a lacuna de definição do que seria o apoio pedagógico apontada no PNAES, esta pesquisa procedeu-se em caráter indutivo, partindo de dados particulares verificados em 55 páginas oficiais de universidades públicas federais no período de fevereiro e março de 2019, apresentadas no Quadro 1, a seguir, com os quais formulamos em uma informação mais ampla, seguindo a lógica referenciada por Lakatos e Marconi (2003) quanto à indução.

Quadro 1 - Lista de universidades pesquisadas

SIGLA	NOME DA INSTITUIÇÃO
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFSJ	Universidade Federal de São João Del Rei
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UNIVASF	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco

UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UFCSPA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UNIPAMPA	Fundação Universidade Federal do Pampa
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFRG	Universidade Federal do Rio Grande
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSE	Universidade Federal de Sergipe
UFABC	Fundação Universidade Federal do ABC
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UFTO	Fundação Universidade Federal do Tocantins

Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Tendo como base os objetivos, a pesquisa em questão tem o caráter exploratório e descritivo, no sentido em que buscou-se constatar o que tem sido direcionado pelas universidades públicas federais a respeito do suporte e apoio pedagógico ao estudante de graduação. Minayo (2009) refere que, diante de novos problemas, cabe ao pesquisador erguer um discurso com a interpretação do fenômeno em investigação.

Com base nos procedimentos técnicos adotados, a pesquisa seguiu o tipo documental e bibliográfico, uma vez que parte de sítios eletrônicos institucionais que informam sobre as políticas internas da universidade, assim como documentos oficiais constantes nesses endereços.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), o tipo de pesquisa documental é aquela em que as fontes de informação partem de arquivos públicos, particulares ou por fontes estatísticas, quer seja por tipo de documento escrito – documentos oficiais, publicações parlamentares, documentos jurídicos, fontes estatísticas, publicações administrativas ou documentos particulares – ou outras formas, como por iconografia, fotografias, objetos, canções folclóricas, vestuário e folclore; enquanto que o tipo de pesquisa bibliográfica parte de fontes secundárias e propõe ao investigador ter acesso a materiais falado, escrito ou filmado sobre um conteúdo de interesse.

No mais, a pesquisa guiou-se por uma abordagem quantitativa e qualitativa, respondendo a aspectos específicos. Segundo Minayo (2009), não apenas por uma questão de quantificar a realidade, mas por permitir a aproximação a aspectos subjetivos e de significados.

A abordagem quantitativa na medida em propõe quantificar os tipos de ações/serviços ofertados pelas instituições elencadas, dimensionando as atividades para caracterização ampla do apoio pedagógico em toda extensão do país.

A abordagem qualitativa por considerar as particularidades do público-alvo de investigação. Segundo Cozby (2003), é uma abordagem válida, ainda que apresente limites de alcance; vem obter para uma diferente proposta de entendimento da pesquisa do tipo quantitativa, por atender a características subjetivas na análise.

4.2 LÓCUS DA PESQUISA

O presente trabalho partiu da realidade da Universidade Federal da Paraíba, considerando a falta de configuração do apoio pedagógico pelas políticas internas pela assistência estudantil. Nesse sentido, os principais setores relacionados na pesquisa concentraram-se na Pró-Reitoria de Promoção e Assistência Estudantil (PRAPE) e o Centro de Educação (CE/UFPB), localizado no *campus* I da Universidade Federal da Paraíba.

O CE é o centro de referência em ações pedagógicas, com o qual concentra, em sua organização funcional, 7 (sete) departamentos distribuídos para cobertura dos cursos

ofertados, são eles: Departamento de Fundamentação da Educação, Departamento de Habilitação Pedagógica, Departamento de Metodologia da Educação, Departamento de Psicopedagogia, Departamento de Ciências das Religiões, Departamento de Educação do Campo e Departamento de Educação Básica.

O CE compõe 5 (cinco) cursos de graduação presenciais:

- *Pedagogia*: Regulamentado pela Resolução nº 64/2006;
- *Pedagogia PRONERA*: Regulamentado pela Resolução nº 61/2007;
- *Pedagogia do Campo*: Regulamentado pela Resolução nº 33/2018;
- *Psicopedagogia*: Regulamentado pela Resolução nº 003/2009 do Consepe;
- *Ciências das Religiões*: Regulamentado pela Resolução nº 38/2008 e Resolução nº 61/2009.

Quanto à estrutura física do CE, o centro compõe dos seguintes setores administrativos: Secretaria da Direção do Centro, Contabilidade e Finanças, Almoxarifado, Patrimônio, Biblioteca Setorial, Setor de Pessoal, Setor de Multimeios, Assessoria Administrativa, Assessoria de Informática, Assessoria de Comunicação, Assessoria de Extensão, Assessoria de Graduação e a Escola de Educação Básica. E, ainda, o Núcleo de Educação Emocional (NEEMOC) e o Núcleo de Educação Especial (NEDESP).

Considerando esta estrutura organizacional, um dos setores locais que poderá desempenhar um importante papel no levantamento de necessidades e comunicação com as Pró-Reitoria de Promoção e Assistência Estudantil e Pró-Reitoria de Graduação é a Assessoria de Graduação, uma vez que, pela própria natureza de sua criação (Resolução nº COCCE/UFPB nº 002/2018), é direcionada para o acompanhamento e colaboração de atividades afins com os processos de ensino-aprendizagem aos cursos de graduação dirigidas pelo Centro, podendo servir de pólo para as demandas em permanência junto ao Centro de Educação.

4.3 PROCEDIMENTOS CONSIDERADOS

A pesquisa dividiu-se em 3 (três) etapas. Inicialmente, na Etapa 1, observou-se os serviços existentes pela Universidade Federal da Paraíba, quer seja pela Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE) ou Centro de Educação, sendo, pois, as principais referências de suporte ao estudante dos cursos vinculados ao CE. Assim,

realizamos um recorte de trechos quanto as descrições do que há exposto na página oficial da universidade e tabulamos para demonstração.

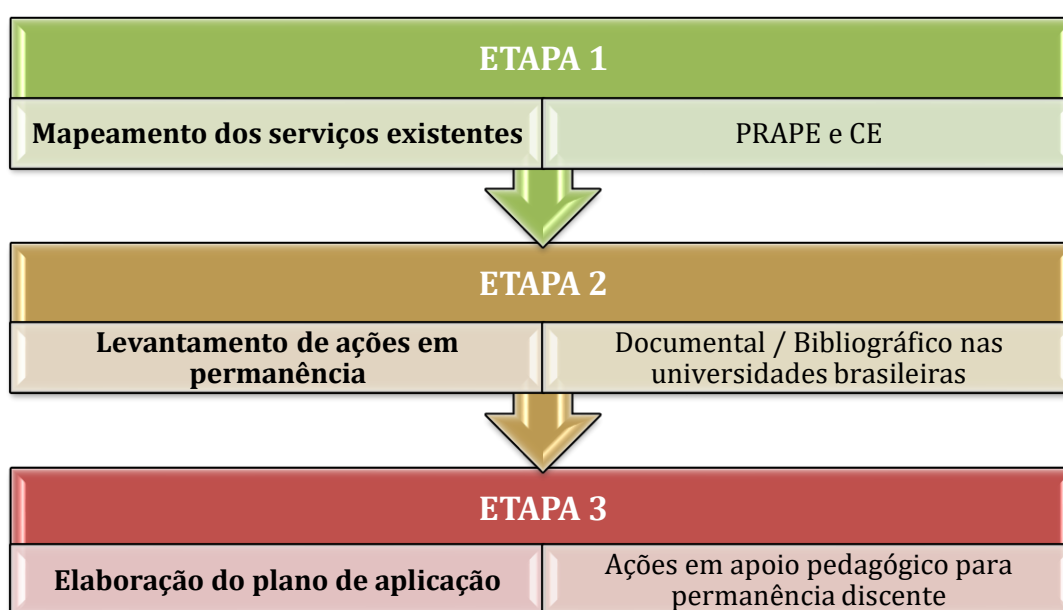
Na segunda etapa foi realizado outro levantamento de ações de permanência amparado no apoio pedagógico junto às fontes bibliográficas e/ou documentais, dessa vez nos sítios institucionais das universidades federais de todo o Brasil, apresentado com mais detalhe nos resultados desta pesquisa. Para tanto, realizamos acesso no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro E-Mec para conhecimento de todas as universidades federais em funcionamento.

Em ambas as etapas procuramos pontuar à quem especificamente se dirige o serviço, se direcionado à qualquer estudante ou se apontado a grupos advindos de cotas e/ou assistidos por outros auxílios. Assim, construímos uma tabela demonstrativa dos dados colhidos, deixando em branco os campos em que não constam caracterização de serviço ou público-alvo.

Finalmente, na Etapa 3, após análise da natureza dos serviços identificados nas instituições, propomos um modelo de intervenção no apoio pedagógico para suporte à permanência discente que possa ser implementado junto à UFPB, por ações da PRAPE e no CE.

A ilustração abaixo apresenta as etapas informadas.

Figura 3 – Etapas da pesquisa.



Fonte: Elaboração própria.

As informações foram agrupadas em tabela discriminativa com as quais foi realizada a análise dos conteúdos para descrição de serviços construídos pelas universidades. Por fim, após a sondagem externa, é proposto um plano para aplicação do apoio pedagógico, conforme Etapa 3, baseado nesses achados e proposto para o contexto da UFPB.

Quadro 2 – Lista de universidades federais e sondagem de ações em apoio pedagógico.

FONTE(S) (Universidade)	PROPONENTE (tipo de serviço)	DESCRIÇÃO (natureza da atividade)	CUNHO (tipo)	FOCO (a quem se dirige)
Universidade Federal do Acre	Assistência Estudantil Núcleo de Apoio à Inclusão	Compete a adoção de medidas de assessoramento e apoio específico para garantir as condições de acessibilidade, necessária à plena participação e autonomia dos estudantes público-alvo da Educação Especial, visando promover o acesso didático-pedagógico, nos processos de ensino e aprendizagem.	Suporte	Estudantes com deficiência.
	Assistência Estudantil Bolsa Pró-Estudo	Objetiva apoiar estudantes no desenvolvimento de ações voltadas ao Estudo. O estudante beneficiado precisa apresentar rendimento acadêmico satisfatório, ser assíduo e participar de uma reunião mensal.	Pecúnia / Exigência	Estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
	Assistência Estudantil Bolsa Tutoria	Bolsa destinada a estudantes dos períodos finais com o objetivo de promover o acompanhamento dos ingressantes cotistas em condição de vulnerabilidade socioeconômica.	Pareada (Pecuniário – Suporte)	Estudantes dos períodos finais dos cursos de graduação - Ingressantes cotistas em condição de vulnerabilidade socioeconômica.
	Assistência Estudantil Programa de Monitoria para Apoio ao Estudante com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e com Altas Habilidades ou Superdotação	Bolsa de estudo/monitoria concedida aos acadêmicos para que os mesmos possam auxiliar os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação em sua rotina acadêmica.	Pareada (Pecuniário – Suporte)	Estudantes de graduação – Estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação.
	Assistência Estudantil Programa de Incentivo ao Estudante com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e com Altas Habilidades ou superdotação	Apoiar financeiramente por meio de bolsa de estudo os estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação, modalidade presencial.	Pecuniário	Acadêmicos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação, em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
	Graduação Programa de Tutoria para Apoio ao Estudante com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e com Altas Habilidades	Apoiar a inclusão acadêmica dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação, por meio da concessão de bolsa de estudo/tutoria aos acadêmicos interessados em auxiliá-los durante o semestre letivo.	Pareada (Pecuniário – Suporte)	Acadêmicos – Estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação.

	ou superdotação			
	Assistência Estudantil Pró-Ciência	Destinado ao incentivo à participação dos estudantes em eventos de caráter científico e cultural, na condição de ouvinte/participante ou expositor.	Pecuniário	-
Universidade Federal do Alagoas	Assistência Estudantil Ajuda de custo para apresentação de trabalho	Os estudantes que vão apresentar trabalho em encontros e congressos acadêmicos fora do Estado de Alagoas podem solicitar ajuda de custo.	Pecuniário	-
	Assistência Estudantil Apoio e Acompanhamento Pedagógico	Tem como objetivo ampliar as condições de permanência e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico. Acompanhamento de desempenho acadêmico, com levantamento de dados e análise referente à assiduidade e coeficiente de rendimento acadêmico do/a estudante contemplado/a com modalidades da assistência estudantil, a ser realizada a cada semestre letivo; Desenvolvimento de ações de caráter preventivo, que incidam sobre as condições geradoras de retenção e evasão; Orientações individuais e grupais, visando a identificação de problemas e intervenções nas situações que produziram dificuldades no desempenho acadêmico; Articulação com a PROGRAD, as Coordenações de Cursos e Projetos/Programas de Pesquisa e Extensão nesta área para atuação conjunta, visando o desenvolvimento de ações pedagógicas, que contribuam para o sucesso do desempenho acadêmico; Realização de investigação sobre condições promotoras de melhorias no desempenho acadêmico; Promoção de debates sobre determinantes e condicionantes do desempenho acadêmico.	Suporte	Priorizando ações para estudantes contemplados com apoio estudantil, nas diversas modalidades da política de assistência estudantil.
Universidade Federal do Amazonas	Assistência Estudantil Auxílio Acadêmico	Auxílio Acadêmico é direcionado com o objetivo de custear parcialmente os gastos com transporte e material didático-pedagógico de baixo custo.	Pecuniário	Graduandos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, prioritariamente oriundos de escolas públicas.
	Assistência Estudantil Programa de Apoio à Participação em Eventos Científicos, Tecnológicos, Esportivos e Culturais	Cada estudante poderá ser contemplado até duas vezes por ano e o auxílio será concedido em caráter individual, não sendo autorizada a concessão para mais de um autor, no caso de coautoria de trabalho, excetuando-se as atividades culturais, artísticas, competições universitárias e/ou desportivas de natureza grupal. Para a participação em evento científico, o trabalho deve ser inédito.	Pecuniário	-
Universidade Federal da Bahia	Assistência Estudantil Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação e Inovação (PROPCI), Pró-Reitoria de Ações afirmativas e Assistência Estudantil (PROAE) e Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD)	Apoio financeiro para participação em eventos Acadêmico-Técnico-Científicos de alta relevância no país ou no exterior, com trabalhos formalmente aceitos, com vistas a propiciar a visibilidade da produção científica, tecnológica e cultural geradas.	Pecuniário	Alunos de graduação.

	Assistência Estudantil Programa de Apoio Pedagógico para o Aluno com Deficiência	Constitui-se em uma rede de ações nos campos do Ensino, da Pesquisa, e da Extensão, direcionada à formação e qualificação profissional nas áreas de inclusão e acessibilidade, e ao apoio com o objetivo de consolidar novas estruturas universitárias de sustentabilidade à política de acesso, inclusão e permanência no ensino superior.	Conceitual	Estudantes com necessidades educacionais especiais.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Assistência Estudantil Programa de Permanência Qualificada Graduação Núcleo de Políticas de Inclusão	É composto por diferentes ações de atenção às demandas acadêmicas, entre elas as Modalidades de bolsas disponíveis: Bolsas de Auxílio à Moradia/ à Alimentação/Bolsas Pecuniárias associadas a projetos vinculados à Extensão, Pesquisa e Graduação e serviços (acompanhamento psico-social, pedagógico) e assistência a demandas específicas. Realiza o acolhimento e presta apoio acadêmico visando a sua permanência na instituição.	Pecuniário e Conceitual Suporte	- Estudantes com necessidades educacionais especiais.
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Assistência Estudantil Observatório da Vida Estudantil	Visa engajar o discente selecionado nas atividades de compreensão e acompanhamento da vida do estudante, contribuir para sua formação acadêmica em pesquisa e para sua permanência qualificada na Universidade.	-	-
Universidade Federal do Ceará	Assistência Estudantil Atendimento Psicopedagógico Acessibilidade Divisão de Apoio Pedagógico ao Aluno e Formação para a Inclusão	Disponibiliza atendimento gratuitos ao estudante de graduação conforme sua dificuldade esteja centrada em questões acadêmicas. São oferecidas as seguintes modalidades de atendimento: intervenção psicopedagógica individual ou em grupo. Oferece suporte pedagógico ao aluno com deficiência durante sua permanência na Universidade.	Suporte	Sem critério. Solicitação do discente. Alunos com deficiência.
Universidade Federal do Espírito Santo	Não identificado	-	-	-
Universidade Federal de Goiás	Assistência Estudantil Projeto de Apoio Ao Protagonismo Estudantil Assistência Estudantil Programa de Apoio à Participação em Eventos Acessibilidade Apoio Pedagógico	Tem o objetivo de apoiar ações que configuram protagonismo estudantil voltado para qualificar a formação acadêmica, como a participar em cursos de curta duração e de atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura, esporte e lazer. Compõe as ações de apoio ao protagonismo estudantil e tem o objetivo de apoiar estudantes que tomam a iniciativa de participar de congressos e outros eventos científicos, para apresentação de trabalho de sua autoria/coautoria. Garantir condições para que a/o estudante com deficiência alcance a autonomia para o desenvolvimento das atividades acadêmicas.	Pecuniário Pecuniário Conceitual	- - Estudante com deficiência.
Universidade Federal do Maranhão	Assistência Estudantil Bolsa Aprimoramento Acadêmico Assistência Estudantil Programa Foco	Referente às “vivências acadêmico-profissionais”, entendidas como ação que articula a formação acadêmica às práticas dos processos de trabalho, alinhadas ao perfil do curso, com a finalidade de oportunizar ao estudante a ampliação do conhecimento expressos em contextos reais por meio de estudos e experiências profissionais nos setores da Instituição. Propósito de ampliar o significado da assistência estudantil e de possibilitar aos	Suporte -	- -

	Acadêmico Assistência Estudantil Serviço de Apoio Psicopedagógico	estudantes experiências com atividades no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo com o fortalecimento da formação acadêmico profissional. Tem o objetivo de desenvolver ações de acolhimento e de orientação nas dimensões cognitivas, emocionais e sociais, integradas às atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio de intervenções educacionais e/ou psicoeducacionais específicas, facilitando a permanência e o sucesso acadêmico. O Serviço não tem caráter clínico / psicoterapêutico, direcionando suas ações para as demandas relativas, especificamente, à vida acadêmica e seus desafios. Atualmente, é composto por uma equipe multiprofissional. Entre seus Projetos e Ações, estão Orientação Individual, Oficinas e Minicursos, Grupos Operativos e Eventos de Discussão científica e profissional.	Suporte	O Serviço destina-se a todos os estudantes dos cursos de graduação.
Universidade Federal de Alfenas	Assistência Estudantil e Apoio Psicológico e Pedagógico	Disponibilizado um instrumento online, com o objetivo de levantar as demandas em relação às ações e atividades de esporte, cultura, ações psicossociais, de apoio e acompanhamento psicológico da comunidade acadêmica.	Conceitual	-
Universidade Federal de Itajubá	Site em Manutenção	-	-	-
Universidade Federal de Juiz de Fora	Assistência Estudantil Apoio Pedagógico	Tem o objetivo de diminuir as deficiências pedagógicas, estimular e facilitar a permanência do estudante no curso e assessorar os alunos nas demandas didáticas e acadêmicas.	Suporte	-
Universidade Federal de Lavras	Não Identificado Apoio e Desenvolvimento Pedagógico	Não há descrição.	-	-
Universidade Federal de Minas Gerais	Assistência Estudantil Auxílio a material acadêmico	O Programa oferece aos estudantes a oportunidade de adquirir material acadêmico básico, por meio de um auxílio financeiro, facilitando a realização das atividades acadêmicas necessárias à sua formação.	Pecuniário	Estudantes classificados socioeconomicamente.
Universidade Federal de Ouro Preto	Graduação Núcleo de Apoio Pedagógico	Oferecer assessoramento pedagógico a docentes, colegiados de cursos, departamentos e discentes, entre outros interessados, contando com uma equipe de profissionais especializados. O Núcleo é responsável pela execução e acompanhamento de vários programas. As ações pertinentes ao NAP compreendem: pesquisa de desenvolvimento de disciplinas de graduação da UFOP, programa de monitoria, programa Pró-Ativa, programa de docência no ensino superior, auxílio a participação em eventos, apoio para realização de eventos acadêmicos. Atuação nos programas de mobilidade acadêmica, programa de estudantes convênio de graduação, mostra de profissões, entre outros.	Suporte e Pecuniário	Estudantes e docentes.
Universidade Federal de São João Del Rei	Assistência Estudantil Auxílio a atividades pedagógicas	Possui natureza social e pedagógica e tem por finalidade conceder ao discente com vulnerabilidade socioeconômica apoio pecuniário nas situações de: I – atividade de campo; II – participação em eventos científicos e/ou culturais.	Pecuniário	Estudante com perfil de vulnerabilidade socioeconômica.
	Assistência Estudantil	O aluno tem o direito de solicitar o	Pecuniário	-

	Auxílio-Financeiro para Apresentação de Trabalhos e Participação em Eventos Acadêmicos e Atividades Esportivas	pagamento de diárias para apresentações de trabalhos acadêmicos ou artísticos, competições esportivas e acadêmicas, vinculados a programas e ações institucionais.		
Universidade Federal de Uberlândia	Assistência Estudantil Programa de Integração dos Estudantes Ingressantes	Cabe criar condições para que o estudante se integre ao contexto universitário, preparando-o para o bom desempenho acadêmico e formação integral.	Conceitual	-
	Assistência Estudantil Programa de Aquisição de Materiais Didáticos e Livros	Caberá facilitar a aquisição de materiais didáticos e livros aos estudantes de baixa condição socioeconômica, contribuindo para a melhoria do desempenho acadêmico e qualificação profissional.	Pecuniário	Prioritariamente aos de perfil de vulnerabilidade socioeconômica.
	Assistência Estudantil Programa de Bolsas Acadêmicas	Caberá distribuir bolsas remuneradas como incentivo à participação dos estudantes nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Pecuniário	-
	Assistência Estudantil Workshop sobre desafios do estudante universitário	O objetivo principal é criar um espaço de escuta do estudante sobre os seus desafios da gestão do tempo, organização e realização das atividades acadêmicas e procedimentos e técnicas de aprendizagem e de pesquisa, além de propor abordagens e ferramentas para otimizar o desempenho acadêmico.	Suporte	-
	Assistência Estudantil Apoio pedagógico	Disponibiliza um conjunto de ações, visando contribuir com os estudantes na melhoria do desempenho acadêmico por meio de atividades didático-pedagógicas que propiciem a diminuição das situações de riscos de reprovações, evasão ou jubramento. Ocorre na forma: (1) individual, Todos os atendimentos individuais começam com um espaço para ouvir o estudante, buscando identificar a necessidade específica do discente para, em seguida, oferecer uma abordagem personalizada em consonância com ações semiestruturadas (avaliação da situação acadêmica, planejamento de estudos e apoio pedagógico à pesquisa); e 2) Grupo, Criar espaço para socialização dos desafios e das soluções no campo dos estudos universitários, da troca das experiências visando o incentivo da criação dos próprios métodos de estudos, das atitudes facilitadoras do desempenho acadêmico e do desenvolvimento de uma percepção mais ampliada das dinâmicas presentes no ambiente universitário (através do projeto xadrez).	Suporte	-
Assistência Estudantil Ações psicoeducativas	Envolvem projetos psicoeducativos que visam ações de promoção e de prevenção em saúde mental no contexto acadêmico. O objetivo destas ações é informar e debater junto à comunidade universitária temas que perpassam a subjetividade do estudante universitário, seu cotidiano e realidade, e que, de algum modo, se relacionam à sua qualidade de vida, ambientação e trajetória acadêmica e profissional. Pode ser realizado por meio da participação dos profissionais da DISAU em palestras,	Suporte	-	

	Assistência Estudantil Reorientação profissional	minicursos, oficinas e eventos acadêmicos em geral. O Trabalho de Reorientação Profissional tem como característica uma clientela diferenciada, pois são pessoas que já tiveram alguma experiência na universidade. Já tendo realizado uma escolha anteriormente, caracteriza-se por uma tendência em aprofundar-se mais nas questões pessoais do que na informação profissional. Assim, a reorientação preocupa-se com a descoberta das influências que os sujeitos tiveram em suas escolhas anteriores e promove-se um “amadurecimento”, além de uma grande preocupação em encontrar o prazer no seu trabalho, buscando, neste segundo momento de sua vida, a “melhor” profissão para si.	Suporte	Estudantes da graduação recém-ingressos na universidade ou os universitários que ainda possuem dúvidas quanto à escolha que fizeram de seus cursos.
	Assistência Estudantil Atendimento psicoeducacional	É um atendimento oferecido por psicólogos a acadêmicos com queixas relacionadas à aprendizagem e adaptação à universidade. Tem o objetivo de apoiar o desenvolvimento de habilidades e competências que colaborem para que o estudante alcance suas metas na universidade e na vida, com vistas a fomentar o desenvolvimento humano integral, a cidadania e a justiça social. Tem como objetivo apoiar o acadêmico em seu processo de aprendizagem e desenvolvimento; Incentivar o desenvolvimento de potencialidades cognitivas, comportamentais e emocionais que contribuam para a adaptação à universidade.	Suporte	Acadêmicos regularmente matriculados.
Universidade Federal de Viçosa	Não Identificado	-	-	-
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Assistência Estudantil Serviço de Pedagogia	O serviço de atendimento e acompanhamento pedagógico compreende a atenção à aprendizagem com foco nas necessidades educacionais transitórias e busca favorecer a permanência, com sucesso, do estudante no ensino superior, oferecendo orientação e apoio quanto a otimização e organização dos tempos de estudo, estratégias de aprendizagem, como também auxiliando na busca de alternativas para melhor adaptação ao ambiente universitário.	Suporte	-
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Assistência Estudantil Programa de Nivelamento de Conhecimentos	Ações institucionais voltadas à melhoria do desempenho estudantil, prevenção da evasão e da retenção e conclusão dos cursos.	Suporte	-
	Assistência Estudantil Projeto de Aprendizagem para Permanência Discente	Contribuir para a garantia do acesso, da permanência e da conclusão de curso dos estudantes regulares, na perspectiva de inclusão social, formação integral ampliada, produção e difusão de conhecimento e melhoria do desempenho estudantil, da qualidade de vida, do desenvolvimento cultural e do bem-estar social.	Suporte	-
	Assistência Estudantil Tutoria Inclusiva	Busca contribuir com o desenvolvimento educacional dos alunos com necessidades específicas e incentivar os alunos tutores inclusivos para uma prática responsável, proporcionando ainda um conhecimento a mais em suas formações.	Pareada (Pecuniário – Suporte)	Alunos com necessidades específicas.

Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	Assistência Estudantil Apoio Pedagógico	Visa desenvolver atividades que contribuam com o processo de ensino-aprendizagem dos/as estudantes, preparando-os para o pleno desempenho de suas atividades acadêmicas.	Suporte	-
	Assistência Estudantil Apoio Pedagógico – Oficinas de Nivelamento	O Programa Apoio Pedagógico- Oficinas de Nivelamento é uma das ações da Política de Assistência Estudantil e visa desenvolver atividades que contribuam com o processo de ensino-aprendizagem dos/as estudantes, preparando-os para o pleno desempenho de suas atividades acadêmicas. As atividades do Apoio Pedagógico- Oficinas de Nivelamento contemplam as áreas de Matemática, Língua Portuguesa, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Informática. Nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas são desenvolvidas oficinas de orientação e nivelamento de conteúdo, contribuindo com os estudantes em suas atividades acadêmicas. Na área de Informática são ofertadas oficinas que visam a inclusão digital e qualificação dos estudantes para a utilização do computador como uma ferramenta e componente pedagógico nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Suporte	-
	Assistência Estudantil Participação em Eventos	O Programa Incentivo a Participação em Eventos Acadêmicos tem como finalidade conceder ajuda de custo, em caráter eventual, para participação, com apresentação de trabalho, em eventos acadêmicos.	Pecuniário	Estudantes regularmente matriculados em Curso de Graduação presencial.
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Assistência Estudantil Auxílio Apoio Pedagógico	Concedido aos estudantes para ministrarem aulas de revisão dos conteúdos da educação básica, contribuindo para a redução da evasão escolar.	Pareada (Pecuniário – Suporte)	Preferencialmente, por estudantes vulneráveis.
	Assistência Estudantil Auxílio para participação de estudantes em eventos	Tem por objeto contribuir com a formação acadêmica, com o apoio financeiro para participação em eventos de caráter científico, técnico-científico, de inovação, empreendedorismo, artísticos e culturais, preferencialmente no Brasil.	Pecuniário	Estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .
Universidade Federal de Mato Grosso	Assistência Estudantil Bolsa de Apoio à Inclusão	Implementação e desenvolvimento de atividades de gestão e acompanhamento das Ações Afirmativas na política educacional. O bolsista deverá ter disponibilidade 20 horas semanais para realizar as atividades.	Prestação	Podem ser beneficiados com a Bolsa Apoio à Inclusão estudantes devidamente matriculados em curso de graduação presencial, que tenham interesse em desenvolver atividades/ações voltadas à inclusão e acompanhamento dos estudantes.
	Assistência Estudantil Apoio ao discente	Apoio didático durante as aulas quando o discente apresenta dúvidas, questionamentos, ideias e, no contexto do diálogo com professor e alunos, recebendo a atenção necessária para superar dúvidas e construir suas ideias; Atendimento ou orientação individual ou em grupo mediante agendamento com o professor, fora da sala de aula; Atendimento da coordenação de ensino para o esclarecimento de dúvidas relativas ao funcionamento do curso e outras demandas correlatas; Diálogo permanente entre docentes e professores para encaminhamento de situações ou demandas que se fazem necessárias intervenções	Suporte	-

		visando mediar tomadas de decisões relativas ao bom andamento do processo de ensino-aprendizagem no curso; Oferta de programas e projetos de pesquisa, extensão, estágios, eventos, monitoria e tutoria que possibilitem vivências formativas e de iniciação científica complementares à formação; Atividades Extracurriculares: Atividades extraclases que visam auxiliar os alunos nos processos de não aprendizagem. Estas atividades podem ser efetuadas através de diversos mecanismos.		
Universidade Federal do Oeste do Pará	Assistência Esrudantil Acompanhamento pedagógico	Está inserido na área do conhecimento multidisciplinar que trabalha com as dificuldades de aprendizagem e se articula ao atendimento de outros serviços para garantir ao estudante o suporte necessário para plena fruição de sua carreira acadêmica. Um baixo aproveitamento acadêmico pode ser provocado por fatores de origem orgânica, cognitiva, social, psicológica, emocional ou pedagógica. <i>Acompanhamento Individual:</i> é uma ação voltada ao esclarecimento e orientação de questões relativas ao progresso e percurso acadêmico do estudante, bem como, em conjunto com o estudante e a coordenação acadêmica do curso ao qual está vinculado, estabelecer planos de estudos para desenvolvimento acadêmico e superação de fatores que dificultem o progresso e percurso acadêmico. Nesta atividade, o estudante deve solicitar o acompanhamento pedagógico por meio dos canais disponibilizados pela Proges. Após análise e diagnose da demanda, o estudante é convocado para que sejam feitos os esclarecimentos e orientações necessários. Havendo necessidade, a coordenação acadêmica do curso ao qual o mesmo está vinculado é acionada visando o planejamento e operacionalização de estratégias de resolução da demanda. <i>Acompanhamento Coletivo:</i> refere-se ao acompanhamento acadêmico que visa possibilitar suporte pedagógico às coordenações acadêmicas dos cursos de graduação. Esta modalidade de acompanhamento ocorre ou por iniciativas das coordenações de curso/coordenações acadêmicas das unidades, ou por iniciativa da Proges, após análise e diagnose das situações acadêmico-pedagógicas de cada unidade ou subunidade acadêmica.	Suporte	-
Universidade Federal do Pará	Assistência Estudantil Apoio Pedagógico	Constitui-se em um conjunto ações didático-pedagógicas e psicoeducacionais sistemáticas e permanentes com vista a apoiar o discente de graduação em vulnerabilidade socioeconômica para uma ação mais prática de aprendizagem, em âmbito individual e coletivo, contribuindo para sua permanência até a integralização do curso de graduação. Com ações de: atendimento/accompanhamento social, psicoeducacional e pedagógico, nivelamento da aprendizagem, inclusão digital, línguas estrangeiras, bem como outras ações que apoiem o desenvolvimento acadêmico do discente, de forma a melhorar seu desempenho e minimizar a retenção e evasão universitária.	Suporte	Discentes de graduação presencial em vulnerabilidade socioeconômica.
Universidade Federal Rural da Amazônia	Assistência Estudantil Divisão Psicossocial e	Promoção do protagonismo do discente na democratização, valorização e qualificação	Suporte	-

	Pedagógica	do ensino; elaboração de estratégias institucionais que contribuam para um bom desempenho acadêmico, reduzindo a evasão e favorecendo a conclusão dos cursos; acolhimento e acompanhamento do discente através do atendimento psicológico, pedagógico e da assistência social em caráter de promoção, prevenção, informação e orientação individual ou em grupo, por demanda espontânea ou encaminhada, em aspectos relevantes ao processo de ensino-aprendizagem; colaborar para a compreensão, e/ou resoluções de problemas entre educadores e educandos no processo de ensino-aprendizagem.		
Universidade Federal da Paraíba	Assistência Estudantil Apoio à participação em eventos	Consiste no incentivo à participação em eventos e tem por objetivo contribuir com a socialização de informações e produção de novos conhecimentos, que venham enriquecer a formação acadêmica e propiciar maior integração entre os estudantes, mediante a concessão de passagens, visando à apresentação de trabalhos em eventos de cunho científico, técnico, artístico, cultural ou equivalente, que se realizem no País, a depender das disponibilidades orçamentárias.	Pecuniário	-
	Assistência Estudantil Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência	Visa a dar apoio pedagógico aos estudantes com deficiência através de acompanhamento de um estudante bolsista (chamado apoiador) do mesmo curso ou área que o estudante com deficiência. O apoiador tem como principais obrigações dar suporte às atividades em sala e ajudar na mobilidade do estudante apoiado pelo campus.	Suporte	Estudante com deficiência.
Universidade Federal de Campina Grande	Assistência Estudantil Gerência de Assuntos Estudantis	Oferecer assistência, por intermédio de programas assistenciais específicos; Dar apoio ao estudante, procurando atendê-lo em suas necessidades psicopedagógicas e de adaptação ao contexto universitário; Promover a inclusão social de estudantes com necessidades educacionais especiais, garantindo-lhes dessa forma, seu acesso, bem como, sua permanência e a conclusão do curso.	Suporte	Estudante carente.
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	Assistência Estudantil Apoio Pedagógico	Foi criado para auxiliar os/as discentes oferecendo materiais didáticos e apoio pedagógico. Este programa tem o suporte da PROAE e funciona por meio de uma parceria entre professores, estudantes voluntários e bolsistas que auxiliam na elaboração de materiais didáticos. O PEMD conta com um espaço de estudos e salas de aula para realização de monitorias e tutorias; também oferece cursos e seminários voltados para a elaboração de materiais didáticos em editores de textos científicos em LATEX.	Suporte	-
	Graduação Apoio Pedagógico	Desenvolver atividades de acompanhamento e suporte ao processo de ensino-aprendizagem dos discentes.	Suporte	-
Universidade Federal de Pernambuco	Graduação Apoio Pedagógico	Apoio à compra do material didático necessário para aulas práticas, estudo individual e desenvolvimento de projetos (oficinas) de disciplinas de graduação.	Pecuniário	Discente em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
Universidade Federal Rural de Pernambuco	Assistência Estudantil Acompanhamento e Atendimento Pedagógico	É uma estratégia de orientação que tem como objetivo auxiliar o estudante no seu processo educacional através de um planejamento individualizado de ações específicas de aprendizagem.	Suporte	-

	Assistência Estudantil Ajuda de Custo para Eventos Acadêmicos	A ajuda de custo para cobrir parte das despesas de inscrição no evento, aquisição de passagens, hospedagem e alimentação.	Pecuniário	-
Universidade Federal do Piauí	Assistência Estudantil Serviço Pedagógico	Auxiliar pedagogicamente os estudantes desta instituição, com a finalidade de que estes concluam seus cursos com êxito, minimizando as retenções e eliminando as possibilidades de evasão.	Suporte	Estudantes beneficiados pelos programas assistenciais e demais estudantes desta instituição.
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Não identificado	-	-	-
Universidade Federal do Paraná	Assistência Estudantil Programa de Apoio à Apresentação de Trabalho	Objetiva viabilizar a participação de alunos de graduação em eventos acadêmicos que ocorram em âmbito nacional, a fim de estimular a produção acadêmica e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e formação profissional.	Pecuniário	Ser aluno de graduação regularmente matriculado.
	Assistência Estudantil Programa de Apoio a Eventos Estudantis	A realização de eventos estudantis organizados pelos estudantes de graduação através de suas <u>entidades representativas</u> . Os eventos podem ser de caráter didático-científico (semanas ou jornadas de cursos, congressos, simpósios, seminários, ciclos de conferências e outros similares), político-acadêmicos (encontros de estudantes e de entidades estudantis), eventos de natureza artístico-cultural (semana cultural, festival de cultura, entre outros), ou ainda, eventos esportivos (atleticas).	Pecuniário	Estudantes da graduação.
	Assistência Estudantil Atendimento Pedagógico	Um espaço de diálogo em busca da construção de ações e reflexões que auxiliem na organização pedagógica e na autonomia universitária tem se mostrado muito eficaz.	Suporte	-
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Assistência Estudantil Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil	Está diretamente voltado ao atendimento, orientação e acompanhamento do estudante, visando a sua permanência e êxito. Dentre as diversas ações desenvolvidas pelos profissionais a Pedagogia estão: Acolhimento, Avaliação da demanda, Auxílio na adaptação acadêmica, Orientação de hábitos de estudos, Acompanhamento de rendimento acadêmico, Oficinas de estratégias de aprendizagem, Oficinas de Planejamento e Organização de Estudos.	Suporte	-
	Assistência Estudantil Apoio à participação de eventos	Tem como objetivo oferecer apoio aos estudantes de graduação para participação em eventos técnico-científicos, culturais e esportivos de âmbito nacional e internacional.		
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Assistência Estudantil Setor de Apoio Pedagógico	Apoiar o estudante para melhorar a sua condição de vida universitária, estimular o desenvolvimento acadêmico e contribuir para a sua permanência e conclusão do curso. Tendo como objetivos específicos: planejar e realizar dinâmicas abertas para realização de apoio psicopedagógico; aconselhar e orientar pedagogicamente de modo individual; construir conjuntamente com o estudante estratégias para o seu desenvolvimento acadêmico.	Suporte	-
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Assistência Estudantil Divisão de Integração Pedagógica	Dar suporte a estudantes com problemas em seu desempenho acadêmico e que demandavam algum tipo de orientação pedagógica. É responsável por propor e coordenar atividades de apoio pedagógico	Suporte	-

		que tenham como objetivo contribuir para a permanência e conclusão da graduação dos discentes com garantia de qualidade, bem como promover a integração do estudante ao contexto acadêmico.		
Universidade Federal Fluminense	Assistência Estudantil Bolsa de Desenvolvimento Acadêmico Assistência Estudantil Programa Material Didático	Tem por objetivo integrar ações de apoio socioeconômico ao acadêmico, a fim de contribuir para o pleno desenvolvimento dos e garantir a permanência e conclusão dos estudantes na Educação Superior. Contribuir para a permanência e o bom desempenho, além de propiciar a utilização de material didático indispensável ao cumprimento do conteúdo programático necessário para o acompanhamento das atividades propostas por disciplinas dos cursos de graduação.	Pecuniário -	Estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação que comprovam situação de vulnerabilidade socioeconômica.
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Assistência Estudantil Programa de Desenvolvimento Acadêmico e Institucional Assistência Estudantil Auxílio de Apoio Pedagógico	Oferecer oportunidades para o desenvolvimento acadêmico, cultural e profissional, nos diferentes ambientes da Universidade, com a orientação de servidores docentes ou técnico-administrativos, tendo como fundamentos a responsabilidade ética e social e que as ações de assistência estudantil estejam vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Diminuir as deficiências pedagógicas, estimular e facilitar a permanência do discente no curso e assessorar os mesmos nas demandas didáticas e acadêmicas no âmbito curricular e extracurricular, contribuindo para a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento das capacidades, atitudes e valores consagrados nos planos dos cursos de graduação em vigor	Pecuniário Pecuniário	Estudantes, regularmente matriculados nos cursos de graduação, prioritariamente àqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada. Discentes selecionados a partir das normas e critérios previstos
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Assistência Estudantil Projeto de Extensão Hábitos de Estudo	Desenvolvimento de habilidades acadêmicas em estudantes universitários - São realizadas ações preventivas de apoio aos estudantes no desenvolvimento de suas competências para estudar, buscando favorecer a aquisição de estratégias e hábitos de estudo adequados às exigências atuais acadêmicas e de preparação profissional. As atividades oferecidas pelo projeto incluem: Cursos e oficinas temáticas de capacitação para o estudo (objetivam facilitar os estudos; colaborar para a formação do hábito de estudar; transmitir o conhecimento de técnicas de estudos e auxiliar no planejamento e desenvolvimento dos estudos universitários. Ocorrem em caráter contínuo, segundo a demanda da comunidade universitária). Grupos de Desenvolvimento de Habilidades para a vida acadêmica (a proposta do grupo é contribuir para que alunos reflitam sobre sua forma de estudar, focando em temas “ansiedade/estresse, procrastinação, dificuldade de concentração e memória, organização para estudo, Planejamento das sessões de estudo, motivação” que priorizem o potencial de aprendizagem e o sucesso acadêmico). Grupos de Reorientação Profissional (grupos propostos aos alunos que estejam em conflito com o curso e/ou vivenciando preocupações acerca do mercado de trabalho, possibilitando o conhecimento de	Suporte	O estudante regularmente matriculado em disciplinas de curso presencial de Graduação [alunos prioritários] identificado em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

		<p>si mesmo, em termos de personalidade, aptidões e interesses e disponibilizando informações a respeito das diversas possibilidades profissionais).</p> <p>Plantão de Orientações de Estudos (atendimentos individuais destinados aos estudantes que estejam enfrentando dificuldades para se organizar nos estudos. Os atendimentos deverão ser previamente agendados).</p> <p>Atividades de levantamentos de necessidades da comunidade universitária em relação ao estudar e implementações destinadas a atender tais necessidades.</p>		
Universidade Federal rural do Semi-Árido	Assistência Estudantil Bolsa Permanência Acadêmica	<p>Visa apoiar a formação acadêmica do discente, através de sua implementação de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, sob a orientação de um docente ou técnico-administrativo, excetuando-se a monitoria. A bolsa terá uma duração de dois semestres letivos e o bolsista exercerá suas funções em 12 (doze) horas semanais.</p>	Pecuniário e Prestação	-
	Assistência Estudantil Auxílio Didático-Pedagógico	<p>Consiste em uma ajuda financeira a discentes, para aquisição de material didático, como livros, apostilas, cópias, etc.</p>	Pecuniário	-
Universidade Federal de Rondônia	Assistência Estudantil Auxílio Participação Discente em Eventos	<p>É uma ação de fomento e apoio à de estudantes em eventos de caráter acadêmico, técnico-científico, didático-pedagógico e cultural em qualquer região do território nacional, que sejam considerados relevantes para a instituição e que contribuam para a formação acadêmica, científica, política, social e profissional do discente.</p>	Pecuniário	Estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, regularmente matriculados nos cursos presenciais de graduação.
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	Graduação Núcleo de Apoio Psicopedagógico	<p>Desenvolve ações psicopedagógicas e de acolhimento da demanda da comunidade acadêmica (docentes e discentes) visando à promoção de saúde e atividades que favoreçam o aprimoramento constante do processo de ensino-aprendizagem e das relações sociais na instituição. Coordena o Programa de Tutoria da UFCSPA e desenvolve ações e projetos de cunho educativo e didático-pedagógico que contemplam discentes e docentes em suas atividades na universidade.</p>	Suporte	Discentes e docentes.
Fundação Universidade Federal do Pampa	Assistência Estudantil Programa de Desenvolvimento Acadêmico	<p>Consiste na concessão de bolsas a acadêmicos, previamente selecionados, para realização de atividades de formação acadêmica nas modalidades de ensino, pesquisa e extensão, constitutivas do perfil do egresso, sendo desprovidas de vínculo empregatício.</p>	Pecuniário e Prestação	-
	Assistência Estudantil Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos	<p>Tem como finalidade incentivar a participação dos estudantes, em eventos presenciais acadêmicos, esportivos, culturais, científicos, tecnológicos e de formação complementar, com o objetivo de contribuir no desempenho acadêmico e na formação integral dos estudantes, em consonância com o Plano Institucional de Assistência Estudantil.</p>	Pecuniário	Estudantes, regularmente matriculados em cursos de graduação.
	Assistência Estudantil Programa de Apoio Social e Pedagógico	<p>Consiste no fomento de alternativas para ampliar as condições de permanência dos acadêmicos na Universidade, por meio de estratégias de acompanhamento socio-pedagógico, tais como: orientações gerais sobre a vida universitária e sobre o acesso aos programas e benefícios de assistência estudantil; fornecimentos de materiais pedagógicos; monitorias; organizações de</p>	Suporte	-

		grupos de estudos; acompanhamento prévio a atividades avaliativas; apoio para planejamento de estudos; orientações sobre hábitos e rotinas de estudos e organização da vida acadêmica; entre outros.		
Universidade Federal de Pelotas	Assistência Estudantil Acompanhamento pedagógico	Verificar o aproveitamento acadêmico de todos os bolsistas, comunicando por email e publicando através da página da PRAE, a relação de estudantes (através do número de matrícula) que apresentaram rendimento semestral inferior a 70%. Conforme as orientações prestadas, haverá um prazo para que uma justificativa seja apresentada. A participação dos bolsistas listados nesse processo é obrigatória. Nossa intenção principal é a aproximação com os estudantes, a fim de nos colocarmos à disposição para a busca de soluções em relação ao baixo aproveitamento acadêmico. Além disso, a PRAE também cumpre o papel da gestão de recursos públicos, os quais necessitam de procedimentos de controle.	Exigência	Estudantes de programas assistenciais.
	Assistência Estudantil Núcleo de Apoio Psicopedagógico	Sem descrição.	-	-
Universidade Federal de Santa Maria	Assistência Estudantil Auxílio Formação Estudantil	Auxiliar os alunos na participação em cursos, congressos, seminários, etc., fora do município sede do campus ao qual o aluno esteja vinculado.	Pecuniário	-
	Assistência Estudantil Auxílio à Aquisição de Materiais Pedagógicos	Destina-se a contribuir para os gastos com aquisição de Materiais Pedagógicos indispensáveis ao desempenho acadêmico.	Pecuniário	Alunos de graduação presencial com Benefício Socioeconômico.
Universidade Federal do Rio Grande	Assistência Estudantil Programa de Acompanhamento e Apoio Pedagógico ao Estudante	Tem como finalidade elaborar, implementar, induzir e monitorar ações que promovam a qualidade e o aperfeiçoamento das interações entre o ensino e a aprendizagem nas suas relações políticas, pedagógicas e epistemológicas no ambiente universitário. ampliar e qualificar os espaços e ações pedagógicas, interativas e afirmativas, visando à promoção de equidades e justiça social na formação acadêmica e cidadã dos estudantes	Suporte	-
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Assistência Estudantil Auxílio Financeiro para Eventos	Objetivo de auxiliar no custeio de despesas individuais do solicitante, tais como alimentação, deslocamento, hospedagem, taxa de inscrição, entre outros, quando o estudante desejar participar de evento externo à Universidade.	Pecuniário	-
Universidade Federal de Santa Catarina	Graduação Programa Institucional de Apoio	Compreendido como uma estratégia pedagógica de apoio e orientação aos estudantes da graduação da UFSC e tem o intuito de desenvolver ações de apoio pedagógico que favoreçam a permanência e a qualidade dos processos de formação dos estudantes nos cursos de graduação, proporcionando-lhes condições pedagógicas que atendam as suas necessidades de aprendizagem e contribuam para que obtenham um melhor desempenho acadêmico. englobam grupos de aprendizagem, atendimentos de orientação pedagógica e oficinas, que são ministrados por tutores com formação específica na área de atuação.	Suporte	-
	Graduação Grupos de Aprendizagem	Concentra-se, atualmente, nas áreas de Matemática, Física, Química, Bioquímica, Leitura e Produção Textual, Informática e Estatística e é oferecido em módulos com	Suporte	-

	<p>Graduação de Atendimentos de Orientação Pedagógica</p> <p>Graduação Tutores do Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes</p> <p>Assistência Estudantil Programa de Apoio à Apresentação de Trabalhos Científicos</p> <p>Assistência Estudantil Programa de Apoio à Participação Coletiva em Eventos</p>	<p>duração de quatro a sete semanas ou em turmas semestrais.</p> <p>Os atendimentos de orientação pedagógica são individuais ou em grupos e têm como objetivo orientar os estudantes no que diz respeito a sua vida acadêmica, especialmente, no planejamento e gerenciamento da rotina de estudos com vistas ao desenvolvimento de maior autonomia e melhoria no desempenho das atividades acadêmicas.</p> <p>Consistindo em uma excelente oportunidade para trabalhar temas pontuais que são relevantes na evolução dos estudos na graduação.</p> <p>Destinado a oferecer apoio para apresentação de trabalhos científicos em eventos de caráter acadêmico-científico no país e no exterior, objetivando fomentar a produção científica na graduação, a oportunidade de divulgação de pesquisas realizadas por graduandos e a interação destes com os pares e o ambiente acadêmico de outras instituições.</p> <p>Destinado a oferecer apoio à participação em eventos de caráter acadêmico-científico, de representação de entidade/institucional ou visitas técnicas.</p>	<p>Suporte</p> <p>Conceitual</p> <p>-</p> <p>Pecuniário</p>	<p>-</p> <p>-</p> <p>Discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial.</p> <p>Estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação presencial.</p>
Universidade Federal de Sergipe	<p>Assistência Estudantil Acompanhamento Acadêmico</p> <p>Assistência Estudantil Apoio Pedagógico</p>	<p>Trata-se de atividade sistemática de acompanhamento pedagógico dos alunos inscritos nos Programas, com o objetivo de apoiá-los e orientá-los quanto às suas dificuldades acadêmicas. O acompanhamento acadêmico consiste na oferta de serviço que contribui para a permanência dos alunos nos Programas até a conclusão da graduação, mas também é um estímulo ao fortalecimento de suas responsabilidades para com a universidade.</p> <p>Trata-se uma bolsa concedida a estudantes selecionados através de avaliação socioeconômica para a participação em atividades acadêmicas complementares, dando ou recebendo apoio em disciplinas ou temas relacionados com sua área de graduação. O estudante bolsista deverá desenvolver a cooperação discente em 08 (oito) horas semanais de atividades acadêmicas, podendo oferecer apoio didático a colegas em uma disciplina que já tenha cursado e obtido um bom rendimento, ou receber apoio didático de colegas em uma disciplina que esteja cursando; bem como, no caso das licenciaturas, oferecer apoio a estudantes da educação básica.</p>	<p>Suporte</p> <p>Pecuniário</p>	<p>Alunos inscritos em programas assistenciais.</p> <p>Estudantes selecionados através de avaliação socioeconômica.</p>
Fundação Universidade Federal do ABC	Graduação Programa de Ensino e Aprendizagem Tutorial	É uma oportunidade de orientação acadêmica e acompanhamento aos estudantes para auxiliar nessa fase de suas vidas, contribuindo ainda com a tomada de decisões e com o exercício da autonomia na universidade. São duas as estratégias do PEAT para auxiliar os alunos: Oficinas e Tutorias individualizadas. A cada ano é realizado um ciclo de oficinas voltadas,	Suporte	-

		<p>principalmente, para os ingressantes, mas veteranos podem participar.</p> <p>Além das oficinas, em qualquer momento da sua trajetória acadêmica os estudantes podem ter o acompanhamento mais individualizado de um professor tutor. Esse tipo de orientação pode ser bastante útil quando o estudante tem dúvidas sobre temas que não serão abordados nas oficinas do PEAT e sobre os quais o professor tutor tenha domínio. Pode ser orientação sobre o projeto pedagógico de um curso específico, sobre um tipo de carreira, sobre como estudar para disciplinas de um eixo do conhecimento, etc.</p> <p>Além disso, a tutoria individualizada é um importante apoio aos estudantes que podem recorrer ao tutor quando se encontrarem em dificuldades em seu percurso acadêmico.</p>		
Universidade Federal de São Carlos	Graduação ProEstudo	<p>Apoiar alunos de graduação no desenvolvimento de suas competências para estudar, preparando-os não apenas para um melhor aproveitamento das atividades didáticas, mas para um estudar gratificante, que perdure para além das exigências acadêmicas.</p> <p>O ProEstudo mantém um conjunto de ações que visam obter o máximo de aproveitamento do estudante em seus momentos de estudo, nas mais variadas circunstâncias que o aluno encontra, por meio dos seguintes produtos e serviços:</p> <p>Palestras sobre como estudar; Orientações impressas sobre como estudar adequadamente; Oficinas de capacitação para o estudo; Agenda da UFSCar para calouros; Balcão de Orientações de Estudo;</p>	Suporte	Alunos de graduação.
	Graduação Tutoria em Conteúdos do Programa de Acolhimento e de Apoio aos Estudantes	<p>Tutoria em disciplinas diversas como Cálculo, Geometria Análítica, Bioquímica, Física, Inglês, dentre outras.</p>	Suporte	-
Universidade Federal de São Paulo	Assistência Estudantil Coordenadoria de Apoio Pedagógico e Atividades Complementares	<p>Promover políticas de permanência estudantil no que se refere ao Apoio Pedagógico e Atividades complementares. Considerando as atividades complementares aqui mencionadas referem-se àquelas que não fazem parte dos planos de ensino e projeto pedagógico das unidades curriculares e cursos da Unifesp; elaborar planos, programas e projetos que contribuam no processo de ensino aprendizagem dos estudantes da Unifesp; contribuir e propor ações que fortaleçam o protagonismo e o pertencimento do estudante à Universidade; atuar junto às outras Pró-Reitorias de forma a promover a intersectorialidade e o desenvolvimento institucional.</p>	Parcerias	-
Fundação Universidade Federal do Tocantins	Assistência Estudantil Programa de Apoio à Participação de Discentes em Eventos	<p>Tem como finalidade incentivar a participação de estudantes em eventos acadêmicos, científicos, tecnológicos, culturais e político-acadêmicos, internos e externos à UFT, de caráter regional e nacional.</p>	Pecuniário	Estudantes regularmente matriculados em curso de graduação.
	Graduação Apoio ao Estudo e à Carreira	<p>Auxilia alunos que estejam passando por momentos críticos no curso. O apoio oferece oficinas e trabalhos em grupos com os temas: Gestão de Tempo, Apresentação Oral de Trabalhos, Planejamento de Curso, Motivação, Gestão e Controle do Estresse e</p>	Suporte	-

		Ansiedade, Organização e Estudo, Planejamento de Carreira, Participação em Processos Seletivos, TCC não é bicho de sete cabeças, além de oficinas para alunos ingressantes.		
--	--	---	--	--

4.4 ANÁLISE DOS DADOS

No intuito de conhecer e obter novos conhecimentos, a forma de organização das informações, os dados foram analisados pela técnica de análise de conteúdo temática de Bardin (2011), que permite compreender criticamente os sentidos e significados das comunicações.

A técnica (BARDIN, 2011), ao tempo em que observa as “enquanto analisa as condições do discurso, permite realizar inferências em meio às informações expostas.

Para tanto, procedem-se as seguintes etapas metodológicas:

a) *constituição do Corpus*, que na presente pesquisa é composta pelas informações coletadas nos endereços eletrônicos das universidades federais no que refere apoio pedagógico ou outro suporte dirigido ao estudante para sua permanência na graduação;

b) *Leitura Flutuante*, primeiras apropriações do material, tem como interesse tomar conhecimento dos dados para formar ideia geral acerca da temática e, a *posteriori*, possibilitar uma melhor articulação das informações obtidas;

c) *Codificação e Recortes*, que decorre da decomposição do *corpus* e da codificação dos temas (proponente, finalidade e forma de assessoramento), para então distribuir o material em subcategorias e categorias simbólicas;

d) *Composição das unidades de análise*, sendo obtidas a partir da definição das categorias que serão codificadas e validadas;

Por fim, seguiu-se a e) *Categorização e a Descrição das categorias*, sendo assim produzidas descobertas a partir de inferências interpretativas.

Realizado, dessa maneira, a análise de conteúdo na modalidade temática, apresentando o tema central – suporte e/ou apoio pedagógico – por meio de núcleos de sentidos.

Figura 4 – Processo de estruturação para os resultados de pesquisa.



Fonte: Guia de introdução do MAXQDA (2018).

Os resultados estão divididos em três partes, conforme foram cumpridos os procedimentos de pesquisa. A etapa 1, com dados sobre o mapeamento dos serviços internos dirigidos aos estudantes de graduação quanto ao suporte acadêmico e apoio pedagógico ao estudante, principalmente focados por alunos vinculados ao Centro de Educação da UFPB. Na etapa 2, traz os achados do tema pelo levantamento realizado nas universidades federais. E, na etapa 3, apresento proposições para aplicação do apoio pedagógico que alcance o estudante em suas necessidades acadêmicas.

ETAPA 1: Mapeamento dos serviços internos existentes

Considerando a estrutura organizacional da UFPB, no que concerne a política interna de assistência ao estudante dirigida pela Pró-Reitoria de Assistência e Promoção Estudantil e, também, ao arranjo administrativo do Centro de Educação, realizei uma busca aos serviços encontrados que propiciem suporte ao acadêmico. Assim, é explanado os acessos que os estudantes do Centro de Educação têm que o atendem para sua permanência.

Ressalta-se que as ações apresentadas e as respectivas descrições consistem na retirada direta de conteúdos tal qual descrito na página oficial da UFPB, em suas seções.

Quadro 3 – Lista de ações de natureza didático-pedagógica dirigidas aos estudantes pela UFPB.

FONTE(S)	AÇÃO	DESCRIÇÃO
PRG	Programa de Tutoria de Apoio às Disciplinas Básicas - PROTUT	Oferece apoio didático-pedagógico aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de Graduação desta universidade. As atividades didático-pedagógicas do ProTut serão exercidas por tutores, estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação da UFPB, em colaboração com professores, outros estudantes e técnicos-administrativos, em conformidade com o Regimento Geral da UFPB.
PRAPE em parceria com o Comitê de Inclusão e Acessibilidade – CIA	Programa de Apoio ao Estudante com Deficiência – PAED	O PAED visa a dar apoio pedagógico aos estudantes com deficiência através de acompanhamento de um estudante bolsista (chamado apoiador) do mesmo curso ou área que o estudante com deficiência. O apoiador tem como principais obrigações dar suporte às atividades em sala e ajudar na mobilidade do estudante apoiado pelo campus.
PRAPE	Apoio à participação em eventos	Consiste no incentivo à participação em eventos e tem por objetivo contribuir com a socialização de informações e produção de novos conhecimentos, que venham enriquecer a formação acadêmica e propiciar maior integração entre os estudantes, mediante a concessão de passagens, visando à apresentação de trabalhos em eventos de cunho científico, técnico, artístico, cultural ou equivalente, que se realizem no País, a depender das disponibilidades orçamentárias.
CE	Apoio Psicopedagógico	Trata-se de um novo serviço que tem como objetivo assegurar apoio aos estudantes universitários que enfrentam dificuldades de aprendizagem. Presente para o curso de Psicopedagogia.

CE	Assessoria de Graduação	Compete discutir com as Coordenações dos cursos de graduação políticas acadêmicas que estimulem o acolhimento, a permanência e a conclusão dos cursos pelos estudantes, evitando retenção, evasão, trancamentos, reprovações e abandonos, garantindo, assim, a qualidade dos cursos de graduação da UFPB.
----	-------------------------	---

Fonte: <http://www.ufpb.br/>

Dessa forma, pela universidade, colheu-se informações divulgadas nas seções referentes à Pró-Reitoria de Promoção e Assistência Estudantil (PRAPE), Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), Pró-Reitoria de Graduação (PRG) e Centro de Educação (CE).

A PRAPE na instituição corresponde a principal instância administrativa responsável por promover atividades à classe estudantil e dirigido à sua permanência. No entanto, ainda que divulgado ações consistentes com o seu objetivo, percebe-se informações muito discretas que aponte direcionamento que dê suporte acadêmico em suas demandas corriqueiras relacionadas à aprendizagem ou desempenho acadêmico.

Dutra e Santos (2017) alegam que a assistência estudantil é resultante de diferentes sentidos e posicionamentos quanto a sua implementação, considerando sua construção. Dessas concepções formam a configuração da atuação em cada instituição.

O Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE), criado em 1987, com a proposta de articular diretrizes comuns de assuntos voltados aos universitários e que tem contribuído na estruturação de uma política no âmbito federal de educação superior.

Nascimento (2013) aponta para problemas teóricos sobre a natureza das necessidades pela qual centra a política de assistência ao estudante. Segundo ela, o conceito de necessidades nesse contexto se apresenta restrito a aspectos de sobrevivência, tendo o retorno a essa demanda orientada na concessão de bolsas (auxílio financeiro), alimentação e moradia.

No sentido de questionar a abrangência da assistência estudantil como uma política social, denota-se o caráter controverso presente, na medida em que expõe mecanismos de inclusão e exclusão concomitantemente. Ou seja, ao tempo que acata às necessidades palpáveis dos universitários, também impõe regras que discrimina a condição de beneficiado, funcionando de forma compensatória a uma medida de carência, sem pretensões de universalidade (NASCIMENTO, 2013; PAN; ZUGMAN, 2015; SANTOS; MARAFON, 2016).

A principal orientação, como se pode acessar, é tida por apoio à participação de eventos, sob a forma de ajuda financeira. Isso denota que a assistência ao estudante pela universidade tem mostrado preocupação para que o discente tenha oportunidade em participar

de eventos científicos. Entretanto, contribuição sem extensão para aspectos práticos da vida acadêmica com aqueles com dificuldade nos estudos, sendo, pois, insuficiente para promover melhoria na aprendizagem dos estudantes, como estabelece a estratégia 13.8 do PNE vigente.

Figura 5 – Página inicial da PRAPE/UFPB

Desenvolvido por GWEB

www.ufpb.br/prape

PROCESSOS SELETIVOS

- Residência Universitária
- Restaurante Universitário
- Auxílio Moradia
- Auxílio Transporte
- Auxílio Alimentação
- Auxílio Creche
- PROMISAES
- Outros Processos Seletivos da PRAPE
- Consulta de Processos Antigos

Apresentação

Gerenciando os recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, a **Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante – Prape** tem a principal função de planejar, coordenar e controlar as atividades de assistência e promoção ao estudante, visando sobretudo à sua permanência nos cursos de graduação presencial da Universidade Federal da Paraíba.

Auxílio Alimentação **Auxílio Creche** **Auxílio Moradia** **Auxílio Transporte**

Processos Seletivos

06/02/2019
Seleção para Auxílio Desporto, Artístico e Inclusão Digital - DAID 2019

18/07/2018
SELEÇÃO UNIFICADA PARA AUXÍLIOS ESTUDANTIS 2018 - Edital PRAPE/COAPE nº 21/2018
Publicada a 4ª Chamada de alunos classificados.

31/01/2019

Últimas Notícias

17/01/2019
COMUNICADO - ATRASO NO PAGAMENTO DOS AUXÍLIOS ESTUDANTIS

15/01/2019
COMUNICADO - DECISÃO JUDICIAL REFEIÇÕES RESIDENTES

07/01/2019

Fonte: <http://www.ufpb.br/prape>

Já o apoio didático-pedagógico propriamente dito, enquanto atividade direcionada aos estudantes, tem partido da Pró-Reitoria de Graduação, através do Programa de Tutoria de Apoio às Disciplinas Básicas, regulamentado pela Resolução nº 49/2014 – CONSEPE/UFPB, considerando os casos de apoiar estudantes com índice insuficiente de desempenho nas disciplinas curriculares. No documento é apontado sua proposição de intervenção:

Entende-se por Tutoria a estratégia de ensino e de aprendizagem em regime cooperativo através da qual os tutorandos, ou seja, estudantes que desejam e/ou necessitam de assistência adicional em uma disciplina, são auxiliados por tutores, os quais são estudantes que concluíram com êxito a referida disciplina. A estratégia assim estabelecida deve ser supervisionada pelo professor, a quem compete salvaguardar a instauração de um clima dialógico-colaborativo, positivo e propositivo (Art. 1º, parágrafo único).

Inferese, pelas informações apresentadas, que as ações de cunho assistenciais têm se apresentado na UFPB em caráter pecuniário, com disposição de recursos no repasse de valores aos estudante ou mesmo contribuindo com um benefício; enquanto que proposições

que atendam aos condicionantes pedagógicos tem melhor representação pela PRG, setor representativo de interação das atividades para propiciar qualidade da formação do aluno.

Destarte, é justamente sobre a extensão da assistência estudantil que se procurou problematizar. Uma vez que parte dela a cobrança para que os estudantes cumpram com um bom desempenho, que também houvesse articulação com ações propositivas de apoio ao estudante que não correspondesse ao rendimento estimado.

No entanto, em parceria com o Comitê de Inclusão e Acessibilidade, a PRAPE apresenta uma relação de parceria possibilitando ações direcionadas aos estudantes com deficiência cadastrados pela unidade. Assim, por intermédio do que se elege como apoiador, os estudantes são assistidos por assessoramento nas atividades ou mobilidade nos contornos da instituição. Vê-se aqui um exemplo de capilaridade da assistência, quando aliada a outro setor da universidade.

No que consiste ao suporte dirigido pelo Centro de Educação aos estudantes sob sua cobertura, é encontrado duas referências. O apoio psicopedagógico, fundada especificamente para atuar sobre as dificuldades de aprendizagem pelos estudantes; e, o setor de Assessoria de Graduação, regido pela Resolução COCCE nº 002/2018, que almeja concentrar esforços em artifícios na permanência dos seus estudantes.

A seguir, aponto os dados quanto à realidade ampliada, investigada nas universidades federais do território nacional.

ETAPA 2: Levantamento de ações nas universidades brasileiras

Foi realizada consulta no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC a fim de verificar as universidades federais credenciadas e em pleno funcionamento em todo o Brasil. O Sistema e-MEC constitui uma base de dados oficial de cursos e instituições de educação superior, estando regulamentada pela Portaria Normativa nº 21/2017. Através do sistema se gerencia informações quanto aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior.

A busca pelo sistema guiou-se pelos seguintes critérios:

- I) Instituição de Ensino Superior, observado a categoria administrativa “Pública Federal”, considerando levantar estabelecimentos de educação superior atendidas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil;
- II) Organização acadêmica, “Universidade”, tendo em vista a procura por instituição da mesma categoria da UFPB;

- III) Tipo de credenciamento “Presencial – Superior”, para fim de manter os padrões de cobertura do PNAES;
- IV) Índice CI (conceito institucional) em 3, 4 e 5, sendo, pois, considerados conceitos satisfatórios para funcionamento das instituições de educação superior.

Dessa forma, foram encontradas 55 instituições, sendo apresentadas, respectivamente, pelos nomes das ações por proponente, a descrição da atividade, a natureza da proposta e o público-alvo ao qual se dirige (ver Quadro 2). Por conseguinte, em cada uma das universidades listadas, buscou-se informações acerca de ações de apoio pedagógico ou o tipo de suporte similar para o estudante no *site* institucional, fazendo uma varredura nos endereços eletrônicos, principalmente nas seções referentes à Assistência Estudantil e/ou Assuntos Acadêmicos (graduação) e/ou Cartas de Serviços. Dessa forma, procurei observar se havia informações pela universidade de ações/serviços em apoio pedagógico ou outra(s) atividade(s) relacionada(s).

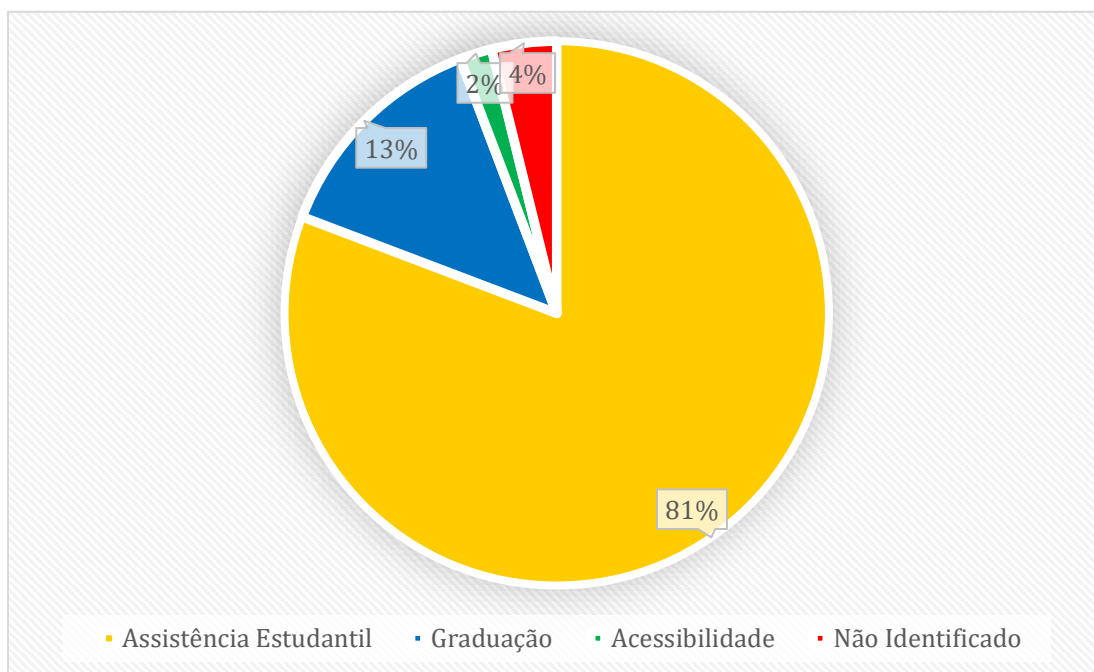
Importante apontar que a ausência de elementos não significa que seja afirmado a inexistência do suporte ao estudante, mas de certo que as instituições ainda pecam no que diz respeito à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que sustenta sobre a publicidade de informações de interesse público e transparência da administração pública. Esta lei aponta, em seu artigo 5º, a obrigatoriedade “de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão”.

A descrição e análise do que tem sido apontado como “apoio pedagógico” pelas universidades partiu, então, das informações presentes. Das 55 instituições catalogadas, verifica-se um total de 100 (cem) atividades que apontavam direcionamento aos estudantes de graduação, em sua modalidade presencial, e que apresentavam cunho pedagógico e/ou tipo de suporte acadêmico ao discente.

Conforme demonstrado na Figura 6, observou-se que tais ações estão, em sua maioria, guiadas pela Assistência Estudantil (84 serviços, correspondendo a 81%), ou seja, apontadas em atendimento ao PNAES. Também significativo o número de 14 ações (13%) dirigidas por Pró-Reitorias de assuntos acadêmicos (Graduação ou Ensino), apontando caminhos de suporte ao estudante na realização de suas atividades para rendimento acadêmico. Setores relacionados à acessibilidade também apontou serviço em apoio pedagógico, ainda que dirigida para um público mais restrito de estudantes, concentrando-se naqueles que atendem a uma condição de deficiência. E, em 4 (quatro) universidades não foi possível encontrar

serviços comuns ao estudante, sendo os casos da Universidade Federal de Itajubá, Universidade Federal de Lavras, Universidade Federal de Viçosa e Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

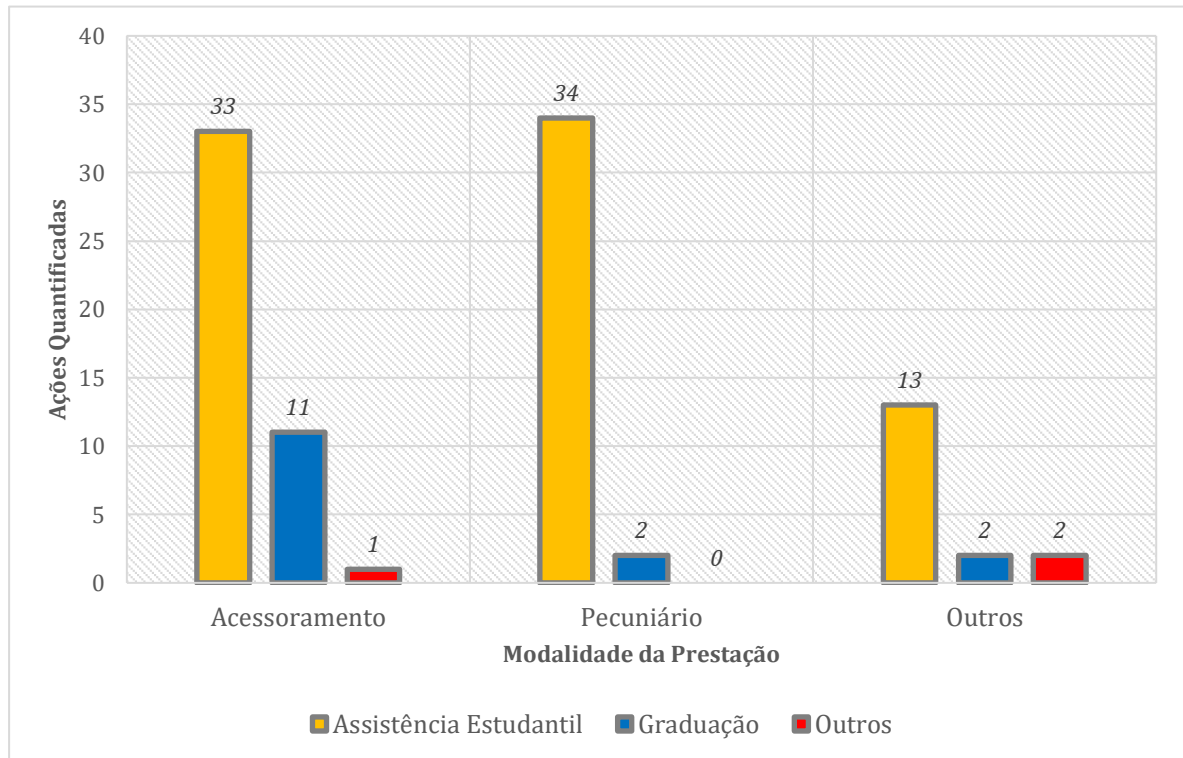
Figura 6 – Porcentagem de serviços em suporte e/ou apoio acadêmico por proponente.



Fonte: Dados tratados da pesquisa, 2019.

Sobre o cunho das atividades, realizei a categorização estabelecida posteriormente em quatro modalidades: pecuniário/financeiro, suporte/assessoramento ou outros (exigência, parceria, conceitual ou não identificado). Foi observado que há uma oferta acentuada de ações amparadas em repasse financeiro ao graduando, compondo 36 (sendo 34 delas via assistência estudantil). Sobre isso, Maciel, Gimenez e Assis (2017) já ponderaram que a assistência estudantil tem se amparado no pagamento de bolsas e auxílios financeiros. Santos e Sarafon (2016), nesse mesmo sentido, verificaram que essa modalidade de assistência só tem sido superada pela residência.

No levantamento realizado neste estudo, elenca-se que atividades de assessoramento ao estudante também têm sido bem representada, indicando a segunda maior forma de auxílio ao estudante para suporte ao seu rendimento acadêmico. Embora haja um quantitativo maior de ações apontadas sobre a forma de assessoramento (45 ações), indicando algum tipo de suporte ao estudante, do que do tipo pecuniário (36 medidas), percebe-se que quando guiada pela assistência estudantil passa a ser sutilmente ultrapassada, perfazendo a promoção ao estudante mais voltada pelo suprimento de fundos.

Figura 7 – Ações quantificadas por modalidade de suporte.

Fonte: Dados tratados da pesquisa, 2019.

No que tange à natureza das ações de suporte e/ou apoio pedagógico descritas pelas universidades, pude identificar 105 atividades pelas instituições, sendo: “apoio à participação de eventos”, “auxílio material” e “bolsa apoio inclusão”, consistindo em tipos amparados na transferência de recursos financeiros. Segundo Santos e Marafon (2016), esta forma de suprimento busca complementar o poder aquisitivo pelo estudante, ainda que para alguns se apresentam como única fonte de recurso, o que demonstra para uma fragilidade de outras políticas que não vem satisfazendo as condições mínimas.

O tipo de apoio relacionado à participação de eventos foi encontrado em 16 universidades (Universidade Federal do Acre, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Federal de São João Del Rei, Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal de Roraima, Universidade Federal do Pampa, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal de Santa Catarina), apontados para cobrir os custos referentes a inserção do estudante em eventos que fomentem

o conhecimento científico e de modo geral apontado para cobertura aos estudantes circunscritos em outros programas da assistência estudantil. De modo semelhante, o auxílio material, consiste em um subsídio que pretende proporcionar que o estudante adquira materiais didático-pedagógicos, considerados imprescindíveis em sua formação, verificado em sete das instituições (Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal Rural do Semi-Árido e Universidade Federal de Santa Maria).

Já no que diz respeito a bolsa correspondente ao apoio à inclusão, se fez presente pela Universidade Federal do Acre. Segundo Santana et all. (2015) e Vargas (2006) tendo em vista o acesso crescente de estudantes com deficiências, sejam advindos de cotas ou não, cabem às universidades pensarem estratégias próprias para permanência desse público. Garimpendo outras formas mais significativas encontradas em relação ao apoio pedagógico, registra-se as atividades de “acompanhamento” e as “tutorias” como os mais frequentes.

Nem todas as instituições federais contemplam as dez áreas estratégicas apontadas no PNAES, e o apoio pedagógico é uma dessas áreas costumeiramente negligenciadas. Nascimento (2013) critica que em algumas universidades só tem referência a instituição de bolsa permanência, restaurante universitário e as residências estudantis, apontando para uma limitação em assistir aos estudantes. Para a mudança de paradigma, é preciso estender as contribuições além de necessidades básicas, “contribuindo teórico-metodologicamente para que a estruturação dos programas da assistência estudantil esteja coerente ao alcance de seu objetivo maior, quer seja, reduzir as desigualdades educacionais” (p. 10).

Das universidades em questão, realço o exemplo da Universidade Federal de Alagoas e Universidade Federal de Uberlândia, com amplas estratégias de acolhimento às demandas, seja de forma coletiva ou individual, que pretendem alcançar o estudante em sua trajetória formativa. A UFAL, através do serviço de apoio e acompanhamento pedagógico, realiza desde uma diagnose quanto ao andamento do estudante, pela assiduidade e rendimento, como aplica preventivamente orientações e debates que promova melhoria de desempenho acadêmico. Já a UFU cita a criação de contexto universitário propício à integração dos estudantes, como também espaço para o manejo dos desafios e aprendizagem de ferramentas favoráveis ao bom desempenho nos estudos.

Outras instituições que se mostraram engajadas em mover a assistência em apoio ao rendimento do estudante foram a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, através do Programa em Hábitos de Estudos e a Universidade Federal de Santa Catarina. Esta última, no

entanto, não exatamente compreendida no âmbito PNAES, mas por sua Pró-Reitoria de Graduação. Santana et al. (2015) explanam as ações em apoio pedagógico realizada pela UFSC em meados de 2014, sendo direcionado a todos os estudantes que apresentem necessidade, independente de condição de deficiência, por equipe que compõe diferentes profissionais cobrindo atividades por intervenções que pretendem “auxílio e formulação de estratégias para adequar, melhorar e garantir a permanência no ambiente educacional” (p. 684).

Pelo posicionamento de Moura e Facci (2016), aludindo à ideologia capitalista que reflete na forma de conceber o indivíduo para a seu ajustamento ao meio, atacam as concepções de intervenção que buscam enquadrar os estudantes por algum problema, seja ele de cunho orgânico ou psíquico, responsabilizando-o pelo seu êxito ou fracasso.

Ainda que o rendimento do estudante seja apontado como o grande indicador para auferir o êxito no contexto educacional, Bisinoto, Marinho e Almeida (2010) apontam para outras nuances necessárias que ultrapassam a dimensão individual. Entre elas, referem:

[...] a flexibilização da organização curricular e sua adequação às necessidades dos estudantes, a diversificação das estratégias didáticas e recursos avaliativos, a qualificação do corpo docente, a existência de serviços de apoio e orientação acadêmica, a disponibilização de espaços e materiais necessários ao desenvolvimento das atividades acadêmicas, além de oportunidades de financiamento dos estudos, devem ser levados em conta (p. 104-105).

Mesmo designada para o sucesso acadêmico, a construção das intervenções tem abrangência em dois grupos – centradas no estudante e desenvolvidas para a coletividade, através dos quais é possível desenvolver uma série de atividades.

Influenciados pelos trabalhos realizados pela Europa, como apontaram Moura e Facci (2016), a intervenção regulada pelo viés clínico e de apoio psicopedagógico na prestação do atendimento marca os serviços direcionados aos universitários.

Em um levantamento realizado por Bisinoto e Marinho-Araújo (2015) com o qual investigou-se, dentre outros alcances, as atividades desenvolvidas pelos psicólogos escolares em instituições de educação superior pelo Brasil, observaram a sobreposição das intervenções pela perspectiva individualizada. Contudo, as autoras problematizam a necessidade em favorecer o envolvimento em práticas preventivas, juntamente aos demais integrantes dos serviços de suporte ao estudante.

Na próxima etapa aponto as proposições pensadas para aplicação do apoio pedagógico, como resultante da análise dos achados em pesquisa, considerando os aspectos relevantes, mas também as lacunas do que se poderia garantir aos estudantes no sentido de

terem bom aproveitamento acadêmico e maior interesse em continuar suas graduações. Juntas, compõem um corpo de possibilidades em que os gestores possam se fundamentar.

ETAPA 3: Elaboração da proposta para aplicação do apoio pedagógico

Amparado na varredura realizada sobre as ações em práticas de diferentes universidades, procuro condensar tais manejos sob a forma de uma proposta que dê suporte, principalmente, ao discente, considerando as possibilidades apontadas pelas instituições e o Centro de Educação, em sua estrutura organizacional e funcional. Dessa maneira, os caminhos percorridos neste estudo, apresentados na problemática da evasão e critérios para condições de permanência, foi o fôlego para arquitetar um modelo interventivo.

O que espero é que a sugestão possa alimentar os setores administrativos na composição de atividades para a permanência do estudante e manutenção da qualidade no atendimento ao público. Segundo o Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 18 de julho de 2017 – que dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário –, imputa aos órgãos a elaboração e divulgação de carta de serviços ao usuário, informando-os “dos serviços prestados pelo órgão ou pela entidade do Poder Executivo federal as formas de acesso a esses serviços e os compromissos e padrões de qualidade do atendimento ao público” (Art. 11, parágrafo 1º). Ainda que a UFPB tenha divulgado em sua página o Manual do Estudante, carece de informações suficientes que correspondam aos elementos que orientem estes usuários sobre os tipos de serviços e procedimentos para sua solicitação.

6 PLANO PARA O APOIO PEDAGÓGICO: IDEIAS PROPOSITIVAS PARA A UFPB

Lanço, nesta ocasião, 4 (quatro) ações que se complementam e propõem cobrir a uma demanda específica, evitando sobreposição de atividades pela instituição. É pensada com base no levantamento preliminar de análise dentre os dados elencados nacionalmente, mas apresentado como proposta específica para implementação como política para a UFPB, utilizando-se da intersectorialidade.

A figura 9 aponta as ações sugeridas, apresentada melhor em seguida junto a descrição de cada uma delas em suas propostas de cobertura.

Figura 8 – Proposta de ações para suporte acadêmico e apoio pedagógico.



Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Com estas quatro perspectivas para permanência ao graduando, então, atendê-lo em suas necessidades educacionais, quer seja em reforço ao conteúdo (*Educação Tutorial*), pelo ensino de estratégias de aprendizagem (*Orientação aos Estudos*) ou no apoio aos fatores intrínsecos ao discente (*workshops/minicursos*). Outra preocupação na formação da proposta foi considerar a projeção do estudante durante sua graduação, não apenas guiados por fatores presentes ao dia-a-dia acadêmico, e sim, contemplado também em elementos que provoquem inspiração (*Conhecimento da Realidade Profissional*).

Considerando os achados nos descritivos das atividades divulgadas pelas instituições e a falta de referências teóricas consistentes sobre o apoio pedagógico no contexto da educação superior, as atividades propostas basearam-se, em certa medida, nas contribuições da Psicologia Escolar; ou seja, considerando o foco nos processos de aprendizagem e não

especificamente no atendimento à saúde. No entanto, ressalto que nos trabalhos em equipe, Bisinoto e Marinho-Araújo (2015) apontam que comumente integram pedagogos e psicólogos, principalmente, somados a outros técnico-administrativos, como os assistentes sociais.

Dessa forma, une-se um conjunto de meios expostos para gestão visando o fornecimento de suporte acadêmico e apoio pedagógico ao universitário, atendendo suas necessidades pedagógicas e atuando de maneira preventiva ou mesmo remediativa, em atividades planejadas.

6.1 EDUCAÇÃO TUTORIAL

Moura e Facci (2016) apontam para os profissionais integrantes do processo de ensino e aprendizagem a responsabilidade de promover o conhecimento não atendido pela Educação Básica, ao contrário de ignorar a defasagem observada. Nesse sentido, abre-se para meios de vinculação com este segmento, sob a forma de cobrança ou mesmo na realização de estudos para a qualidade da educação.

Outra contribuição que destacam e que se realizaria no interior das IES é por via de soluções que possibilite a apropriação dos conteúdos essenciais do Ensino Médio, através de programas de nivelamento.

O programa de graduação em monitoria é uma prática já consolidada nas universidades e atuam no contexto de ensino em auxílio aos professores. Portanto, os conteúdos abordados referem às disciplinas da matriz curricular dos cursos, diferentemente dos programas mais recentes que associam o serviço com conteúdo da Educação Básica.

Moura e Facci (2016) sugere como prática de assistência para o estudante pelas equipes de suporte a alternativa em auxiliar monitores no planejamento e prática de suas atividades, baseando-se nas teorias de aprendizagem. Defendem ser uma maneira de contribuir para a elaboração de roteiros de atividades a serem dirigidas para potencializar os efeitos da monitoria.

Na pesquisa realizada pela etapa 2 desse trabalho, viu-se que ações como Tutorias, Monitorias, Nivelamento (como exemplos da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Universidade Federal da Grande Dourados, Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal do ABC), tem sido ofertados principalmente pelas Pró-Reitorias de graduação, como ocorre no caso da UFPB, dirigidas essencialmente a estudantes ao início do

curso, algumas restritas aos estudantes que ingressaram na universidade sob o sistema de cotas ou apontadas para alunos em condição de deficiência.

Nesse sentido, considerando o que já vem em funcionamento, aponto a falta de articulação desses programas com a assistência estudantil. Realizar a promoção ao estudante deveria partir desde o conhecimento quanto ao público que ingressa, averiguados pelas notas do Enem. Entende-se não ser uma tarefa fácil de investigar, considerando a quantidade numerosa de alunos por semestre, somado às pessoas potencialmente envolvidas com a assistência e assessoramento, ou mesmo se a ferramenta de gestão utilizada pela instituição possibilita relatórios dessa natureza.

Considerando a Assessoria de Graduação presente no Centro de Educação e a sua atribuição em realizar levantamento de necessidades pelos cursos a ela vinculados, intui-se que seria um modo importante de conhecimento das defasagens pelas turmas que ingressam nos cursos do Centro (Pedagogia, Psicopedagogia e Ciências das Religiões) e comunicando à Pró-Reitoria de Graduação.

As contribuições da PRAPE nesses programas poderiam centrar-se em auxiliar os tutores, através de atividades formativas e preparatórias, bem como por meio de divulgação e campanhas que estimulem a participação do estudante na adesão a estes programas.

Tabela 7 – Proposição para a Educação Tutorial

PRÉ-APLICAÇÃO	
<i>Tipo de intervenção</i>	Educação Tutorial
<i>Colaboradores necessários</i>	Professores, do respectivo curso de graduação do estudante, que tenham interesse e disponibilidade em acompanhar o estudante no início de sua graduação, acolhendo-o na universidade.
<i>Pré-requisito do público-alvo</i>	Estudante calouro da graduação.
<i>Duração</i>	1 (um) período letivo.
<i>Atribuições da Coordenação de Curso</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgação e levantamento de tutores: chamada interna da coordenação do curso através de memorando circular para os departamentos que envolvem os professores da graduação, durante o período de pré-matrícula. Etapa ocorre durante o final de cada período letivo.

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunicar a cada professor tutor o(s) aluno(s) que acompanhará durante o semestre que iniciará, repassando informações de contato e horários de componentes curriculares de matrícula. ▪ Apresentar ao aluno ingressante seu tutor, nominalmente, junto ao comprovante de matrícula. ▪ Comunicar à PRAPE da lista de tutores, dando conhecimento do suporte temporário que dará ao estudante. ▪ Certificar o docente na finalização do período em que esteve em acompanhamento tutorial.
<i>Atribuições do tutor</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecer comunicação assertiva com o estudante; ▪ Propiciar para que o(a) aluno(a), até o final do primeiro semestre de curso, tenha conhecimento da natureza das atividades curriculares e extracurriculares que compreendem a área de conhecimento; ▪ Estimular o aluno e orientá-lo sobre as vias de acesso na busca de resolução suas demandas acadêmicas/administrativas. ▪ Encaminhar demandas, quando necessário, para a PRAPE que possam ser respondidas pela Assistência Estudantil, respeitando a política interna em vigor.
APLICAÇÃO	
<i>Natureza do vínculo</i>	<p>O professor tutor realiza contato prévio com o respectivo aluno, de forma a criar um vínculo colaborativo, por meio de orientações consistentes com as demandas trazidas pelo calouro. O tutor funcionará como facilitador do aluno para a vida acadêmica, apontando as vias de possibilidades do contexto universitário, sendo, assim, motivador com base em sua experiência docente.</p>

6.2 WORKSHOPS, MINICURSOS OU RODAS DE CONVERSA

Como manifestam Bisinoto, Marinho e Almeida (2010), alguns direcionamentos no contexto educacional são caracterizados em ordem a questões alimentadas do cotidiano, sendo qualificados de modo distintos aos problemas individuais. Eles apontam que algumas demandas satisfazem por programas de desenvolvimento interpessoal, com os quais é possível dirigir atividades que interfira sobre competências de estudo, resolução de problemas, competências comportamentais, entre outras capacidades. Ou seja, defendem que as instituições de educação superior suprimam barreiras que interferem no rendimento do estudante.

Por esta perspectiva, Branco e Pan (2016) defendem afrontar as práticas que nomeiam como individualizantes, oferecendo modelos mais extensos, dentro de uma dimensão coletiva. Uma atividade comum que tem se destacado nas universidades é articulação de meios de recepcionar os calouros, considerando as adaptações e desconhecimento de muitos dos novos estudantes sobre o ambiente acadêmico.

Assim, cria-se oportunidades de informar os estudantes lhes apresentando aspectos peculiares do contexto e o preparando para novos rumos (BARDAGI; HUTZ, 2009). Conforme Branco e Pan (2016), para sua permanência, o estudante precisa de uma atmosfera sensível às suas dificuldades e interesses que emergem ao longo de sua trajetória na universidade. Nesse sentido, um dos serviços apontados para suporte ao acadêmico dentro de uma abordagem de apoio pedagógico é por via da realização de *workshops*.

Este formato de atividade trataria sobre aspectos gerais de interesse pelos estudantes, abordadas coletivamente, podendo funcionar em série distribuídas em módulos. Programas comuns foram encontradas em funcionamento pela Universidade Federal de Uberlândia (“*Workshop* sobre desafios do estudante universitário”), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (“Projeto de Hábitos de Estudos”) e Universidade Federal de Santa Catarina (“Programa de Apoio Institucional”).

Em geral, planeja-se para oferecer ferramentas úteis aos discentes e a eles oferecem certificados de participação, podendo ser aproveitados na composição curricular (histórico). Tem o intuito de desenvolver a autonomia do estudante para a vida acadêmica, com ações que aprimorem seus estudos e a forma como lidam com situações frequentemente demandadas no decorrer do exercício universitário.

Para tanto, faz-se necessário um banco de talentos e o levantamento das temáticas que devem ser priorizadas. Tendo em vista a busca realizada nas demais instituições, elencamos alguns temas que podem ser realizados (ver Apêndice B).

Vimos que as atividades desenvolvidas nas universidades parecem não ter restrição do público-alvo. Estas práticas pela instituição parece ser um modo interessante envolver os estudantes que buscam sua participação conforme os interesses. Cabe à universidade conhecer estas áreas que tenham aproximação com os reais desafios dos estudantes.

Tabela 8 – Proposição para o *Workshop*

PRÉ-APLICAÇÃO	
<i>Tipo de intervenção</i>	<i>Workshop</i> , minicurso ou roda de conversa
<i>Colaboradores necessários</i>	Banco de talentos.
<i>Pré-requisito do público-alvo</i>	Estudante de graduação.
<i>Periodicidade</i>	Semestral
<i>Atribuições da Coordenação de Curso</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recrutamento e seleção de talentos: chamada interna da coordenação do curso através de edital para os professores que se interessarem em compor o banco de talentos para ministrar atividade. Etapa ocorre durante o cada ano letivo. ▪ Planejar o cronograma de atividades com temáticas diferenciadas com base na aplicabilidade. ▪ Divulgar pelo Centro para alcance da informação pelos discentes. ▪ Realizar as inscrições dos interessados. ▪ Gerenciar a atividade junto ao instrutor. ▪ Certificar o docente na finalização do trabalho. ▪ Certificar o estudante conforme sua participação e a carga horária da atividade fornecida.
<i>Atribuições do instrutor</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecer comunicação assertiva com o estudante. ▪ Ministrar a atividade planejada conforme temática apontada pelas coordenações de curso.
APLICAÇÃO	
<i>Natureza do vínculo</i>	Colaborativo e instrutivo.

6.3 CONHECIMENTO DA REALIDADE PROFISSIONAL

Meijers (apud Bardagi, 2007) adverte sobre o remanejamento do mercado de trabalho com os quais os profissionais precisam alinhar e aponta para a falta de direcionamento das instituições formadoras em favorecer esse conhecimento, concentrando-se apenas nas primeiras noções pelo aluno.

Com foco na dimensão intelectual e descaso na identidade de sua vocação, as universidades enfrentam índices elevados de insatisfação de carreira pelos estudantes, ideais defendidas por Bartagi (2007, p. 19), apontando que

[...] o período universitário é o momento privilegiado para a formação da identidade profissional e que características como o nível de comportamento exploratório, a percepção de estressores vocacionais, o apoio social recebido à escolha, entre outras, são importantes para a satisfação profissional e aumentam as chances de permanência no curso, é fundamental para a melhor compreensão do fenômeno que os aspectos vocacionais sejam parte integrante e que se aumente o esforço para conhecer o peso destes aspectos na decisão de evadir e permanecer no ensino superior.

A autora reflete para formulação de estratégias preventivas da evasão, de modo que perpassem sobre a dimensão profissional. Nesse sentido, um outro estudo (MARTINS; SILVEIRA; SILVESTRE, 2013) realizado quanto a projeção do curso de Medicina no país, observaram que a grande maioria dos médicos formados permanecem na profissão, diferentemente do que pode ser comum em outras ocupações. O ponto de vista defendido pelos autores é que o fazer da Medicina apresenta um perfil profissional já bem definido.

Em contrapartida, Cunha, Tunes e Silva (2001) referem a desorientação, desamparo na chegada à universidade e ao curso, assim como a falta de informação como pontos que merecem intervenção. Bardagi e Hutz (2009), inclusive, caracterizaram que os estudantes se valem de pouca informação, embasada em estereótipos, quando optam por um curso, que também confunde na capacidade em criar expectativas.

Em outro sentido, Moura e Facci (2016) censura a formação que somente visa suprir as demandas do mercado de trabalho, de forma massificada. No entanto, advertem que a compreensão dos estudantes quando ingressam não estão, necessariamente, pautados em conhecimentos voltados à profissionalização, mas envolvidos por expectativas pertinentes à autonomia, relacionamentos interpessoais, entre outros aspectos.

A atuação da universidade na atividade pedagógica dos discente estaria no direcionamento da profissionalização, que evitaria, assim, a sua alienação, conferida com o baixo desempenho acadêmico e, por que não, ao fracasso escolar.

Diferentemente do processo de orientação profissional e/ou vocacional, o conhecimento sobre a realidade profissional visa promover encontros pelos os quais os

estudantes possam conhecer mais sobre as possibilidades de atuação dentro das áreas de conhecimento já elegidas. Pode ser realizado sob a forma de evento institucional, que congregue os diversos cursos da UFPB, com apresentações separadas em núcleos temáticos.

A proposta é oportunizar contato dos estudantes com profissionais da área, de modo a apresentar-lhes conhecimento da carreira pelo seu curso, difundir informação, para fim de dar amplitude na perspectiva da profissão. Sendo assim, serviço que poderá ser comum a todos os discentes da graduação e tem exemplos de práticas nas seguintes intuições: Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal de Uberlândia e Universidade Federal do rio Grande do Norte.

Tabela 9 – Proposição para conhecimento da realidade profissional

PRÉ-APLICAÇÃO	
<i>Tipo de intervenção</i>	Seminário de carreira e orientação
<i>Colaboradores necessários</i>	Professores e outros profissionais, liberais ou do empresariado, que estejam em atuação no mercado de trabalho e que tenham disponibilidade em participar de evento expositivo.
<i>Pré-requisito do público-alvo</i>	Estudante de graduação.
<i>Periodicidade</i>	Semestralmente.
<i>Atribuições da Coordenação de Curso</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recrutamento e seleção de profissionais através de convite. Etapa ocorre durante o cada ano letivo. ▪ Planejar a atividade de forma a propor diversificação das áreas de atuação a expor pelos profissionais. ▪ Divulgar pelo Centro para alcance da informação pelos discentes, incentivando a participação estudantil. ▪ Apresentar aos convidados um guia sugestivo para nortear a apresentação. ▪ Buscar por parcerias que favoreçam aproximação de estudantes ao contexto profissional através dos participantes expositores/palestrantes. ▪ Gerenciar a atividade junto aos expositores: evento aberto. Favorecer momentos participativos do estudante com os convidados.

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Certificar o palestrante na finalização da exposição.
<i>Atribuições do convidado</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecer comunicação assertiva com o estudante. ▪ Apresentar sua profissão e explicar a diferenciação de sua carreira sobre as outras, possibilitando aos alunos ter conhecimento sobre os campos de trabalho. ▪ Propiciar meios de interação com o estudante, como possibilidade de que possam realizar perguntas sobre o campo de atuação.
APLICAÇÃO	
<i>Natureza do vínculo</i>	O convidado realiza sua atividade expositiva conforme planejamento orientado em comum com a coordenação de curso. Atividade pontual.

6.4 PLANTÃO DE ORIENTAÇÃO AOS ESTUDOS

Os autores (BISINOTO; MARINHO-ARAÚJO, 2015) identificaram que entre as demandas as quais se debruçavam as práticas vinculadas aos processos educacionais em instituições de educação superior eram relacionadas às dificuldades vividas pelo estudante durante seu percurso na universidade. De tal modo, apontam que o profissional presente nas universidades precisa fomentar orientação e acompanhamento ao acadêmico, contribuindo assim para um melhor desempenho do aluno.

Como os serviços são alcançados por profissionais distintos, cabe à equipe conduzir propostas que não segregue os problemas enfrentados exclusivamente pelo particular. Assim como aborda Cassins et al. (2007) quanto a Psicologia Escolar Contemporânea, a área considera no processo do trabalho etapas que precedem a orientação psicológica, percorrendo desde a avaliação, o diagnóstico institucional e o acompanhamento propriamente dito da realidade educacional, não mais exclusivamente voltados ao aluno individualmente.

Segundo defendem (BISINOTO; MARINHO-ARAÚJO, 2015), o atendimento individualizado não deveria ser a prioridade nesses contextos. Em um de seus estudos realizado em uma instituição no Distrito Federal, observaram que as ações institucionais e coletivas ainda não estavam presentes.

Conforme referem os autores (BISINOTO; MARINHO; ALMEIDA, 2010), as atividades projetadas quanto a uma assistência direta devem ser suprimidas por estratégias de apoio indireto, logrando a efetividade educacional. Nesse sentido, apontam serviços que implicam em intervenções com os professores. Na mesma direção, Moura e Facci (2016, p. 507) defendem:

Entendemos que a atuação com foco nos discentes não é, necessariamente, um agravante, afinal são os alunos que serão os futuros profissionais formados pela instituição. O que compreendemos ser uma atuação que culpabiliza e rotula os acadêmicos como responsáveis pelo fracasso escolar é aquela pautada na intervenção individual.

Entretanto, as autoras sugerem possibilidades de cobertura para o acompanhamento da aprendizagem com a colaboração dos professores, de modo a abordar com os estudantes sobre o teor das disciplinas de curso, para assim propor estratégias para consolidação desses conhecimentos inerentes ao componente curricular. Junto aos estudantes, segundo apontam, caberia observar se os conteúdos estão sendo apreendidos, para então rever com as docentes propostas transformadoras sob algum elemento do processo de ensino e aprendizagem.

Além dessa abordagem, a orientação individual a estudantes é uma prática que aparece com frequência nas instituições investigadas, como nos casos:

Quadro 4 – Instituições com ações em orientação individual.

Universidade Federal de Alagoas	Universidade Federal do Mato Grosso
Universidade Federal do Ceará	Universidade Federal de Ouro Preto
Universidade Federal do Maranhão	Universidade Federal do Pará
Universidade Federal de Alfenas	Universidade Federal Rural do Amazonas
Universidade Federal de Juiz de Fora	Universidade Federal de Campina Grande
Universidade Federal de Ouro Preto	Universidade Federal do Vale do São Francisco
Universidade Federal de Uberlândia	Universidade Federal Rural de Pernambuco
Univ. Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri	Universidade Federal do Piauí
Universidade Federal da Grande Dourados	Universidade Federal do Paraná
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Univ. Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
Universidade Federal do Pampa	Universidade Federal de Santa Catarina
Universidade Federal do Rio Grande	Universidade Federal de Sergipe
Universidade Federal do ABC	

O grande alvo desses serviços tem centrado nos alunos vinculados aos programas assistenciais, como medida focalizada. De modo geral, pretendem agir sobre as dificuldades dos estudantes frente às questões de aprendizagem e organização dos estudos, buscando criar com eles formas eficientes de estudo. Compreendemos que pode funcionar como uma forma viável de acesso pelos estudantes até que outras práticas dirigidas ganhem força.

Também em razão de ser uma forma viável de alcance pelos estudantes, podendo servir como uma estratégia possível de comunicação pelas ferramentas de gestão disponíveis, a exemplo do que é o SIGAA.

Logo, visando apontar procedimentos práticos de solicitação do estudante, fazendo uso de artifícios em utilidade da gestão administrativa, aponto ainda um passo-a-passo elementar que poderá servir para solicitação inicial do estudante com a universidade. Entendendo que o SIGAA como um Sistema Integrado de Gestão de atividades Acadêmicas, tal qual seu conceito expressa, é uma ferramenta de utilidade na comunicação do estudante junto à administração.

Sendo assim, adiante tem uma possibilidade de percurso da solicitação do atendimento e as comunicações institucionais para prestar os serviços. Entendendo que o estudante poderá realizar a solicitação de maneira prática, utilizando do sistema ao qual tem acesso.

Havendo interesse, o discente deve acessar o “Portal do Aluno” no SIGAA, através do endereço <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/logon.jsf> e inserir seu *login*, como na imagem ilustrativa:



SIGAA - UFPB

Usuário
emily.nascimento

Senha

Entrar

Cadastro / Recuperação Acesso
Outros Sistemas

SIGAA - 20190228104600-master - Copyright © 2006-2019 - UFPB

Conseqüentemente, na tela inicial (Portal do Discente), na barra principal de opções, precisa selecionar as escolhas na seguinte ordem: ***Outros > Atendimento ao Aluno***



Surgirá, então, uma janela para contato com a Coordenação de Curso, tal qual apresentada na imagem a seguir. Dessa maneira, no campo ***Informe um título***, o estudante precisa escrever a razão do contato, pelo qual sugerimos “Apoio pedagógico” e, em seguida, apontar o interesse ou sua demanda para intervenção no espaço ***Elabora sua pergunta***.

UFPB

SIGAA
Portal do Discente

OLÁ, EMILY DA S. NASCIMENTO
POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - MESTRADO
Semestre atual: 2019.1

Portal do Discente

Atendimento ao Aluno

i **Atendimento ao Aluno** é um canal de comunicação entre o estudante e a coordenação. Este canal de relacionamento foi desenvolvido para que você possa entrar em contato com a Coordenação e tirar todas as dúvidas.
A mensagem de resposta será enviada para seu email cadastrado no SIGAA. Você também poderá acompanhar o andamento da sua pergunta por meio desta página. Para ler a resposta basta clicar no ícone de abrir pergunta.

SUA PERGUNTA SERÁ ENVIADA PARA
COORDENACAO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Informe um título *

Elabore sua pergunta *

Enviar Cancelar

Considerando os cursos do Centro de Educação em sua estrutura interna, os contatos dos estudantes, via solicitação no SIGAA, são diretamente direcionados as coordenações de curso, que precisarão ser elencados e comunicados, preferencialmente, à Assessoria de

Graduação. Esta, por sua vez, agruparia todas as demandas do Centro para conhecimento da PRAPE.

Relativamente ao acesso aos serviços apontados, entendemos caracterizar como medidas discricionárias, de tal forma que cabe ao estudante ponderar sobre sua participação ou não, realizar contato de solicitação, sem que a instituição o vincule aos seus serviços mesmo quando sob encaminhamento de professor, por exemplo. Bisinoro, Marinho e Almeida (2010) indagam que o acesso de dá pela iniciativa estudantil, frequentemente após já ter passado por situações de avaliação.

Cabe à universidade concentrar esforços que contribuam na divulgação dos serviços prestados, de maneira que os integrantes da comunidade acadêmica tenham conhecimento das ofertas e possibilidades que podem buscar. Segundo Bartagi e Hutz (2009, p. 103), canais de atendimento e divulgação destes correspondem a um grande salto que beneficia a relação do estudante com a instituição. Eles apontaram, em um estudo realizado sobre estudantes evadidos, uma enorme lacuna dos serviços ofertados e a percepção dos alunos sobre as atividades ao seu alcance. Os autores especificam que “a universidade tem, no mínimo, pecado ao ‘se apresentar’ aos alunos de forma eficiente, mostrando suas instalações, equipes, serviços e atividades acadêmicas”.

Por fim, formulamos, ainda, instrumentais de trabalho como proposta de favorecer o registro dos atendimentos realizados, do acolhimento da demanda a execução da ação, facilitando a avaliação das atividades realizadas pela instituição.

Através de preenchimento de formulário, conforme modelo apontado em ficha de demanda (ver Apêndice A), a Assessoria colhe as informações pertinentes para entendimento da solicitação, para assim, os setores manterem uma rede de apoio para planejamento de agenda e informação do perfil das principais dificuldades apontadas. Outro formulário que consideramos importante é o do registro de atividades desempenhadas, de modo a caracterizar a atividade executada, o período em que foi oferecida, número de participantes, bem como a descrição da ação juntamente aos seus objetivos

Periodicamente, ao final de cada semestre, é importante o envio de lista nominal de alunos retidos pelas coordenações de curso para conhecimento da PRAPE. Afinal, no que consiste em acompanhar o desempenho dos estudantes para manutenção daqueles vinculados aos programas assistências, em cumprimento aos critérios do PNAES, a assistência ao estudante precisa do conhecimento regular do desempenho dos beneficiados por auxílio, cumprindo também com a função de controle.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo trouxe a pretensão de apresentar os serviços assistenciais voltados ao estudante dentro de uma possibilidade de ampliação, inclusive quanto a diminuição de barreiras de comunicação entre setores colocados como referência. A assistência estudantil aliada à Pró-Reitoria de Graduação e Coordenações de curso, por meio de relações em parceria para acolhimento de demandas voltadas ao desempenho acadêmico, formando uma consistente rede favorável à permanência discente.

Uma publicação da Editora Universitária da UFPB (COSTA, 2017) trouxe dados bem específicos da realidade da instituição, por um modelo longitudinal, que a caracterizasse. Nele, apontou-se acerca da implementação do Sistema Integrado de Gestão de Serviços com o qual teria melhorado a qualidade no gerenciamento dos dados administrativos e acadêmicos. No entanto, o SIGAA nem outra ferramenta tem possibilitado acesso à dados pelos servidores que permite visibilidade de informações acadêmicos importantes para promoção de atividades e projetos adequados aos diferentes perfis que atende.

A contribuição de um plano para o apoio pedagógico, tratando de um aporte à intervenção sobre o apoio à permanência discente abordado nesse estudo, enseja favorecer sobre as formas de comunicação institucional, criando canais efetivos pelos quais os setores se relacionem e compartilhem informações que nutram as atividades entendidas como propositivas ao alcance do estudante.

A longo prazo, acredita-se que uma forma de avaliar os impactos sobre a proposta seria em acompanhar a nota do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE e observar se haverá elevação de conceito, dentro dos percentuais estipulados do PNE pelos alunos do Centro de Educação, servindo de termômetro sobre as novas práticas pela universidade, se caminhando de maneira favorável ou se os dados não mostram impacto no desempenho apresentado pelos estudantes.

Por outro modo, Vargas (2006) defende que para provocar inclusão, a instituição precisará confrontar com as metodologias de ensino. Ainda que o autor enfatize sobre a inclusão de estudantes com deficiência na educação superior, a abordagem de suas colocações para o contexto em geral se dá por entender que traz elementos comuns. Ele discorre sobre a configuração do processo de ensino-aprendizagem na universidade como pautada na transferência de saber, ao contrário de um ensino significativo.

Nesse sentido, outros estudos que aborde a intervenção sobre o exercício docente poderão implicar em novos espaços de discussão sobre as práticas de ensino, diferente da

política de formação docente, como forma de orientar-se por temas comuns às diferentes áreas de conhecimento. Ou seja, pesquisas que aludam em outras possibilidades de parceria da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção Estudantil com a Pró-Reitoria de Graduação e demais divisões de acesso ao estudante, como via de problematizar as práticas docentes pelos próprios atores, baseados em elementos de dispersão e associados à permanência do estudante.

Porquanto as atividades apontadas tenham o principal elemento o graduando, eventos que visem as práticas de ensino seria também outro acesso relevante, na perspectiva de causar ressonância às problemáticas do cotidiano comum ao estudante.

Considerando o proposto neste estudo, os objetivos foram satisfeitos na medida em que foi percorrido os caminhos estipulados e apontou uma forma de apoiar institucionalmente ao estudante. No entanto, para fim de complementar as proposições aqui traçadas para aplicação do apoio pedagógico, seria importante outros acessos que permitisse o passo-a-passo de procedimentos que dessem contornos às atividades aqui sugeridas.

Por fim, o interesse pelo mestrado profissional na temática de políticas públicas de educação superior foi o meio pelo qual teve a busca novos sentidos profissionais, não apenas pela minha história acadêmica, mas, principalmente, em decorrência do contexto de trabalho em que vivia. Dessa forma, as interações com servidores lotados nos mais diferentes setores, possibilitou ampliar a visão da universidade, conhecer outros pontos de vista e, assim, problematizar as discussões provocadas pelos professores dentro do contexto em que exercitamos.

Desde quando iniciei meu trabalho com a educação superior e tive meus primeiros contatos, principalmente com a assistência estudantil, tinha a leitura de que a política dirigida poderia agir sobre outros revestimentos. Como apontei ao início desse trabalho, não me identificava com uma forma de assistência ao estudante sem uma aproximação real com os sujeitos de direito.

Migrar de instituição e o contato com outros universos também possibilitou ver e os rumos e a historicidade de cada uma dessa universidade. Mas, foi a partir dos procedimentos desse estudo que vi o quanto cada uma, a seu modo, procura considerar formas de interferir para a permanência discente, ainda que, ao mesmo tempo, evidencia que as universidades precisam se reinventar para atingir melhores índices.

Hoje atuando na educação básica e a aproximação com cada aluno e suas famílias, faz-me também indagar sobre em que passagem esse elo vai se desconfigurando e a naturalidade como isso é esperado que ocorra. Dentro da mesma instituição e abordagens tão diferentes,

educação básica e educação superior parecem tratar de universos opostos. A minha estranheza para essa forma de conceber a formação superior certamente continuará, até quem sabe o dia em que perceba que a educação superior possa cumprir mais do que o papel de diplomar pessoas. Assim, o sentido da epígrafe da dissertação, quando aborda quanto ao caráter emancipatório e transformador da educação sobre os sujeitos, dentro de uma perspectiva humanizadora que considere as subjetividades.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. S.; BISINOTO, C. RABELO, M. L.; MARINHO-ARAÚJO, C. M.; DE SOUZA FLEITH, D. Adaptação da Escala Expectativas Acadêmicas de Estudantes Ingressantes na Educação Superior. **Avaliação Psicológica**, v. 14 (1), p. 133-141, 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v14n1/v14n1a16.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.
- AMBIEL, Rodolfo A. M. Construção da Escala de Motivos para Evasão do Ensino Superior. **Avaliação Psicológica**, Itatiba, v. 14, n. 1, p. 41-52, abr. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712015000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 jun. 2018.
- AMORIM, Marília. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2001.
- ANDRADE, A. M. J.; TEIXEIRA, M. A. P. Áreas das políticas de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 22. N. 2, p. 512-528, Aug. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772017000200512&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 04 ago. 2018.
- ANDRADE, D. Políticas públicas: o que são e para que existem? **Politize!** 04 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/politicas-publicas-o-que-sao/>>. Acesso em: 28 out. 2017.
- ANDRIOLA, Wagner Bandeira; ANDRIOLA, Cristiany Gomes; MOURA, Cristiane Pascoal. Opiniões de docentes e de coordenadores acerca do fenômeno da evasão discente dos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 52, p. 365-382, set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 jun. 2018.
- ARAÚJO, A. M. Sucesso no ensino superior: uma revisão e conceptualização. **Revista de Estudios e Investigación em Psicología y Educación**, v. 4 (2), p. 132-141, 01 december 2017. Disponível em: <<http://revistas.udc.es/index.php/reipe/article/view/3207>>. Acesso em: 02 ago. 2018.
- ARAUJO, R. B.; TAVARES, L. B. Família e dificuldades de aprendizagem. **Psicopedagogia On Line**, v. I, p. 1324, 2011. Disponível em: http://www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrID=1324#.VFLX5kCf7_8. Acesso em: 18 out. 2018.
- AZEVEDO, Janete Maria Lins. A educação como política pública. **R. Educ. Públ.** Cuiabá, v. 23, n. 52, p. 215-218, jan./abr. 2014.
- BARDAGI, M. P. Evasão e comportamento vocacional de universitários. Estudos sobre o desenvolvimento de carreira na graduação. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

BARDAGI, M. P.; HUTZ, C. S. “Não havia outra saída”: percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. **PsicoUSF**, 14(1), 95-105, 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousf/v14n1/v14n1a10.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BISINOTO, Cynthia; MARINHO, Claisy; ALMEIDA, Leandro. Contribuições da psicologia escolar à promoção do sucesso acadêmico na educação superior. **I Seminário Internacional “Contribuições da Psicologia em Contextos Educativos”**. Braga: Universidade do Minho, 2010. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11460/1/010.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

BISINOTO, Cynthia; MARINHO-ARAÚJO, Claisy. Psicologia Escolar na Educação Superior: panorama da atuação no Brasil. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 2, p. 33-46, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 mar. 2019.

BRANCO, P. I. & PAN, M. A. G. de S. (2016). Rodas de conversa: uma intervenção da psicologia educacional no curso de medicina. **Psicologia: Teoria e Prática**, 18(3), p. 156-167, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872016000300012>. Acesso em: 18 mar. 2019.

BRASIL. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007b. **Institui o Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais** – Reuni. DOU, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 28 out. 2017.

_____. Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil** – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 13 de jul. 2017.

_____. Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, de 18 de julho de 2017. **Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9094.htm>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Regula o acesso a informações**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 26 fev. 2019.

_____. Lei nº 13.005/2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 28 set. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação (2007-2022)**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1284644>. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007a. **Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_Normativa_38_PIBI_D.pdf>. Acesso: 13 jul. 2017.

BRASIL/MEC/SESu/ABRUEM/ANDIFES. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. Brasília-DF, 1997. Disponível em: <http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/102/diplomacao.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Construindo o Estado republicano: democracia e reforma da gestão pública**. Rio de Janeiro: 2009.

CARDOSO, C. B. Efeito da Política de Cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão. 2008. 123 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1891>>. Acesso em: 06 set. 2017.

CASSINS ET AL. **Manual de psicologia escolar-educacional**. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007.

CASTELO BRANCO, Uyguciara; NAKAMURA, Paulo Hideo & JEZINE, Edineide. Permanência na educação superior no Brasil: construção de uma escala de medida. **Revista de La Asociación de Sociología de La Educación (RASE)**, v. 10, n. 2, 2007. Disponível em: <<https://ojs.uv.es/index.php/RASE/article/view/10060>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Atribuições profissionais do psicólogo no Brasil**. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2018.

CHAUÍ, M. S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

CHAVES, Omar Orlando Pulido. Política pública e política educacional: uma reflexão sobre o contexto. **Educación y Ciudad**, 01 July 2017, Issue 33, pp.13-28. Disponível em: <<http://revistas.idep.edu.co/index.php/educacion-y-ciudad/article/view/1641/1619>>. Acesso em: 28 set. 2019.

CORDEIRO, A. L. Políticas de ação afirmativa: implicações na trajetória acadêmica e profissional de afro-brasileiros/as cotistas egressos/as da UEMS (2007-2014). **Tese de doutorado**. Disponível em: <<https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/22854-ana-luisa-cordeiro.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

CORDEIRO, G. L; LOPES, L. F. Acesso e permanência no ensino superior e a práxis do gestor. **Reunião Científica Regional da ANPED**. Curitiba, 24 a 27 de julho de 2016.

Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo8_GISELE-DO-ROCIO-CORDEIRO-LUIS-FERNANDO-LOPES.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2018.

CORDEIRO, M. J. J. A.; LANDA, B. S. Os desafios da permanência. [IN] **Mesa temática** “O desafio da Permanência na Educação Superior – questões para o debate”. IV COIPESU – Colóquio Internacional de Pesquisas em Educação Superior. Os desafios da Graduação e Pós-graduação em tempos de Crise. 4 a 6 de setembro de 2017.

COSTA, Francisco de Assis. O momento, os desafios e as possibilidades da análise econômica territorial para o planejamento do desenvolvimento nacional. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 24 (3), p. 613-644, set./dez., 2014.

COSTA, Francisco José da. **Diplomação, evasão e retenção**: modelo de análise para o ensino superior. Editora UFPB: João Pessoa, 2017. Disponível em: <http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/diplomaaao_evasao_e_retenao_modelo_longitudinal_d_e_analise_para_o_ensino_superior_1510325886.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2018.

COZBY, Paul C. **Métodos em Pesquisa em ciências do comportamento**. São Paulo, Atlas, 2003.

CUNHA, A. M., TUNES, E.; SILVA, R. R. (2001). Evasão do curso de Química da Universidade de Brasília: a interpretação do aluno evadido. **Química Nova**, 24, 262-280.

CUNHA, L. A. **Reforma universitária em crise**: gestão, estrutura e território. In: TRINDADE, H. Universidade em ruínas na república dos professores. Petrópolis: Vozes, 2000.

DANTAS, D. S. C.; NASCIMENTO, E. S.; MONTEIRO, L. R. S. G.; OLIVEIRA, D. F.; SOBRINHO, E. P. Oficina de Orientação Profissional para estudantes de escola pública: Um relato de experiência. **Revista Extendere**, v. 2, p. 177-188, 2014. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/extendere/article/view/1267/722>. Acesso em: 02 jun. 2018.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 113, 2010, p. 1223-1245. Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle. **RBPAAE**, v. 27, n. 1, p. 53-65, jan./abr., 2011.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, Mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362017000100148&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Mar. 2019.

FACIN, H. P.; RIBEIRO, G. M. & FELDKERCHER, N. Estratégia institucional de apoio pedagógico na perspectiva da formação docente: a experiência da UNIPAMPA. **X Anped**

Sul, Florianópolis, out., 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/2112-0.pdf>. Acesso em: 29 out. 2017.

FARENZENA, Nalú et al . POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NA ARGENTINA, NO URUGUAI E NO BRASIL (1990-2014). **Educ. Soc.**, Campinas , v. 39, n. 144, p. 600-617, Sept. 2018 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302018000300600&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 set. 2019.

FERREIRA, M. S. Polissemia do conceito de instituição: diálogos entre Goffman e Foucault. **ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 2, nº. 1, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/viewFile/826/658>>. Acesso:

FONAPRACE. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **IV Pesquisa do perfil do socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**. Brasília: FONAPRACE, 291 p., 2014.

FRIAS, L. As cotas raciais e sociais em universidades públicas são injustas? **Direito, Estado e Sociedade**, n. 41, p. 130-156, jul./dez., 2012. Disponível em: <<http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/7artigo41.pdf>>. Acesso em:

FURG. **Diretoria de Desenvolvimento Estudantil**. Disponível em: <<https://prae.furg.br/diretoria-de-desenvolvimento-estudantil/caape.html#h133sj5juvty312h8yvudid9kj81pk0yps>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

GOMES, A. M.; MORAES, K. N. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171-190, jan.-mar., 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n118/v33n118a11.pdf>>. Acesso em:

GOUVEIA, V. V.; ALBUQUERQUE, F. J. B.; SOLHA, A. C. Expectativas da comunidade frente à universidade. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, CE, v. 11/12, n. 1/2, p. 5-18, 1994.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

HERNANDEZ, Aline Reis Calvo. Análise qualitativa usando o programa QDA Miner - um exemplo aplicado de pesquisa: análise documental de textos de protesto (p. 151- 167). In: Helena Scarpato. (Org.). **Psicologia e Pesquisa**. Perspectivas Metodológicas. Porto Alegre: Sulina, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela & CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1983.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n129/0101-6628-ssoc-129-0285.pdf>>. Acesso em:

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ. Diretoria de Assuntos Estudantis – DAE. Referenciais de atuação dos profissionais de assistência estudantil (vol. 1). Fortaleza: IFCE, 2016.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22-42, maio/ago. 2014. Disponível em: <<https://www.uniceub.br/media/994310/art.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2018.

KOHL DOS SANTOS, Pricila; MARTINS GIRAFFA, Lucia Maria. Permanência na Educação Superior a distância. RIED. **Revista Iberoamericana de Educación a Distancia**, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 305-321, ene. 2017. ISSN 1390-3306. Disponível em: <<http://revistas.uned.es/index.php/ried/article/view/16808>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, M. C. **Norma, inclusão e governabilidade neoliberal**. In: FABRIS, E. T. H. & KLEIN, R. R. (ORGS.). *Inclusão e biopolítica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LYNCH, K.; CREAN, M. & MORAN, M. **Igualdade e justice social**: a universidade como um local de luto. IN: APLE, M. W.; BALL, S. J.; GANDIN, L. A. & COLS. *Sociologia da educação: análise internacional*. Porto Alegre: Penso, 2013.

MACEDO, G. D.; NASCIMENTO, E. S. Enfrentamento à questão social no contexto da Educação Superior. Apresentação de trabalho no **IV Colóquio Internacional de Pesquisas em Educação Superior – COIPESU**. João Pessoa: COIPESU, 2017. Disponível em: <<http://www.coipesu.com.br/upload/trabalhos/2017/20/enfrentamentos-a-questao-social-no-contexto-da-educacao-superior.pdf>>. Acesso em:

MACEDO, Geórgia Dantas. A eficácia do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para permanência dos ingressantes do Sistema de Cotas na UFPB. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Gestão e Avaliação da Educação Superior) – UFPB. João Pessoa, 2017.

MACIEL, C. E.; GIMENEZ, F. V.; ASSIS, J. H. V. P. A bolsa permanência nas políticas de educação superior: assistência estudantil na UFMS. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, n. 3, p. 911-936, jul./set. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2017v35n3p911/pdf>>. Acesso em:

MACIEL, C. E.; LIMA, E. G. S.; GIMENEZ, F. V. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. **RBPAE** - v. 32, n. 3, p. 759 - 781 set./dez. 2016. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/68574/39683>>. Acesso em:

MANCEBO, D. **Políticas de expansão da educação superior no Brasil**: caminhos da pesquisa. In: JEZINE, E.; BITTAR, M. (ORGS.) *Política de educação superior no Brasil: expansão, acesso e igualdade social*. João Pessoa: UFPB, 2013.

MARTINS, M. A., SILVEIRA, P. S. P.; SILVESTRE, D. **Estudantes de medicina e médicos no Brasil: números atuais e projeções**. Projeto Avaliação das Escolas Médicas Brasileiras (Relatório I), 2013. São Paulo. Disponível em:

<http://www.fm.usp.br/cedem/conteudo/publicacoes/cedem_92_relatoriopaemi.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

MENDONÇA, K. V.; MENDONÇA, A. V. & SILVA, I. B. **Dificuldades de aprendizagem no ensino superior e avaliação formativa**: conexões possíveis para o professor. Disponível em:

<http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade_1datahora_02_11_2014_14_59_14_idinscrito_1794_a9f22e77d6e3ed5c5d7207bee9b49e4b.pdf>. Acesso em:

MINAYO, M. C. de S. **O Desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28ª edição. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOREIRA, A. M. A. Fatores institucionais e desempenho acadêmico no ENADE: um estudo sobre os cursos de Engenharia Civil, História e Geografia. **Tese de Doutorado** – Brasília-UNB, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/8663>>. Acesso em:

MOROSINI, M. Vídeo da apresentação. Professora da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), no **Seminário Internacionalização da Educação Superior: por onde e como começar?**, realizado no dia 08 de agosto de 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cNG5E7WGPSQ>>. Acesso em:

MOURA, F. R.; FACCI, M. G. D. A atuação do psicólogo escolar no ensino superior: configurações, desafios e proposições sobre o fracasso escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP., v. 20, n. 3, P. 503-514, set./dez., 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v20n3/2175-3539-pee-20-03-00503.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

NASCIMENTO, C. M. Elementos conceituais para pensar a política de assistência estudantil na atualidade. In: FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – Fonaprace. **Revista Comemorativa 25 anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia: UFU-PROEX, 2012. p.147-57. Disponível em: <<https://feab.files.wordpress.com/2014/11/cartilha-01-circulac3a7c3a3o-online.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

NUNES, R. S. R.; VELOSO, T. C. M. A. A permanência na educação superior: múltiplos olhares. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v. 6, n. 16, p. 48-63, jan./abr., 2016. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/5708/2914>>. Acesso em:

PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza; ZUGMAN, Maiana Jugend. Psicologia e políticas inclusivas na Educação: contribuições de uma leitura Bakhtiniana. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 135-154, abr. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 mar. 2019.

PARO, V. H. **Administração escolar**: introdução crítica. 16ª Edição. São Paulo: Cortez, 2010.

PASSOS, Joana Célia; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da. O IMPACTO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO CURRÍCULO ACADÊMICO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 8, n. 19, p. 08-33, jun. 2016. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/23>>. Acesso em: 10 out. 2018.

PATTA BARDAGI, M.; HUTZ, C. S. "Não havia outra saída": percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. **Psico-USF**, v. 14, n. 1, abr., p. 95-105, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=401036073010>>. Acesso em:

PATTO, M. H. S. **O que a história pode dizer sobre a profissão do psicólogo**: a relação Psicologia-Educação. In: BOCK, A. M. B. (ORG.). *Psicologia e o compromisso social*. São Paulo: Cortez, 2003.

PROVIN, P. **Inclusão na universidade**: estratégias para o ingresso de “todos” no ensino superior. In: FABRIS, E. T. H. & KLEIN, R. R. (ORGS.). *Inclusão e biopolítica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

RISTOFF, Dilvo. Democratização do campus: impactos dos programas de inclusão sobre o perfil da educação. **Cadernos do GEA**, n. 9, jan.-jun., 2016. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2017/03/Caderno_GEA_N9_Democratiza%C3%A7%C3%A3o-do-campus.pdf>. Acesso em 08 mar. 2019.

RISTOFF, Dilvo. Vinte e um anos de educação superior: expansão e democratização. In: **Cadernos do GEA**, n.3, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Caderno_GEA_N3.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

SANTANA, Ana Paula de Oliveira et al. Acessibilidade e permanência: um estudo do programa institucional de apoio aos estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S.l.], p. 673-690, aug. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7919/5426>>. Acesso em: 17 mar. 2019

SANTOS JUNIOR, José da Silva; REAL, Giselle Cristina Martins. A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 22, n. 2, p. 385-402, ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000200385&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02 jun. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade do Século 21**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3ª edição. São Paulo: Cortez.

SANTOS, C. P. C.; MARAFON, N. M. A política de assistência estudantil na universidade pública brasileira: desafios para o serviço social. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 15, n. 2, p. 408-422, ago./dez., 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/22232>>. Acesso em:

SANTOS, Robinson; ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Educação, globalização e neoliberalismo: o debate precisa continuar!** Disponível em: <<https://rieoei.org/historico/deloslectores/905Santos.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

SGUISSARDI, V. **Estudo Diagnóstico da Política de Expansão da (e Acesso à) Educação Superior no Brasil - 2002-2012**. Brasília: Edital N. 051/2014 SESU; Projeto de Organismo Internacional - OEI; Projeto OEI/BRA/10/002, 2014. Disponível em: [Link]

SILVA, Glauco Peres da. Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 18, n. 2, p. 311-333, July 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 jun. 2018.

SILVA, M. G. M.; VELOSO, T. C. M. A. Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 3, p. 727-747, nov. 2013.

SILVA, S. J.; PINEZI, A. K. M.; ZIMERMAN, A. Ações afirmativas e inclusão regional: a experiência da Universidade Federal do ABC. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 233, p. 147-165, jan./abr. 2012. Disponível em <www.rbep.inep.gov.br>.

SOUZA, Sandra Cristina Moraes; RANGEL, Mary. Exclusão/inclusão: múltiplos olhares, diferentes significados. **RPGE** – Revista on line de Política e Gestão Educacional, v. 21, n. esp. 2, p. 1063-1075, nov. 2017.

SPECTOR, Paul E. **Psicologia nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2002

TRAVITZKI, R.; RAIMUNDO, R. L. G. Alunos cotistas e atividades extracurriculares: análise do Censo da Educação Superior 2009. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 233, p. 77-95, jan./abr. 2012. Disponível em <www.rbep.inep.gov.br>.

TROW, M. Reflections on the transition from elite to mass to universal access: forms and phases of higher education in modern societies since WWII. **Berkeley**: University of California, 2005. Disponível em: <<https://cloudfront.escholarship.org/dist/prd/content/qt96p3s213/qt96p3s213.pdf?t=kro70m>>. Acesso em: 12 out. 2018.

UFABC. Universidade Federal do ABC. Disponível em: <<http://prograd.ufabc.edu.br/peat>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

UFAC. Universidade Federal do Acre. Carta de Serviços. Disponível em: <<http://www.ufac.br/carta-de-servicos/CSC2018.pdf>>. Acesso em: 03 03 2019.

UFAL. Universidade Federal de Alagoas. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 07/2018/PROEST DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018. Disponível em: <<https://ufal.br/estudante/assistencia-estudantil/instrucoes-normativas/07-2018-apoio-e-acompanhamento-pedagogico.doc/view>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

UFAM. Universidade Federal do Amazonas. Auxílios Estudantis. Disponível em: <<https://ufam.edu.br/2013-04-29-19-37-05/arquivo-de-noticias/9431-ufam-publica-cinco-editais-de-auxilios-estudantis>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. PROAE. Disponível em: <<https://proae.ufba.br/>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. Programa de Apoio pedagógico para aluno com deficiência. Disponível em: <https://proae.ufba.br/sites/proae.ufba.br/files/edital_proae_n18_programa_de_apoio_pedagogico_para_aluno_com_deficiencia_0.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.

UFC. Universidade Federal do Ceará. PROAE. Disponível em: <<http://www.prae.ufc.br/>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

UFMG. Universidade Federal de Campina Grande. Coordenação de Apoio Estudantil. Disponível em: <<https://prac.ufcg.edu.br/coordenacao-de-apoio-estudantil-cae/gerencia-de-assuntos-estudantis-ga>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

UFCSA. Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. Núcleo de apoio psicopedagógico. Disponível em: <<https://www.ufcsa.edu.br/index.php/nucleo-de-apoio-psicopedagogico>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

UFERSA. Universidade Federal Rural do Semiárido. Programa institucional de permanência. Disponível em: <<https://proae.ufersa.edu.br/programa-institucional-permanencia-bolsasbeneficios/>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

UFF. Universidade Federal Fluminense. Assuntos estudantis. Disponível em: <<http://www.uff.br/?q=grupo/assuntos-estudantis>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

UFG. Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <<https://www.ufg.br/>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

UFGD. Universidade Federal de Grande Dourados. PROAE. Disponível em: <<https://www.ufgd.edu.br/pro-reitoria/proae/index>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

UFJF. Universidade Federal de Juiz de Fora. Apoio pedagógico. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/proae/psicologiaepedagogia/apoio-pedagogico/>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

UFMA. Universidade Federal do Maranhão. PROAES. Disponível em: <http://portais.ufma.br/PortalProReitoria/proaes/paginas/pagina_estatica.jsf?id=942>. Acesso em: 26 fev. 2019.

UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.fump.ufmg.br/conteudo.aspx?pagina=179>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

UFMS. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Gui do Estudante. Disponível em: <<https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2019/02/Guia-do-Estudante.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

UFMT. Universidade Federal do Mato Grosso. PRAE. Disponível em: <<http://www1.ufmt.br/ufmt/un/secao/5290/prae>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

UFOP. Universidade Federal de Ouro Preto. Núcleo de apoio pedagógico. Disponível em: <<https://www.prograd.ufop.br/nap/apresentacao>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

UFOPA. Universidade Federal do Oeste do Pará. Serviço de acompanhamento pedagógico. Disponível em: < <http://www.ufopa.edu.br/proges/servicos-4/servico-de-acompanhamento-pedagogico-2/> >. Acesso em: 27 fev. 2019.

UFPA. Universidade Federal do Pará. Auxílio pedagógico. Disponível em: <<http://saest.ufpa.br/documentos/instrucao.normativa/2018/IN.11.2018.Auxilio.Pedagogico.pdf>>. Acesso em: 04 mar 2019.

UFPB. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº 49 (2014). Aprova o Regulamento do Programa de Tutoria de Apoio às Disciplinas Básicas. Disponível em: <http://www.prg.ufpb.br/prg/programas/protut/documentos/resolucao-consepe-49-2014_aprova-o-regulamento-do-programa-de-tutoria-de-apoio-as-disciplinas-basicas.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. Apoio ao estudante com deficiência. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/prape/contents/menu/assuntos/apoio-ao-estudante-com-deficiencia>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. Manual do aluno. Disponível em: <https://issuu.com/ufpbemrevista/docs/manual_do_estudante_ufpb_digital>. Acesso em: 10 mar. 2019.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. **Resolução Consepe nº 63/2007**. Trata dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2007/Rsep63_2007.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018.

UFPB. Universidade Federal da Paraíba. Universidade Federal da Paraíba. **Resolução Consepe nº 37/2002**. Trata do curso de Bacharelado em Odontologia. Disponível em: <>. Acesso em: 22 jul. 2018.

UFPE. Universidade Federal de Pernambuco. Edital de Apoio pedagógico. Disponível em: <https://www3.ufpe.br/proacad/index.php?option=com_content&view=article&id=434:edital-de-apoio-pedagogico-20111&catid=36&Itemid=122>. Acesso em: 27 fev. 2019.

UFPEL. Universidade Federal de Pelotas. Acompanhamento pedagógico. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/prae/acompanhamento-pedagogico/>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

UFPI. Universidade Federal do Piauí. Serviço pedagógico. Disponível em: <<https://www.ufpi.br/servico-pedagogico-sepe>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

UFPR. Universidade Federal do Paraná. Programas da PRAE. Disponível em: <<http://www.prae.ufpr.br/prae/programas-da-prae/>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

UFRA. Universidade Federal Rural da Amazônia. Disponível em: <https://proaes.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=143&Itemid=296>. Acesso em: 27 fev. 2019.

UFRB. Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Apoio a estudante com necessidades educacionais especiais. Disponível em: <<https://ufrb.edu.br/portal/noticias/5261-nucleo-da-ufrb-oferece-apoio-a-estudantes-com-necessidades-educacionais-especiais> >. Acesso em: 25 fev. 2019.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. PRAE. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/prae>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Políticas Estudantis. Disponível em: <<http://politicasesstudantis.ufrj.br/index.php/apresentacao-diped>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

UFRN. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://proae.ufrn.br/pagina.php?a=a_quem_direito>. Acesso em: 03 mar. 2019.

UFRPE. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Acompanhamento e atendimento pedagógico. Disponível em: <<http://www.progesti.ufrpe.br/br/acompanhamentoatendimentopedagogico>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

UFRRJ. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. PROAES. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/sba/proaes/index.php>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

UFS. Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: <<http://proest.ufs.br/pagina/1449>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Apoio pedagógico. Disponível em: <<http://apoiopedagogico.prograd.ufsc.br/> >. Acesso em: 03 mar. 2019.

UFSCAR. Universidade Federal de São Carlos. Programa ProEstudo. Disponível em: <<http://www.proestudo.ufscar.br/>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

UFSJ. Programas de assistência estudantil. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/proae/programas_de_assistencia_estudantil.php>. Acesso em: 26 fev. 2019.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. Setor de bolsas. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prae/setor-de-bolsas/>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

UFT. Universidade Federal do Tocantins. Disponível em: <<https://ww2.uft.edu.br/index.php/ultimas-noticias/16470-uft-oferece-apoio-ao-estudo-e-a-carreira-para-alunos-com-problemas-de-desempenho-academico>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

UFTM. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

UFU. Universidade Federal de Uberlândia. Apoio pedagógico. Disponível em: <<http://www.proae.ufu.br/servicos/apoio-pedagogico>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

UFVJM. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. PROACE. Disponível em: <<http://www.ufvjm.edu.br/proace/2016-07-05-21-31-27.html>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

UNIFAL. Universidade Federal de Alfenas. PRACE. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/prace/node/249>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

UNIFESP. Universidade Federal de São Paulo. PRAE. Disponível em: <<http://www.unifesp.br/reitoria/prae/>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

UNIPAMPA. Fundação Universidade Federal do Pampa. Assistência estudantil. Disponível em: <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/praaec/assistencia-estudantil/>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

UNIR. Universidade Federal de Rondônia. Carta de serviços. Disponível em: <<http://www.unir.br/downloads/carta.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

UNIRIO. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Setor de apoio pedagógico. Disponível em: <<http://www.unirio.br/prae/setor-de-apoio-pedagogico-1>>. UFRJ. Acesso em: 03 mar. 2019.

UNIVASF. Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco. Apoio pedagógico. Disponível em: <<http://www.proen.univasf.edu.br/index.php/apoio-pedagogico/>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

UTFPR. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Assistência Estudantil. Disponível em: <<http://portal.utfpr.edu.br/alunos/servicos/assistencia-estudantil>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

VARGAS, G. M. S. A inclusão no ensino superior: a experiência da disciplina “Prática Pedagógica – Prática de Ensino” de uma turma de alunos cegos e com baixa visão. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n.8, p.131-138, mar. 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/viewFile/1124/1459>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

VARGAS, Hustana Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa de. **A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior**: desafio público a ser enfrentado. Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 18, n. 2, p. 459-485, julho 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1414-40772013000200012&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 04 ago. 2018.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão, exclusão, in/exclusão. **Verve**, 20: 121-135, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/verve/article/view/14886/11118>>. Acesso em: 10 out. 2018.

VELOSO, T. C. M. A. A evasão nos cursos de graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Cuiabá 1985/2 a 1995/2: um processo de exclusão. 2000. 204 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2000.


VELOSO, T. S. **IV Coipesu**. Palestra. 2017

VIEIRA, Eraldo. **Os direitos e a política social**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

VILLAS BOAS, Glauca K. Currículo, iniciação científica e evasão de estudantes de ciências sociais. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 45-62, abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 jun. 2018.

APÊNDICES

Apêndice A – Ficha de registro da triagem de demanda

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE EDUCAÇÃO Coordenação de Curso Campus Universitário I, Castelo Branco • CEP 58051-900</p>	<p>TRIAGEM DE DEMANDA</p>
---	---	----------------------------------

ESTUDANTE REQUERENTE:		CRA:
MATRÍCULA:	CURSO:	PERÍODO:
TELEFONE(S):	E-MAIL:	

INTERESSE(S):	
<input type="checkbox"/> EDUCAÇÃO TUTORIAL (<i>referir área</i>) _____ <input type="checkbox"/> ORIENTAÇÃO AOS ESTUDOS <input type="checkbox"/> SEMINÁRIO DE CARREIRA E ORIENTAÇÃO	<input type="checkbox"/> WORKSHOP / MINICURSO (<i>referir temática</i>) _____ <input type="checkbox"/> OUTRO: _____

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (MOTIVO) DA SOLICITAÇÃO:

JOÃO PESSOA, ____ DE _____ DE _____	_____
	Assinatura do requerente

.....

(ESPAÇO RESERVADO PARA PREENCHIMENTO DO SETOR)

ATENDIDO(A) POR:	DATA: ____/____/____
ENCAMINHADO PARA:	
PROCEDIMENTO ADOTADO:	

Apêndice C – Lista de temas coletados de *workshops*

Workshops / Minicursos / Roda Pedagógica

- A importância das diferenças
- Ansiedade frente aos estudos
- Apresentação de seminários
- Apresentação Oral de Trabalhos
- Autoconhecimento
- Como melhorar os processos de leitura e escrita acadêmica?
- Construindo a vida universitária: expectativas, adaptação e desafios
- Desafios do ingresso e permanência do estudante na universidade
- Diretrizes para elaboração e organização do projeto de TCC
- Educação Financeira
- Elaboração de artigo científico
- Elaboração de currículos
- Especificidades do gênero Seminário Acadêmico
- Estratégias de Busca de Estágio e Emprego
- Falta de concentração nos estudos? Cultive a atenção!
- Formação + estágio/trabalho
- Gestão do Tempo
- *Mindfulness* e a atenção plena
- Motivação e Estratégias de Estudo
- Oficina de Escrita de Projetos Culturais
- Organização da rotina de estudos, gestão do tempo e autonomia estudantil
- Organização de disciplinas da grade curricular
- Organização do tempo
- Organização dos conteúdos
- Organização dos estudos
- Organização e planejamento do tempo
- Orientação para a matrícula
- Orientação Profissional
- Planejamento da vida acadêmica: como otimizar o tempo e controlar a ansiedade
- Planejamento de estudos: resolução de exercícios, apoio pedagógico e técnicas para estudar
- Práticas para o desenvolvimento de estratégias e habilidades de leitura
- Processos avaliativos
- Projeto de Pesquisa: características, formatos e estratégias para elaboração
- Racismo e preconceito em rede: lendo, interpretando e produzindo sentidos
- Relações interpessoais: importância do diálogo
- Relaxamento mental e comportamento
- Técnicas de estudos
- Timidez e Comunicação interpessoal
- Um novo lugar no mundo: eu sou universitário
- Você se comunica ou se trumbica? O segredo da comunicação para o êxito nas relações acadêmicas